



REPÚBLICA DE ANGOLA

*

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA
ISCED-HUÍLA

AS MEMÓRIAS DO ISCED-HUÍLA: OS ARQUIVOS E A HISTÓRIA ORAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DA HISTÓRIA DE ÁFRICA

Autor: JOÃO JEREMIAS CHIWEYENGUE

Lubango, 2023



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA
ISCED – HUÍLA

AS MEMÓRIAS DO ISCED-HUÍLA: OS ARQUIVOS E A HISTÓRIA ORAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DA HISTÓRIA DE ÁFRICA

Autor: JOÃO JEREMIAS CHIWEYENGUE

Orientadora: Prof. Doutora Solange Maria Evangelista Mendes Luís

Lubango, 2023

DEDICATÓRIA

A todos e a todas que acreditaram em mim e me incentivaram.

Ao meu irmão Manuel Cassamba Chiweyengue, *in memoriam* desde 28 de Junho de 2020.

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é dirigido a Deus por me permitir percorrer mais de 10.000 quilómetros por estrada sem nenhum incidente, entre as cidades do Cuito (Bié) e Lubango (Huíla), durante esta trajectória académica. Acredito que, sem Ele, esta realização nunca seria uma realidade. Aos meus pais (Francisco Chiweyengue e Luísa Cuvango), que tanto fazem para mim. Ao meu irmão André Chiweyengue pelos variados auxílios prestados ao longo desta trajectória académica. Agradeço também a Elsa Tchananga e a Solange Vieira, pelos inúmeros incentivos morais e pela disponibilidade que sempre mostraram em me ajudar durante esse percurso académico.

De forma especial, agradeço a Professora Doutora Solange Luís, pela disponibilidade em orientar-me, pela paciência com que corrigiu as minhas debilidades, ouviu as minhas dúvidas e inquietações e pela maneira sábia e elucidativa com que deu contribuições valiosas que ajudaram a dar forma a esta dissertação.

Sou eternamente grato ao Alfredo Gomes e aos professores: Melquiades de Kerlan, Raimundo Dungula, Agnelo Carrasco, Mário Simão, Lusakalalu Pedro, Carlos Cardoso “Prof. Chia”, Carlos Pinto, Alfredo de Matos, Nlandu Francisco “Papa Chefe”, Euclides Nangolo e José Alexandre; e as professoras: Fernanda Lage, Ana Paula Dias, Diva de Luca, Mariete Costa e Maria Chipalavela que se mostraram disponíveis para as entrevistas e pelos indispensáveis contributos que prestaram para a concretização deste desiderato. Em especial agradeço ao professor Sérgio Sousa, que para além de me conceder entrevistas, abriu-me as portas da sua biblioteca. Agradeço a tia Jú e a tia Elsa da biblioteca e a Ludmila e Feliciano do CEBEA, aos funcionários do arquivo e do Gabinete de Apoio à Presidência da instituição pela colaboração durante a escrita deste texto. Aos funcionários do Departamento de Gestão da Qualidade e aos Recursos Humanos, pelos dados estatísticos concedidos. Ao Presidente do ISCED-HUÍLA, Professor Doutor Helder Bahu, pela facilidade na concessão de alguns dados estatísticos da instituição. Aos meus amigos e colegas pelos incentivos e apoios que recebi.

A todos e todas que me ajudaram nessa trajectória, a minha sincera e profunda gratidão.

RESUMO

Este estudo tem por objectivo apresentar os 42 anos de história do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HUÍLA), desde a sua fundação em 1980, até ao ano de 2022. O ISCED é fundado depois da independência, em substituição aos Estudos Gerais Universitários que surgiram em Angola no período colonial. Depreendemos as razões para a sua implementação e o contexto que leva ao seu nascimento. Efectuou-se o levantamento da sua oferta formativa, fomento da investigação científica, organização e funcionamento (tanto antes como depois da sua separação da Universidade Agostinho Neto), até aos dias de hoje. Percebeu-se os impactos do sistema de partido único, vigente em Angola entre 1975 e 1991 e da guerra civil, no seu funcionamento, assim como outros desafios particulares aos diferentes contextos ao longo da sua história. Por meio de tabelas, apresentou-se o crescimento quantitativo registado no ISCED, em termos dos seus recursos humanos docente e administrativo, assim como do corpo discente. Fez-se um levantamento fotográfico para ilustrar o património material e humano da instituição. Utilizou-se uma metodologia de abordagem qualitativa, realizando uma pesquisa exploratória e descritiva, envolvendo levantamento bibliográfico e documental, envolvendo também entrevistas semi-estruturadas com pessoas que participaram e/ou observaram o surgimento e desenvolvimento do ISCED-HUÍLA. O cruzamento de dados permitiu traçar a história do ISCED-HUÍLA, o mais antigo de todos os oito ISCED de Angola.

Conceitos-chave: História de Angola, História Institucional, Ensino Superior, ISCED-HUÍLA.

ABSTRACT

This study aims to present the 42 years of Huila's Provincial Higher Institute of Educational Sciences' history (ISCED-HUÍLA), from its foundation in 1980 until the year 2022. The ISCED was created after the independence of Angola, in substitution of the General University Studies, which emerged in Angola in the colonial period. This research allowed us to understand the reasons for its implementation and the context that led to its birth. We conducted a survey about its training offer, promotion of scientific research, organization and functioning throughout the years (before and after its separation from Agostinho Neto University) until today. The impacts of the single-party system, in force in Angola between 1975 and 1991 and of the civil war on its functioning, and other particular challenges in different contexts throughout its history, were also discussed. We registered, through the use of graphs, ISCED's quantitative growth in terms of its human resources, both teaching and administrative staff, as well as its student body. A photographic research illustrates the institution's material and human heritage. We used a qualitative methodology approach, conducted exploratory and descriptive research involving bibliographic and documentary surveys, involving semi-structured interviews with people who participated and/or observed the emergence and development of ISCED-HUÍLA. Cross-referencing data allowed for tracing the history of ISCED-HUÍLA, the oldest of all eight ISCEDs in Angola.

Key concepts: History of Angola, Institutional history, Higher education, ISCED-HUÍLA

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
Listas de Figuras	ix
Lista de Tabelas.....	xii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – OS ESTUDOS GERAIS UNIVERSITÁRIOS E O CONTEXTO DO NASCIMENTO DO ISCED-HUÍLA.....	9
1.1. A política educacional colonial portuguesa em Angola	10
1.2. A educação em Sá da Bandeira durante a colonização.....	21
1.3. A criação do Ensino Superior em Angola.....	33
1.4. A expansão dos Estudos Gerais Universitários na cidade de Sá da Bandeira.....	41
1.4.1. O Curso de Matemática.....	43
1.4.2. A Faculdade de Letras.....	45
1.5. A história do edifício do ISCED-HUÍLA	48
1.6. Considerações finais.....	53
CAPÍTULO II- SURGIMENTO, ORGANIZAÇÃO, EVOLUÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ISCED-HUÍLA.....	55
2.1. A educação no contexto pós-independência em Angola	56
2.2. A Implementação do ISCED-HUÍLA em 1980.....	59
2.2.1. Razões do nascimento do ISCED-HUÍLA	59

2.3. Funcionamento do ISCED-HUÍLA nos Diferentes Contextos da sua História.....	62
2.3.1. A admissão dos estudantes no ISCED-HUÍLA ao longo dos tempos	62
2.3.2. O ISCED-HUÍLA durante a 1ª República e a guerra civil em Angola	65
2.3.3. O ISCED-HUÍLA e a separação da Universidade Agostinho Neto... 74	
2.4. Organização do ISCED-HUÍLA	81
2.4.1. O corpo directivo e administrativo do ISCED-HUÍLA: nomenclatura, organização e formação ao longo do tempo.....	81
2.4.2. Estruturas internas do ISCED-HUÍLA ao longo da sua história	93
2.4.3. O Jardim do ISCED-HUÍLA.....	93
2.5. Evolução do ISCED-HUÍLA.....	97
2.5.1. Oferta formativa no ISCED-HUÍLA.....	97
2.5.2. O corpo docente e discente do ISCED-HUÍLA	102
2.5.2.1. O papel dos colaboradores internacionais no funcionamento do ISCED-HUÍLA nos seus primeiros anos	105
2.5.3. A expansão do ISCED-HUÍLA nos municípios	110
2.6. O contributo do ISCED-HUÍLA para a sociedade angolana.....	114
2.6.1. Formação de quadros para o país	114
2.6.2. A investigação Científica.....	119
2.7. Considerações finais.....	121
CONCLUSÕES e RECOMENDAÇÕES.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
ANEXOS.....	145

Listas de Figuras

Figura 1: Liceu Nacional Diogo Cão em 1962 (hoje, Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo).....	23
Figura 2: Outra perspectiva do antigo Liceu Nacional Diogo Cão em 1970	24
Figura 3: Colégio Paula Frassinetti em 1962 (funciona hoje com o mesmo nome).	25
Figura 4: Edifício da antiga escola dos Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1969, extraída do documentário do arquivo da RTP de Portugal (hoje, Instituto Médio Agro-pecuário).....	26
Figura 5: Aluna da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal.....	26
Figura 6: Os alunos e professores da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal.....	27
Figura 7: Aluno e professor da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal.....	27
Figura 8: Aluno da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal.....	27
Figura 9: Aluna e professor da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal.....	28
Figura 10: Professor e Alunos da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal.....	28
Figura 11: Escola Industrial e Comercial Artur de Paiva em 1962 (hoje, Escola secundária 27 de Março).....	29
Figura 12: Edifício onde funcionou a Escola do Magistério Primário, anos 1960 (hoje funciona como o Comité Provincial do MPLA na província da Huíla).....	29
Figura 13: Alunas e professores do 1º curso do Magistério Primário de Sá da Bandeira, em 1964.	30
Figura 14: Parte frontal do edifício da Missão da Huíla em 1970, extraída do documentário da RPT Portugal (hoje, funciona com o mesmo nome).	30

Figura 15: Alunas da Missão da Huíla em 1970, extraída do documentário da RPT Portugal.....	31
Figura 16: Uma professora do ensino primário de Sá da Bandeira em 1970, extraída do documentário do Arquivo da RPT Portugal	31
Figura 17: Alunos e professores do 11º curso do Magistério Primário de Sá da Bandeira, Abril de 1975.....	32
Figura 18: Edifício onde funcionava o curso de Matemática em Sá da Bandeira em 1970 (hoje, funciona como Tribunal Provincial da Huíla)	44
Figura 19: Cortejo académico da cerimónia do Doutoramento <i>Honoris Causa</i> do Padre Carlos Estermann, na Faculdade de Letras, em 1974.....	46
Figura 20: Carlos Estermann lendo a sua palestra na Sala dos Grandes Actos, da Faculdade de Letras, em 1974.....	46
Figura 21: Da esquerda para a direita: Liceu Nacional Diogo Cão, Ginásio do Liceu, Internato anexo ao Liceu (hoje um dos blocos do ISCED-HUÍLA). A falta de fontes, impediu a sua datação.....	49
Figura 22: Outro aspecto do antigo Internato do Liceu Nacional Diogo Cão....	49
Figura 23: O bloco menos antigo do edifício do ISCED-HUÍLA, antes de 1975	51
Figura 24: Área geográfica do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HUÍLA).....	52
Figura 25: Encontro no anfiteatro do ISCED-HUÍLA, 1981.	75
Figura 26: Da esquerda para a direita: Pedro Nsingui Barros (Director do ISCED-HUÍLA), Margot Feist Honecker (Ministra da Educação da República Democrática Alemã) e Artur Carlos Maurício dos Santos Pestana (Pepetela) (Vice-Ministro da Educação da República Popular de Angola), no ISCED-HUÍLA, 1982.....	78
Figura 27: Outra imagem da visita da Ministra da Educação da República Democrática Alemã ao ISCED-HUÍLA em 1982.....	78
Figura 28: Augusto Lopes Teixeira, Ministro da Educação da República Popular de Angola durante a visita da Ministra da Educação alemã ao ISCED-HUÍLA em 1982.	78

Figura 29: Exposição de Arqueologia no ISCED-HUÍLA, inserida no 7º aniversário da Universidade de Angola e do 20º aniversário do funcionamento do Ensino Superior no país, em 1983.	79
Figura 30: Pedro Nsingui Barros, primeiro gestor do ISCED-HUÍLA entre 1980 e 1983.	88
Figura 31: Vatomene Kukanda, terceiro gestor do ISCED-HUÍLA entre 1984 a 1986.	88
Figura 32: Pedro Domingos Peterson, quarto gestor do ISCED-HUÍLA, entre 1986 a 1991.	89
Figura 33: Artur da Silva Júlio, quinto gestor do ISCED-HUÍLA entre 1991 a 1992.	89
Figura 34: Narciso Damásio dos Santos Benedito, sexto gestor do ISCED-HUÍLA entre 1993 a 1997.....	90
Figura 35: Pedro Felisberto Miguel Bondo, sétimo gestor do ISCED-HUÍLA, entre 1997 a 2002.	90
Figura 36: Matondo Tomalela, oitavo gestor do ISCED-HUÍLA, entre 2002 a 2010.	90
Figura 37: Raimundo Amizalak Joaquim Dungula, nono gestor do ISCED-HUÍLA entre 2010 a 2015.....	91
Figura 38: José Luís Mateus Alexandre, décimo gestor do ISCED-HUÍLA, de 2015 a 2022.	91
Figura 39: Helder Pedro Alicerces Bahu, décimo primeiro gestor do ISCED-HUÍLA, de 2022 a actualidade.....	92
Figura 40: Professor Agnelo Carrasco, criador do curso de Linguística/Português.....	98
Figura 41: Algumas colecções de ornitologia do ISCED-HUÍLA	121

Lista de Tabelas

Tabela 1: Frequência por “raça” no Liceu Salvador Correia entre 1926-1930. 16	16
Tabela 2: Frequência por “raça” no Liceu de Moçâmedes em 1934. 16	16
Tabela 3: Frequência por “raça” no Liceu Nacional Diogo Cão entre 1929-1935. 23	23
Tabela 4: Dados do Liceu Nacional Diogo Cão no ano lectivo 1950/1951. 23	23
Tabela 5: Frequência por “raça” no Liceu Nacional Diogo Cão no ano lectivo 1951-1952. 33	33
Tabela 6- Nomeclaturas, dirigentes e mandato do ISCED-HUÍLA ao longo da sua história. 86	86
Tabela 7: Distribuição dos administrativos efectivos do ISCED-HUÍLA em 2022. 92	92
Tabela 8: Grau académico dos docentes do ISCED-HUÍLA, entre 2002 e 2011 e do ano 2022-23. 100	100
Tabela 9: Projecção da oferta formativa no ISCED-HUÍLA para 2023. 101	101
Tabela 10: Corpo docente angolano efectivo do ISCED-HUÍLA em alguns anos lectivos. 104	104
Tabela 11: Evolução do universo estudantil do ISCED-HUÍLA a nível dos cursos de licenciatura em alguns anos lectivos..... 105	105
Tabela 13: Corpo Docente estrangeiro no ISCED-HUÍLA entre 1980 e 1990. 109	109
Tabela 14: Corpo Docente Nacional do ISCED-HUÍLA entre 1980 e 1990.... 110	110
Tabela 15: licenciados em décadas pelo ISCED-HUÍLA..... 115	115
Tabela 16: primeiras licenciaturas em cada área de formação no ISCED- HUÍLA..... 115	115
Tabela 17: número de mestres pelo ISCED-HUÍLA até a 3ª edição. 116	116

INTRODUÇÃO

Introdução

Esta dissertação é uma compilação sobre a história do ISCED-HUÍLA entre 1980 e 2022. Ela pretende traçar o desenvolvimento cronológico desta instituição através dos arquivos nela encontrados, assim como através das memórias daqueles que contribuíram para o seu desenvolvimento ou observaram-no de perto.

Repartido em duas partes, o primeiro capítulo procura explicar a política educativa colonial em Angola, descreve os factores que levaram a cidade do Lubango a ser pioneira na petição de uma Universidade em Angola, enquanto aborda o contexto histórico e político vivido no país depois de 1945, que impulsionou a criação dos Estudos Gerais Universitários em 1962. São também abordados os projectos educativos realizados no período colonial, na cidade de Sá da Bandeira, para melhor percebermos o que viria a ser a criação, no Lubango, do primeiro Instituto Superior de Ciências da Educação no pós-independência. Para encerrar este capítulo, discutimos a história do edifício que alberga o ISCED-HUÍLA.

O segundo capítulo aborda as razões que levam ao nascimento do ISCED-HUÍLA em 1980, enquanto revela as memórias daqueles que viram o seu surgimento e desenvolvimento. Continuamos a traçar o seu funcionamento no período da história angolana comumente conhecido como 1ª República, incluindo os efeitos da guerra civil e a sua integração e disvinculação da Universidade Agostinho Neto, incluindo as mudanças mais actuais, referentes aos dias de hoje. Este capítulo aborda igualmente o património humano da instituição, a sua organização, o crescimento do seu corpo docente e discente, assim como a sua oferta formativa ao longo da sua história. Descreve o papel desempenhado pelo ISCED-HUÍLA no surgimento dos demais ISCEDs no país. Finalmente, apresenta o contributo prestado pelo ISCED-HUÍLA para a sociedade angolana, e outros acontecimentos pertinentes que marcaram a história da instituição.

O interesse por essa temática advém de um aspecto pessoal aliado a um aspecto académico. Ele surge primeiramente pela importância que ocupa na minha vida: sou estudante desta instituição desde 14 de Fevereiro de 2014,

quando ingressei no curso de licenciatura no ensino da História. O momento foi especial para mim e para a minha família. Recordo que, concluído o ensino médio no município de Chicomba, mudei-me para o Lubango a fim de me preparar para frequentar o Ensino Universitário. Durante um mês de estudo afincado, fui submetido ao exame de acesso, hoje exame de aptidão. Quando soube, naquele dia de São Valentim, a partir da minha aldeia e terra natal de Cabir Regedoria, no Município de Chicomba (localizado a 260 quilómetros do Lubango), que tinha ingressado no ISCED-HUÍLA, entrei em êxtase e gritei profundamente. Tinha realizado o meu sonho.

Esse interesse foi catapultado em 2022, quando, numa aula do mestrado de Ensino da História de África, soube do projecto *Memórias do ISCED-HUÍLA* realizado em 2016, em comemoração ao seu aniversário. O propósito deste projecto era o de celebrar a história desta instituição. Mas ao organizarem o evento, perceberam que esta história estava em vias de se perder. Houve então a necessidade de entrevistar alguns colaboradores que pudessem trazer esta história para as novas gerações huilenses. Alguns desses depoimentos encontram-se registados na página de *Facebook* criada para o evento: *Memórias do Isced Huíla 2016*. Apesar destes contributos, a história do ISCED-HUÍLA continuou truncada, escondida nos arquivos e na biblioteca da instituição e na memória daqueles que acompanharam a sua formação, transformando-se numa instituição que é hoje basilar em Angola.

A conjugação desses factos, aliados à minha curiosidade relativamente ao ramo da história das instituições, que não deixam de ser peças da história do país, consolidou o meu interesse e coloquei-me no desafio de trazer ao público, a história do ISCED-HUÍLA, patente tanto nos seus arquivos como nas memórias pessoais. Muitas das informações contidas no texto, não são conhecidas publicamente, pelo que mantém um certo carácter inédito. Esta dissertação foi elaborada com o intuito de, recolher, transcrever e apresentar as memórias da geração que vivenciou o início e o crescimento do ISCED-HUÍLA, geração esta que está envelhecendo e morrendo. Com a velhice vai a memória, enquanto que o tempo se encarrega de apagar a história que não é transmitida nem recolhida. Deste modo, escrever sobre o ISCED-HUÍLA constituiu uma forma de preservar a história desta que é a primeira instituição

de ensino superior em ciências da educação do país. Nela encontramos retalhos da história do Lubango, da Huíla e do país e das diversas pessoas que a construíram.

Por outro lado, esta investigação vem acrescentar conhecimentos sobre a história do ensino superior em Angola. O ISCED-HUÍLA, além ter sido o primeiro ISCED de Angola, foi a instituição que mais formou quadros para as várias esferas da sociedade angolana e para as mais distintas zonas do país.

Formulação do Problema da Investigação

Desconhecemos qualquer publicação que trace a história do ISCED-HUÍLA desde a sua origem, em 1980, até o ano de 2022. Desconhecemos igualmente a existência de algum documento, para além da página do *Facebook* já aqui mencionada, contendo as memórias e testemunhos daqueles que vivenciaram o surgimento e fizeram parte do desenvolvimento do ISCED. Com o envelhecimento e o padecimento desta geração, corre-se o risco de se perder parte importante da história da instituição. Deste modo, a investigação procurou não só colher estes testemunhos, mas principalmente responder à seguinte questão: Qual é a história do ISCED-HUÍLA desde a sua criação em 1980 até o ano de 2022?

Objecto da Pesquisa

Constitui objecto desta pesquisa o ISCED-HUÍLA.

Objectivo Geral

Apresentar a história do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HUÍLA), desde a sua fundação, em 1980, até ao ano de 2022.

Objectivos Específicos

1. Compreender como, depois da independência, o ISCED-HUÍLA substituiu os Estudos Gerais Universitários que surgem em Angola no período colonial;
2. Descrever o contexto que leva ao nascimento do ISCED-HUÍLA;
3. Conhecer as razões para a implementação do ISCED-HUÍLA;
4. Estabelecer a história do edifício que abriga a instituição;

5. Fazer o levantamento da oferta educativa do ISCED-HUÍLA, da organização e do funcionamento desta instituição, tanto antes como depois da sua separação da Universidade Agostinho Neto até, aos dias de hoje;
6. Perceber que impactos o sistema político vigente na 1ª República e a guerra civil tiveram ou não no funcionamento do ISCED-HUÍLA;
7. Traçar o crescimento quantitativo da instituição em termos do corpo docente, administrativo, discentes e formandos;
8. Conhecer a composição do corpo docente, assim como o papel e a importância dos colaboradores internacionais ao longo da história do ISCED-HUÍLA;
9. Compreender os processos de nomeação dos corpos directivos do ISCED-HUÍLA, assim como nominar as diferentes direcções ao longo da sua história;
10. Recolher documentos que registem o património material e humano do ISCED-HUÍLA;
11. Recolher depoimentos orais de pessoas cujas vivências podem ajudar a traçar e compreender a história da instituição;
12. Discutir os conceitos de memória e história, e traçar uma linha de convergência entre os arquivos e a história oral.

Antecedentes do Tema

Embora o ISCED-HUÍLA seja o mais antigo dos oito ISCED de Angola, existem poucas publicações sobre o mesmo. A instituição encontra-se em alguns trabalhos como: *A Doutormania – Uma Patologia Académica*, obra do professor e antigo Director Geral do ISCED-HUÍLA, Raiumundo Amizalak Joaquim Dungula; *Gestão do Ensino Superior Em Angola: Realidades, Tendências e Desafios Rumo à Qualidade*, do professor e ex-estudante do ISCED-HUÍLA, Eugénio Alves da Silva; a *Motivação Estudantil e a Excelência Universitária, Práticas e Recomendações Necessárias para a Vida Académica*; do professor Flávio Januário; e o artigo “Introdução da Educação a Distância no Contexto do ISCED-HUÍLA (Angola)”, da professora Yola Filomena Ferreira Marinheiro e do professor Fernando Ramos. Entrementes, não existe registo bibliográfico que aborde a história do ISCED-HUÍLA, desde as suas origens até a actualidade.

Por esse facto, escreveu-se maioritariamente esta dissertação, recorrendo aos arquivos históricos públicos e à memória oral e escrita de quem acompanhou o surgimento e desenvolvimento do ISCED.

Memória e História

Segundo o historiador e professor angolano Patrício Batsîkama, o conceito de memória vem do latim: *memoria* implica lembrança transmitida ou relação narrada (BATSÎKAMA, 2012, p. 14). Enquanto que a História, é compreendida por Gaffiot como uma narração crítica e pormenorizada de factos sociais, políticos, económicos, militares e culturais ou religiosos (GAFFIOT *apud* BATSÎKAMA, 2012, p. 14).

Este historiador angolano adverte que, etimologicamente, parece-nos que memória e história apresentam uma convergência definicional: “acontecimento narrado”, conservado de forma consciente e inconsciente. No entanto, embora as suas noções aproximam-se estreitamente, eles diferem: as memórias são recordações de experiências vividas¹. São lembranças, instáveis e não objectivas, ou seja, alguns acontecimentos que parecem pertinentes no passado, podem parecê-lo menos com o tempo e outros dados podem ser acrescentados à análise no presente, para realçar factos que não pareceram importantes no passado. A memória é selectiva: não nos lembramos das coisas que decidimos lembrar, mas apenas daquelas que, por uma razão alheia à nossa vontade, ficaram gravadas na nossa memória (BATSÎKAMA, 2012, pp. 14-15). A memória só existe quando há uma massa consistente de lembranças; se, ao contrário, não existir nenhum traço da cena rememorada, mesmo depois de uma testemunha trazer algo como uma semente de rememoração, jamais será uma memória (HALBWACHS, 1968, p. 18).

Segundo Mukola, história é tudo que o homem fez no seu passado. O homem acumula várias memórias e as apresenta com uma estrutura narrativa cuja lógica obedece a uma análise minuciosa e metódica (MUKOLA, 1993, pp. 12-13). Obenga (1980), escreve que a história é a ciência que permite assegurar o *continuum* evolutivo da humanidade no seu todo, permitindo, ao homem,

¹ Interessa frisar que a memória é pessoal (JOÃO, 2005, p. 84).

seguir e compreender as principais fases da sua própria evolução cultural e social, no tempo e no espaço.

Desta discussão teórica, pode-se estabelecer que memória (lembrança transmitida) difere da história (historiografia). A primeira traduz-se por usos e costumes, e determina a unidade populacional num determinado espaço geográfico (memória social); a segunda obedece a métodos científicos (BATSÍKAMA, 2012). Portanto, as várias memórias, quando reconstruídas a partir de normas científicas, dão lugar a história – conhecimento.

As memórias recolhidas para essa pesquisa, assumem a tipologia de história oral ou de vida². Segundo António Joaquim Severino, a história oral consiste na colecta de informações da vida pessoal de um ou vários informantes, assumindo formas variadas: autobiografia, recordações sobre as trajectórias pessoais dos sujeitos (SEVERINO 2007, p. 125). Nesta investigação, os arquivos, definidos por Ivone Alves (1993) como o conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos e conservados a título de prova ou informação, convergiram com as memórias ao preencherem-se e acrescerem-se, permitindo traçar a história do ISCED-HUÍLA, desde 1980 a 2022.

Metodologia

Para a construção da presente dissertação, utilizou-se os seguintes métodos de pesquisa histórica: pesquisa bibliográfica e documental, arquivos e entrevista semi-estruturada ou semidirectiva.

1. **Pesquisa Bibliográfica** é aquela que se realiza a partir do registo disponível, decorrente de pesquisadores anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. (ALVES, 2012). Com este método, foi possível explicar a política educativa colonial portuguesa em Angola, o contexto do surgimento dos Estudos Gerais Universitários no país, a educação em Sá da Bandeira e as razões do nascimento do ISCED-HUÍLA em 1980.

² Importa aqui lembrar que para Obenga (1980) a história oral difere das tradições orais que se apresentam sob as formas de contos, fábulas, relatos históricos, etc., transmitidos de geração para geração.

2. **Pesquisa Documental** é aquela baseada não só em documentos impressos, mas também em outros tipos de documentos, tais como: jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Estes documentos, cujos conteúdos ainda não tiveram tratamento analítico, são a matéria-prima a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p. 123). Nos documentos, encontrou-se informações que permitiram descrever a educação em Sá da Bandeira, a criação do ensino superior em Angola e a sua expansão em Sá da Bandeira, ilustrar o património humano e material do ISCED-HUÍLA, traçar o crescimento quantitativo registado no ISCED-HUÍLA em termos do corpo docente, discentes, formandos e da oferta formativa.
3. **Pesquisa de Arquivos**, permitiu recolher informações sobre a extensão dos Estudos Gerais Universitários na cidade de Sá da Bandeira, o património humano do ISCED-HUÍLA, o funcionamento da instituição durante o período referente a 1ª República e enquanto esteve integrada na Universidade Agostinho Neto e sobre outros desafios da instituição ao longo da sua história;
4. **Entrevista semi-estruturada ou semidirectiva** é aquela em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. O investigador dispõe de uma série de perguntas – guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação do entrevistado (QUIVY & CAMPENHOUDT, 2013, p. 192). Com estas entrevistas, foi possível traçar a história do edifício do ISCED-HUÍLA, o funcionamento e organização do ISCED-HUÍLA nos diferentes momentos da sua história e o papel dos colaboradores internacionais do funcionamento da instituição nos seus primeiros anos.

**CAPÍTULO I – OS ESTUDOS GERAIS UNIVERSITÁRIOS E O CONTEXTO
DO NASCIMENTO DO ISCED-HUÍLA**

1.1. A política educacional colonial portuguesa em Angola

Ao abordarmos a política da educação colonial portuguesa em Angola, impõem-se necessariamente situar quando e como começa a presença portuguesa em Angola. O historiador angolano Rui Filipe Gungu (2014), na sua obra *África até Quando?*, afirma que os portugueses chegam ao reino do Congo³ no último quarto do século XV, especificamente em 1482, liderados pelo navegador Diogo Cão. Os congueses deram as boas-vindas aos estrangeiros brancos. Wheeler e Pélissier (2013), afirmam que Diogo Cão regressou a Portugal em meados de 1484, trazendo consigo quatro bacongos⁴ a quem desejava ensinar a língua portuguesa, para que, através destes homens, pudessem estabelecer relações entre os dois reinos. Formaram-se relações de amizade, diplomacia e comércio.

Gerald Bender, no seu trabalho *Angola sob Domínio Português – Mito e Realidade*, nota que os portugueses acreditavam fervorosamente na superioridade da sua civilização. Assim sendo, sustentavam que as suas acções visavam os interesses dos africanos em mudar completamente todos os aspectos das suas vidas, incluindo as suas organizações sociais, económicas e políticas, as crenças religiosas, o vestuário, os hábitos alimentares, a cosmologia, o habitat e as técnicas agrícolas. Na senda desta premissa falaciosa, seguia-se a destruição das instituições tradicionais, das crenças e das práticas africanas. Servia também para justificar a escravatura, entendida como positiva, uma vez que afastava os africanos das suas próprias culturas, enquanto os aproximava da portuguesa (BENDER, 1976, p. 220).

Enfatizando a sua suposta superioridade racial e cultural, os portugueses começaram a assimilar os angolanos através da instrução. De acordo com o estudioso angolano Américo Boavida, na sua obra *Angola Cinco Séculos de Exploração Portuguesa*, esta instrução baseava-se na missão civilizadora dos portugueses, que devia passar pela cristianização e portugalização dos

³ Recorde-se que o Reino do Congo era delimitado a norte pelo rio Cuanza. A sua capital foi Mbanza Congo, hoje capital da província angolana do Zaire (GUNGU, 2014).

⁴ Eram da província de Mpinda, do então reino do Congo. Dentre estes homens, encontrava-se um primo do mani Soyo, com o nome do baptismo de Dom Miguel da Silva (SETAS *apud* KEBANGUILAKO, 2016, p. 126).

africanos (BOAVIDA, 1967, p. 31). Assim, à medida que Portugal expandia a conquista territorial, implantava a política assimilacionista, com o auxílio da igreja católica. Como escreve o jornalista Emídeo Fernando, no seu livro *O último Adeus Português*, “a igreja católica e o Estado português sempre estiveram intimamente ligados para a disseminação da fé cristã e a expansão da presença imperial portuguesa” (FERNANDO, 2005, p. 206). A conjugação destes interesses traçou a primeira política de educação colonial portuguesa em Angola, onde os padres seriam os primeiros professores das famílias em Angola. Foi nas missões religiosas que os primeiros africanos tiveram contacto com o ensino da religião cristã, que trazia a aprendizagem das letras e os costumes europeus. O professor e sociólogo angolano Laurindo Vieira, na sua obra *Angola: a dimensão ideológica da educação (1975-1992)*, comenta a este respeito:

No início, o ensino ficou confinado às missões religiosas, que ensinavam aos africanos a contar, a ler e escrever em língua portuguesa. Era uma educação assente em noções básicas da religião ocidental, nos fundamentos elementares da cultura portuguesa. (2007, p. 43)

Numa primeira instância, a educação ficou reservada à corte real do Congo. Wheeler e Pélissier, na sua obra *História de Angola* (2013), consideram que, na história da aculturação⁵ em Angola, Nzinga Mbemba, baptizado como Afonso I, foi o primeiro assimilado aos valores e costumes portugueses. Enquanto rei do Congo, entre 1506 e 1543, Afonso I foi optimista quanto às oportunidades de uma relação frutífera com Portugal. Apesar de ser africano, assemelhava-se, culturalmente, a um português, devido à sua aculturação. Durante o seu reinado, enviou um dos seus filhos, com o nome de baptismo Henrique, para estudar teologia em Portugal. Em 1581, Henrique tornou-se o primeiro bispo africano negro da Igreja Católica Romana (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p. 61).

Conforme demonstra Vieira (2007, p. 48) quando, por volta de 1575 o processo de conquista se expandiu em Luanda e em Benguela em 1617, o ensino das letras e da matemática tornou-se um privilégio para os filhos dos colonos

⁵Alfredo Bosi, no seu livro, *Dialética da Colonização*, considera aculturação a sujeição de um povo à adoção tecnológica de um certo padrão tido como superior. Bosi defende ainda que a aculturação é necessariamente um fenómeno de controle social de um povo sobre outro (BOSI, 1996, p. 10).

brancos e para uma minoria de crianças negras. Enquanto que os indígenas⁶, recebiam instruções rudimentares em higiene, catecismo, língua portuguesa. Todos estavam predominantemente a cargo das missões religiosas.

A negligência do governo metropolitano português de criar em Angola estruturas escolares definidas e um sistema de ensino legislado continuou até 1845. Anthony Samuels, na sua obra *Educação ou Instrução – a História do Ensino em Angola (1878-1914)*, faz notar que a partir do decreto de 14 de Agosto de 1845, publicado pelo Ministro do Ultramar Joaquim José Falcão, era criado o ensino destinado às colónias (SAMUELS, 2011, p. 44). Isso significa que Portugal precisou de 363 anos⁷ para elaborar um sistema de educação oficial para Angola. Rafael Ávila de Azevedo, pedagogo e Director dos Serviços de Instrução Pública de Angola entre 1947 a 1957, se refere à data como “o prenúncio da abertura dos primeiros alicerces da escola pública no ultramar português e particularmente em África” (*Apud* Vieira, 2007, p. 45).

Este decreto de 14 de Agosto de 1845, além de estabelecer um sistema coordenado de educação fora do Portugal metropolitano, concedia ao Governador de cada província a liberdade de acção para, dentro de determinados princípios de organização, fazer o que considerasse adequado (SAMUELS, 2011, p. 45). O mesmo decreto de 1845, fazia surgir dois níveis de escolas primárias: um nível mais abaixo igual ao existente em Portugal, e uma escola principal, de nível mais elevado que, embora correspondesse ao nível mais alto da escola primária portuguesa, era vista em Angola como um nível final, sem previsão de transferência para um nível superior. A escola principal estava programada para Luanda (*Ibidem*).

O nacionalista angolano Lúcio Lara, no seu texto “O Ensino em Angola” esclarece que a Escola Principal tinha o encargo de instruir mancebos que, sem deixar o solo africano se habilitariam para derramar a instrução primária entre os seus conterrâneos brancos (LARA, 1954, p. 1).

⁶ De 1482 até 1926, os colonos portugueses consideram indígena o negro aborígine, originário, ou nascido em Angola. Entre 1926 a 1961, ser indígena resultou numa classificação jurídica que dava estatuto legal distinto e oposto ao de cidadão. Neste segundo período, o indígena era o negro que não tinha assimilado a cultura portuguesa.

⁷ Se tivermos em conta a data da chegada dos portugueses à foz do rio Zaire (1482) e a criação da educação oficial em Angola em 1845.

Este diploma de 1845, criava e distribuía as escolas primárias em Angola. Eis, nesta altura, a distribuição e frequência dos alunos:

Cinco no centro de Luanda, sete em arredores, seis no Golungo Alto, três em Benguela, duas em Moçâmedes e uma escola primária no Ambriz. Com uma população escolar de 914 alunos, sendo 40 raparigas. Nos anos seguintes, este número decaiu para 522 alunos. (*Ibidem*)

Salienta-se que, na prática, este decreto de 1845, não alterou a situação de escolarização da maioria da população africana. Conforme escreve Lúcio Lara:

A preocupação dos conquistadores no que diz respeito à instrução dos povos nativos, apenas se manifestou sob a forma de imposição da Língua Portuguesa. Tudo quanto fosse além disso era apenas destinado para as famílias brancas de Angola. (LARA, 1954, p. 1)

O ensino legislado era frequentado pelos filhos dos colonos. Mais tarde, a portaria de 19 de Novembro de 1856, subscrita por Marquês de Sá da Bandeira, permitiu que um número reduzido de negros, filhos dos régulos, sobas e outros responsáveis do poder tradicional, fossem englobados no sistema de ensino e educados em Luanda às custas do Estado português sob responsabilidades do Governador-geral (ZAU, 2012, p. 195).

O historiador angolano e especialista em educação Dinis Kebanguilako, no seu artigo “O Sistema Educativo e a Homogeneização Cultural em Angola: Que Justiça Social pela Diversidade Étnica?” considera que o principal objectivo desta portaria era proporcionar aos descendentes das autoridades locais uma educação diferenciada, instrumentalizando-os para o processo de aculturação e expansão da portugalização (KEBANGUILAKO, 2013, p. 5). Samuels nota que, em 1869, com a refinação e expansão das regulamentações de 1845, surgiu em Angola o ensino secundário (2011, p. 45).

Sobre esta evolução do sistema de ensino em Angola, Lara (1954, p. 2) acrescenta que, “o decreto de 1869, promulgado pelo estadista Rebelo da Silva, aumentou o número de escolas e impôs novos métodos de orientação pedagógica”. O Governo assumiu a responsabilidade do controlo financeiro e pedagógico das missões religiosas (SAMUELS, 2011, p. 45).

Apesar desses decretos, considerado por alguns como progressivos no sistema educativo angolano, a população negra continuou excluída do

processo de ensino e aprendizagem público. Mesmo no século XIX, a educação em Angola, continuava a ser um privilégio para a minoria e um instrumento para o assimilacionismo da cultura portuguesa. A este respeito, Vieira (2007) e Samuels (2011) criticam os decretos de 1845 e 1869, por limitarem e beneficiarem as populações branca que vivia em Angola.

Nas missões da igreja católica, a educação continuava sob o panegírico de cristianização dos “selvagens” (BOAVIDA, 1967). Conforme notam Wheeler e Pélissier, “o catecismo, prevalecia sobre qualquer responsabilidade de criar uma população alfabetizada” (2013, p. 125). Além disso, três séculos depois da sua chegada a Angola, os movimentos missionários católicos continuavam confinados essencialmente às cidades de Luanda e Benguela (*Ibidem*).

A partir do último quarto do século XIX, Angola experimentou a actividade missionária protestante, que se estabeleceram maioritariamente no interior de Angola. Wheeler e Pélissier (2013, p. 126), consideram que as primeiras organizações protestantes em Angola foram: a Sociedade Missionária Baptista fundada em 1878; o Conselho Americano de Comissários para as Missões Estrangeiras (Congregacionistas) em 1880; a Sociedade Missionária Baptista Americana no Estrangeiro em 1882; a Igreja Episcopal Metodista em 1885; as Missões Cristãs em Muitas Terras em 1889; os irmãos de Plymouth em 1890; a Missão Filafricana em 1897; a Liga Evangélica de Angola em 1897; a Aliança Cristã e Missionária em 1907; a Missão Geral da África do Sul em 1914 e, a Adventista do Sétimo Dia fundada em 1924. Estas organizações protestantes dedicaram-se a converter, educar e conceder medicamentos à população angolana. Com as organizações protestantes, os angolanos tiveram contacto com uma educação diferenciada daquela definida pelas políticas de ensino colonial. Ouça-se, a este respeito, Laurindo Vieira:

Apesar das missões protestantes terem administrado unicamente o ensino primário, o faziam com o objectivo de criar uma classe de pequenos quadros africanos, favoráveis à sua ideologia e que colaborassem na propagação do obscurantismo religioso. (2007, p. 55)

Sobre esta educação, Giselda Brito Silva, no seu artigo “Salazarismo e Educação Colonial em África: Angola e Moçambique em Perspectiva Comparada” (2019, p. 6) escreve: “os métodos de instrução dos indígenas e

assimilados praticados pelos missionários protestantes em [...] Angola eram considerados desviantes daqueles pretendidos pelo regime colonial”.

Recorde-se que as missões protestantes formaram e concederam bolsas de estudo aos vários nacionalistas angolanos, entre os quais, Agostinho Neto pela Igreja Episcopal Metodista, Holden Roberto pela Sociedade Missionária Baptista e Jonais Savimbi pela Igreja Evangélica Congregacional: nomes incontornáveis na história da luta de libertação colonial em Angola (BRIDGLAND, 1987).

Salienta-se que a igreja católica, embora tivesse corroborado com o regime colonial, alguns padres e comunidades missionárias católicos, também desempenharam um papel de realce na formação dos quadros angolanos, muito deles artífices destacados nas lutas de libertação colonial. A título de exemplo, Jonas Savimbi, na década de 1950, foi brindado por uma bolsa de estudo pela “Comunidade Missionária dos irmãos católicos de Silva Porto [actual Cuito – Bié], para frequentar o Liceu Nacional Diogo Cão em Sá da Bandeira e posteriormente a Faculdade de Medicina em Lisboa” (*Ibidem*, pp. 36-37).

De acordo com Silva (2019), a partir de 1926 e durante a vigência do Estado Novo (1933-1974), que coincide com a implementação do colonialismo, registou-se um aumento de escolas e expansão do sistema educativo angolano. Esta expansão, tem início em 1919, com a política de disseminação das escolas primárias superiores⁸ e com a criação do Liceu Salvador Correia de Luanda. A reforma educativa de 1927, a fundação do Liceu da Huíla, o surgimento de escolas missionárias e o aumento das escolas públicas, sobretudo nos grandes centros urbanos, impulsionou esta expansão.

Apesar da reforma de 1927, as políticas educativas continuaram a propagar a missão civilizadora. Paralelamente, acentuou-se a discriminação racial no ensino e a aposta na evangelização católica dos angolanos, em contraposição e repressão do avanço protestante (SILVA, 2019). A reforma educativa de 1927, desvelou a assimetria do sistema de ensino, que perdurava desde o século XV. No Diploma legislativo nº 518 de 16 de Abril de 1927, lê-se:

⁸ *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira* nº 5 (1962, p. 24).

Pretendendo satisfazer às necessidades mentais de dois grupos étnicos, naturalmente tão distanciados, como o europeu e o africano, esta organização procura estabelecer dois ramos assimétricos: o ensino para os europeus e assimilados e o ensino para os indígenas. (*Apud* GOMES, 2014, p. 3)

Embora o diploma permitisse que negros e brancos assistissem às mesmas aulas, havia uma exiguidade de assimilados nos liceus e nas escolas técnicas. O primeiro Presidente angolano Agostinho Neto, em depoimento dado a Augusta Conchiglia, na sua obra *Agostinho Neto – da guerrilha aos primeiros anos da independência*, confirma: “após a escola primária, os meus irmãos e eu passamos para o Liceu Salvador Correia, onde havia pouquíssimos africanos na época” (CONCHIGLIA, 2019, p. 10).

Tabela 1: Frequência por “raça” no Liceu Salvador Correia entre 1926-1930.

Alunos	Percentagem
Branco	51,39%
Mestiços	42,22%
Negros	6,39%

Fonte: Lara (1954, p.3).

Tabela 2: Frequência por “raça” no Liceu de Moçâmedes em 1934.

Alunos	Percentagem
Branco	77,90%
Mestiços	22,10%
Negros	0%

Fonte: *Ibidem*.

Os dados estatísticos da mesma tipologia no Liceu Nacional Diogo Cão, estampados no ítem a seguir, ilustra também a exclusão dos negros nos liceus. Quanto à educação do indígena, o *Boletim do Ensino da Colónia de Angola* de 1931 é esclarecedor:

O indígena tem de ser um indivíduo útil principalmente no seu meio de origem e só o poderá ser, uma vez preparado, uma vez educado nos costumes salutarés do trabalho. O indígena na escola primária estaria deslocado, tornando-se altamente prejudicial a si e aos seus semelhantes. Devemos procurar evitar a difusão de escolas primárias nos povoados selvagens. (SILVA, *Apud* VIEIRA, 2007, p. 49)

Esta política educativa, visava usar a população indígena em diversas frentes de trabalho: braçal, servil, doméstico, e outros na administração colonial, nas

estradas, pontes e fábricas. Portanto, ensinar o evangelho, a cultura portuguesa, a ler e a escrever era essencial para a funcionalidade das relações do trabalho colonial implantado (SILVA, 2019, p. 12).

A atitude da política de ensino colonial em deixar a educação dos negros a cargo das missões católicas, tornou-se evidente com o Decreto nº 31.207, de 05 de Abril de 1941, com o qual o Estado Português privilegiava e destinava o ensino dos indígenas as missões católicas (ÁVILA, *Apud* VIEIRA, 2007, p. 55).

O Estado Novo assegurou teoricamente o assimilacionismo como o princípio reitor da sua política educativa para Angola, mas na prática dificultou o acesso de uma maioria de indígena ao ensino. A escola começou por ser implementada em locais onde houvesse uma concentração da população de colonos, por forma a permitir que esta população tivesse acesso à escola, em detrimento da população africana, principalmente a que vivia no meio rural (VIEIRA, 2007). O que expõe a contradição entre a teoria e prática de assimilação. Lúcio Lara ilustra esta idéia ao considerar que:

Os distritos de Moçâmedes e Huíla, que formavam uma das três circunscrições escolares por que estavam distribuídas mais escolas, eram aqueles onde havia maior densidade da população branca. Num total de 1490 alunos nestes distritos havia em 1933, 1125 brancos nascidos em Angola, 104 brancos metropolitanos, 234 mestiços e 27 negros. No distrito do Cuando Cubango, onde a população branca era de 132, num total de 92.695 habitantes, até o ano de 1951 não existia o ensino oficial. (LARA, 1954, pp. 4-6)

O ensaísta e nacionalista angolano Mário Pinto de Andrade no seu texto “Possibilidades de estudo e condições de vida dos jovens angolanos” (1955, pp. 1-2) acrescenta que em “1953, Angola contava com 939 estabelecimentos escolares destinados ao ensino dos indígenas e 278 destinados ao ensino dos brancos e assimilados”, o que não atendia às necessidades locais, considerando-se a quantidade de indígenas em relação à brancos e assimilados. O censo de 1950, estabelecia 4.036.547 negros, 29. 550 mestiços, 78.903 brancos (LARA, 1954, p. 5). A título comparativo, Andrade nota que no Congo-Belga onde a população indígena era cerca de 2,5 superior à de Angola, havia 26.540 escolas destinadas ao ensino dos indígenas, ou seja, 28 vezes mais escolas do que em Angola (ANDRADE, 1955, p. 2). Além disso, os números orçamentais são bem elucidativos do desprezo que os

governantes portugueses tiveram à educação das massas negras angolanas: enquanto se reservava um gasto de 147 dólares americanos anualmente para a educação de cada branco ou assimilado, o mesmo gasto em relação ao indígena era de apenas 4,50 dólares americanos (*Ibidem*).

Durante o Estado Novo a grande maioria da população indígena continuava sem escolarização. Os poucos que tinham acesso à escola, eram treinados para servir à administração, ou como mão-de-obra barata para as firmas capitalistas privadas, pertencentes a europeus. Isso revela a selecção daqueles que participarão na continuação do domínio e exploração colonial (RODNEY, 1975, p. 347). A título ilustrativo, em 1930 o sistema de educação indígena contava com 2.000 alunos, espalhados pelas escolas oficinas e rurais (KEBANGUILAKO, 2013, p. 3):

As escolas oficinas tinham o objectivo de prover ao aperfeiçoamento e moralização dos hábitos e carácter das populações indígenas, disseminando o ensino das profissões manuais, de educação moral e da língua portuguesa, como necessárias e graduais etapas do seu progresso para a civilização mais perfeita, a maneira europeia. Criando nele [indígena] um sentimento de respeito e subordinação [em relação ao branco]. (LARA, 1954, p. 4)

Quanto às escolas rurais para indígenas, Lúcio Lara esclarece:

Tem este ensino por fim especial divulgar entre o gentio a língua portuguesa, bem como criar entre as crianças indígenas hábitos de higiene, de compostura e de trabalho, predestinando-as a receberem facilmente os benefícios da civilização. (*Ibidem*)

Fred Bridgland, no seu livro, *Jonas Savimbi: Uma Chave de África*, sobre a realidade da educação em Angola durante o período colonial, faz saber que “em 1936, apenas 1% da população negra, em idade escolar, frequentava a escola” (BRIDGLAND, 1987, p. 26). A partir de “1937 os indígenas passaram a ser enviados para as escolas elementares de arte e ofícios” (KEBANGULAKO, 2013, p. 3). Esta medida era vista “como estádio necessário para a promoção das populações” (*JORNAL DA HUÍLA*, 15 de Junho de 1967). Em nada alterou o ínfimo número dos negros na escola, uma vez que:

Numa estimativa feita pela UNESCO em 1958, o índice de analfabetismo entre os negros angolanos ascendia a 97%. Por volta de 1960, apenas 38.000 negros, de uma população africana de 4.600.000 habitantes, desfrutavam do estatuto de assimilado, um número que perfazia menos de 9 em cada 1000 pessoas. (*Apud*, BRIDGLAND, 1987, p. 26)

Com o surto do nacionalismo moderno angolano, depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a política educativa portuguesa para Angola virou-se para a consolidação de uma *Angola Portuguesa*, que rejeitasse, resistisse e eliminasse as forças opositoras e independentistas. Foi dentro deste propósito que em 1944, é fundada pelo Estado Novo, primeiro em Coimbra e, mais tarde, no Porto, a Casa dos Estudantes do Império (CEI). Este projecto visava aglomerar todos os estudantes oriundos das colónias portuguesas num mesmo espaço para que melhor os pudessem controlar e preparar, com o intuito de vir enquadrá-los na administração colonial e reproduzir o sistema opressivo que o regime do Estado Novo prosseguia (*UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA*, 2017, p. 7).

Com as revoltas libertadoras populares desencadeadas em 1961, a educação começou a ser encarada, simultaneamente, como instrumento de luta contra a guerra de libertação e de promoção da portugalidade (GOMES, 2014, p. 4). Depois de 1960 regista-se um aumento significativo de africanos no sistema de ensino geral e a criação do ensino superior em 1963.

Ermelinda Liberato, no seu artigo “Avanços e retrocessos da educação em Angola”, sobre a expansão e inclusão dos nativos no sistema de ensino público em Angola neste período, nota que:

A partir de 1961, verificou-se o crescimento da rede escolar primária nos centros urbanos e em certas zonas rurais, fruto do programa *Levar a escola à Sanzala: Plano de Ensino Primário rural em Angola 1961-62*, levado a cabo pelo então Secretário Provincial da Educação, Amadeu Castilho Soares. Este plano visava o ensino da Língua Portuguesa em todo território angolano, sobretudo fora dos centros urbanos, onde havia poucos nativos com o domínio do português. (LIBERATO, 2014, p. 9)

Uma medida que deve ser percebida como tentativa de afrontamento e neutralização das ideologias nacionalistas e de criar um Portugal pluri-continental e multi-racial como forma de apaziguar e assim neutralizar desejos independentistas. Tal como informa Américo Boavida:

Em nossos dias [...], os colonialistas portugueses, com efeito, através de uma propaganda enganosa, esforçam-se em fazer aceitar que os novos projectos e as novas instituições postas em vigor nestes últimos anos, e que não são mais que a consequência da sublevação armada do povo angolano, têm como objectivo fazer participar a população autóctone na vida administrativa, política, económica e social do país. Todavia, os colonialistas portugueses persistem em recusar o Direito de Angolanidade aos povos e populações angolanas, e

impuseram mesmo, o fim do indigenato, pelo Decreto-Lei nº 43893, de 6 de Setembro de 1961, a cidadania portuguesa a todos os autóctones. (BOAVIDA, 1967, p. 46)

Esta ideia é promulgada no guia do alfabetizador *A vitória é certa: a luta continua*, publicada em 1980 pelo Ministério da Educação de Angola:

Nos últimos anos do colonialismo, tentou-se enganar o povo, mostrando que se preocupava em aumentar o número de escolas para os filhos dos camponeses e operários. Mas na prática, pretendia-se controlar o povo, impedir que as ideias de libertação se espalhassem, convencer todas as crianças e os seus pais de que eram portugueses e não angolanos, e de que a luta heróica da libertação eram simples actos terroristas. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA, *Apud GOMES*, 2014, p. 8)

A exemplo disto, a portaria de 19 de Fevereiro de 1964, peça central da reforma educativa da década de 60 do século passado, embasava um projecto de assimilação da cultura europeia, discriminação e extinção da cultura angolana, uma vez que os programas e conteúdos de ensino diziam respeito à realidade portuguesa. Vieira (2007, p. 56) afirma que “estudava-se a flora, a fauna, a história, a geografia de Portugal, criando-se um vazio cultural acerca de conhecimentos da realidade de Angola”.

Numa abordagem similar, Catarina Antunes Gomes, ao analisar a portugalidade no ensino colonial depois de 1960, descreve:

Ao ensinar a geografia de Portugal, o professor terá sempre presente a intenção de dar às crianças a consciência da unidade portuguesa [...]. Na disciplina de Língua Portuguesa [...] é recomendado que fossem implementadas, a recitação de poesias de amor à Pátria Portuguesa. Na disciplina de História, foram incluídos textos que ilustravam os momentos canónicos da história oficial do Portugal europeu e descobridor. Que permitisse a consolidação do sentimento de patriotismo, dando-lhe forma consciente e esclarecida. (2014, pp. 5-6)

É evidente que, ao longo de cinco séculos de presença portuguesa em Angola, a política de educação impôs uma cultura de destruição da existente, visando *portugalizar o angolano*, transformá-lo num mero instrumento de trabalho em benefício do regime colonial, enquanto seleccionava uma minoria negra para servir de ligação entre a administração colonial e o colonizado, no seu processo de domínio e exploração de Angola. Ao dificultar e negligenciar o fomento do ensino aos indígenas, a administração colonial criava mão-de-obra

barata para o desenvolvimento do colonialismo, capitalista na sua essência. Ao *portugalizar o angolano*, o sistema colonial procurava evitar qualquer aspiração política dos angolanos a um maior sentido de autonomização, perpetuando assim o regime. Em função da política educacional colonial portuguesa, à data da independência, num universo de 4.500.000 angolanos, menos de 1% dos angolanos tinha adquirido o estatuto de assimilado⁹ (HENDERSON, *Apud* VIEIRA, 2007, p. 54).

1.2. A educação em Sá da Bandeira durante a colonização

Os documentos sobre o desenvolvimento e a expansão da educação nas colónias portuguesas são escassos. Walter Rodney, sintetiza esta situação:

Nos territórios coloniais portugueses não há quase nenhuma educação para se falar. Os dados estatísticos foram sonogados durante muitos anos e quando publicados nos fins do período colonial, as cifras eram muitas vezes aumentadas. (1975, p. 352)

O território que veio a se chamar Sá da Bandeira com a chegada dos primeiros madeirenses em 1885, antes encontrava-se sob influência de um soba africano, que tinha o nome de Calubango ou Kaluvango. Contudo, a região era inabitada e com a ocupação portuguesa, Pinheiro Chagas atribuiu a este território o nome de Sá da Bandeira, em honra do Marquês de Sá da Bandeira, Bernardo de Sá Noqueira de Figueiredo, que lançou os primórdios da colonização europeia no planalto da Huíla¹⁰.

Contudo, a educação colonial portuguesa teve início antes do processo da ocupação efectiva da região, efectuada oficialmente por colonos madeirenses a 19 de Janeiro de 1885¹¹. Os missionários do Espírito Santo, os Padres Carlos Duparquet e José Maria Antunes foram os percursores da evangelização cristã

⁹ Aquele que tinha adoptado todos os aspectos, costumes e valores portugueses de uma forma tal que, à excepção da cor da pele, se transformara num português, afastando-se totalmente da sua própria cultura e tradições “tribais” de uma maneira radical (BRIDGLAND, 1987, pp. 25-26). Aquele que tinha abandonado inteiramente os usos e costumes africanos, que sabia falar, ler e escrever correntemente a língua portuguesa, adoptado a monogamia e que exercia uma profissão, arte, ou ofício compatível com a civilização europeia. Torna-se necessário acrescer que havia todo um processo burocrático de transição legal para este estatuto.

¹⁰ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/.sa-da-bandeira/> 6 minutos e 8 segundos, acesso em 23 de Maio de 2023.

¹¹ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/.sa-da-bandeira/> 4 minutos e 55 segundos, acesso em 23 de Maio de 2023.

e da instrução das populações de Sá da Bandeira à cultura europeia em 1881. Henrique Alves, na sua obra *A Congregação do Espírito Santo - cem anos em Angola*, sobre o prelúdio da educação na colónia de Sá da Bandeira, esclarece:

A Missão da Huíla, criada pelos missionários do Espírito Santo, a 7 de Dezembro de 1881, através do decreto do dia 27 e da portaria do dia 28 de Julho do mesmo ano, englobava o funcionamento de um colégio, uma escola agrícola profissional e uma escola para meninas. (ALVES, 1966, pp. 35-36)

Torna-se evidente que, em Sá da Bandeira, os padres foram os primeiros professores que espalharam, juntamente com o conhecimento do cristianismo, a leitura e a escrita entre os africanos. O ensino continuou eminentemente religioso até 1906. Neste ano, a professora Irene Betencourt de Medeiros Portela fundou a primeira escola de Sá da Bandeira fora das missões religiosas, fazendo surgir o ensino do Estado na localidade (LARANJEIRA, 1995, pp. 108-109). Com o surgimento da política de disseminação das Escolas Primárias Superiores implementada na Metrópole em 1919, registou-se nos anos seguintes, a construção de edifícios escolares e uma transformação no sistema de educação em Sá da Bandeira. Fruto desta política, Sá da Bandeira que até 1919 contava apenas com a Escola Primária Superior de Artur de Paiva. Somente em 1927, depois de ser elevada à categoria de cidade a 31 de Maio de 1923, passou a contar com cinco escolas primárias públicas (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 24). Este é um número ainda modesto, considerando que já tinham se passado 42 anos desde a chegada dos primeiros 222 madeirenses à cidade.

O desenvolvimento operado, simultaneamente, no campo social e económico entre os colonos madeirenses, trouxe a necessidade da criação e fomento de colégios secundários. A Escola Primária Superior Artur de Paiva, que entre 1920 a 1928 leccionava apenas três classes, em 1929 passou a Liceu da Huíla, comportando cinco classes que, em 1933, passaram a ser equiparados com às da Metrópole (LARA, 1954, p. 3). No ano Lectivo de 1934/35 o Liceu da Huíla contava com 145 alunos, oito professores efectivos e dois provisórios (*Ibidem*). Em 1935, depois de se ter concluído um soberbo edifício, o Liceu foi baptizado com o nome de Diogo Cão e elevado à categoria de Nacional, passando a

chamar-se Liceu Nacional Diogo Cão que, a partir de 1938, começou a leccionar o 7º ano como preparação pré-universitária, com 150 alunos (*Ibidem*, pp. 28-29). Contudo, nesse número não se registou a frequência de negros. O único progresso considerável foi o facto do Liceu Nacional Diogo Cão ter passado a leccionar sete classes em vez de cinco.

Tabela 3: Frequência por “raça” no Liceu Nacional Diogo Cão entre 1929-1935.

Frequência por “raça”	Percentagem
Branços	87,63%
Mestiços	12,37%
Negros	0%

Fonte: Lara (1954, p. 3).

Tabela 4: Dados do Liceu Nacional Diogo Cão no ano lectivo 1950/1951.

Total dos Ciclos	Alunos matriculados por ciclo	Frequência por cor da pele			Professores
		Branços	Mestiços	Negros	
1º ciclo	173	160	31	0	19
2º ciclo	161	145	16	0	
3º ciclo	67	65	2	0	

Fonte: Lara (1954, p. 6).



Figura 1: Liceu Nacional Diogo Cão em 1962 (hoje, Faculdade de Direito da Universidade Mandume Ya Ndemufayo).

Fonte: *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, nº 5, (1962, p. 28).



Figura 2: Outra perspectiva do antigo Liceu Nacional Diogo Cão em 1970¹².

Em 1937, a Congregação das Irmãs Doroteias¹³ estabeleceram-se nas terras da Huíla. Estas lançaram as bases para a concretização do sonho de João de Almeida que, enquanto Governador da Huíla, entre 1908 a 1910, propunha a fundação, em Sá da Bandeira, de um colégio para evangelizar jovens mulheres por via da educação. Surgiu assim, a 25 de Junho de 1937, o núcleo do famoso Colégio Paula Frassinetti, com o objectivo de formar raparigas, não só de Sá da Bandeira, mas de Angola inteira (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 28).

Na teoria, as irmãs de santa Doroteia, defendiam que a congregação existia para educar a juventude feminina, sobretudo as mais pobres e necessitadas, mas Agnelo Carrasco, professor, autor e residente em Sá da Bandeira, guarda memórias do colégio Paula Frassinetti como uma instituição elitista: “no Governo português, o Colégio Paula Frassinetti era também internato só para meninas, maioritariamente de média ou alta burguesia” (CARRASCO, 2023). É também esta a memória de Sérgio Sousa, residente em Sá da Bandeira, desde a colonização:

¹² “Angola – Imagens dos Velhos tempos. (30 de Outubro de 2016). *Alunos do liceu Diogo Cão – Sá da Bandeira*. [Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/.232470193837719/photos/a.233054087112663/238812586536812/?type=3>, acesso em 25 de Fevereiro de 2023.

¹³ É uma congregação de religiosas católicas, fundada na Itália em 12 de Agosto de 1834, pela irmã Paula Frassinetti. Para saber mais, consultar os Arquivos do Colégio Paula Frassinetti do Lubango.

O Colégio Paula Frassinetti era também uma instituição escolar. Os pais com poder económico, tinham as filhas a estudar lá, pelo grau de exigência que as mães impunham. Os estudos feitos no Colégio Paula Frassinetti, para haver o reconhecimento oficial, os exames eram feitos no Liceu Nacional Diogo Cão. (SOUSA, 2023)

Estas memórias, expõem a contradição entre a teoria e prática de funcionamento do colégio Paula Frassinetti, durante o período colonial em Sá da Bandeira.

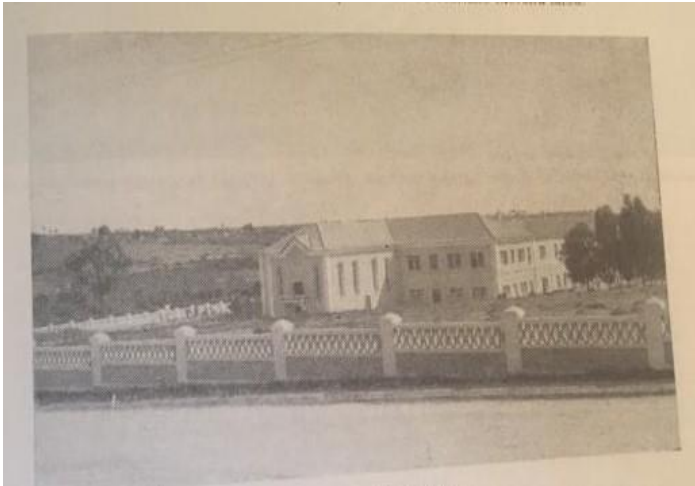


Figura 3: Colégio Paula Frassinetti em 1962 (funciona hoje com o mesmo nome).

Fonte: *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, nº 5 (1962, p. 29).

Em 1939 foi fundada, na cidade de Sá da Bandeira, a escola Agro-pecuária do Tchivinguiro, devido ao clima estável e solo generoso, propício à prática da agricultura. Esta escola estava voltada para a formação de “práticos agro-pecuários e capatazes agrícolas [e] regia-se com as mesmas normas da Metrópole e de Moçambique. Era a única daquela envergadura em Angola” (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 26).

No Tchivinguiro, procurava-se aperfeiçoar e sistematizar conhecimentos que vizavam a produção mais eficaz e racional da terra. Simultaneamente se inculcava na juventude o interesse pelas culturas, o amor às plantas e aos frutos¹⁴.

Em 1956, a escola Agro-pecuária do Tchivinguiro foi elevada à categoria de Escola de Regentes Agrícolas, tornando-se na primeira escola de ensino médio profissional em Angola. A inauguração solene das aulas fez-se em princípios de Janeiro de 1957 (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA*

¹⁴ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sa-da-bandeira/> 13 minutos e 21 segundos, acesso em 23 de Maio de 2023.

BANDEIRA, nº 5, 1962, p. 27). Em 1970, esta escola, que funcionava também como internato, contava com 200 alunos entre homens e mulheres, com idades entre 12 e 21¹⁵.



Figura 4: Edifício da antiga escola dos Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1969, extraída do documentário do arquivo da RTP de Portugal¹⁶ (hoje, Instituto Médio Agropecuário).

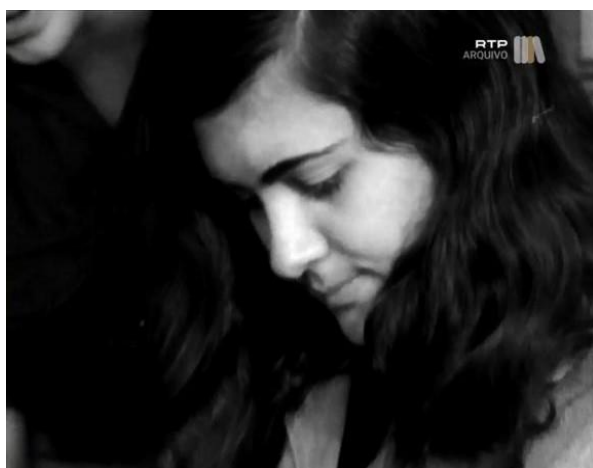


Figura 5: Aluna da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal¹⁷.

¹⁵ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sa-da-bandeira/> 14 minutos e 31 segundos, acesso em 23 de Maio de 2023.

¹⁶ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/encontro-de-regentes-agricolas-em-angola/> 9 minutos e 40 segundos, acesso em 1 de Junho de 2023.

¹⁷ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sa-da-bandeira/> 9 minutos e 40 segundos, acesso em 1 de Junho de 2023.



Figura 6: Os alunos e professores da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal¹⁸.



Figura 7: Aluno e professor da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal¹⁹.



Figura 8: Aluno da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal²⁰.

¹⁸ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/.sa-da-bandeira/> 17 minutos e 25 segundos, acesso em 1 de Junho de 2023.

¹⁹ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/.sa-da-bandeira/>, 17 minutos e 18 segundos, acesso em 10 de Agosto de 2023.

²⁰ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/.sa-da-bandeira/>, 15 minutos e 36 segundos, acesso em 10 de Agosto de 2023.



Figura 9: Aluna e professor da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal²¹.



Figura 10: Professor e Alunos da Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro em 1970, extraída no documentário do arquivo da RTP de Portugal¹.

De acordo com o *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, nº 5, (1962, pp. 27-28), em 1939, foi criada em Sá da Bandeira uma escola de Artes e Ofícios, que veio se chamar de Artur de Paiva. No entanto, esta escola nunca chegou a funcionar, em 1952 passou a se chamar Escola Industrial e Comercial de Artur de Paiva (*Ibidem*). A abertura solene de aulas ocorreu efectivamente, em Abril de 1953. A partir do dia 15 de Outubro de 1961, passou a funcionar como uma escola do ensino médio profissional, tornando-se na segunda escola com aquele nível e tipologia na Huíla (*Ibidem*). Em 1962 contava com 750 alunos (*Ibidem*).

²¹ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sa-da-bandeira/>, 16 minutos e 12 segundos, acesso em 10 de Agosto de 2023.

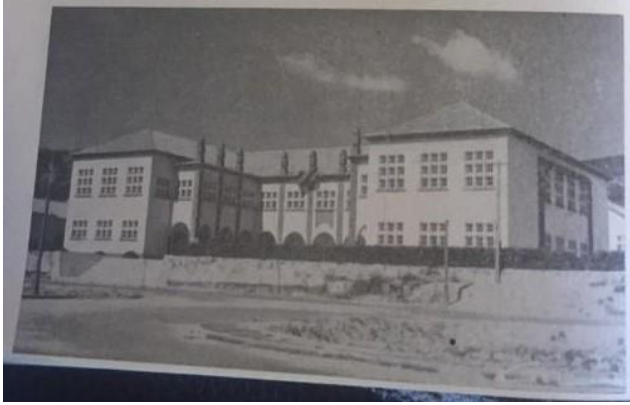


Figura 11: Escola Industrial e Comercial Artur de Paiva em 1962 (hoje, Escola secundária 27 de Março).

Fonte: (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 28).

Em 1962, a população escolar crescia em todos os ramos de ensino, a tal ponto que orçava os 6.000 alunos (*Ibidem*, p. 29). À medida que o tempo passava, criavam-se novas escolas que entravam em funcionamento. A partir do Decreto nº 45.235, de 7/9/1963, criava-se o Magistério Primário de Sá da Bandeira, com duração de um ano lectivo e, à data da independência, formou 12 cursos²².

Figura 12: Edifício onde funcionou a Escola do Magistério Primário, anos 1960 (hoje funciona como o Comité Provincial do MPLA na província da Huíla).



Fonte: (MACHADO, 2014)²³.

²²Escola Magistério Primário de “Carlos Esterman” Sá da Bandeira – Angola. (27 de Janeiro de 2014). *12º Curso (1º ano 1974-75) Foto de Ana Maria Almeida*. [Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/.754737051204428/posts/.102022489211176/?d=n>, acesso em 05 de Agosto de 2023.

²³Machado, Raul Sousa. (06 de Fevereiro de 2014). *Fotografias de Angola – Sá da Bandeira, anos 60*. [Facebook]. Disponível em <https://www.facebook.com/.photo.php?fbid=10202455588744649&set=gm.660201364019305&type=3>, acesso em 05 de Agosto de 2023.

Figura 13: Alunas e professores do 1º curso do Magistério Primário de Sá da Bandeira, em 1964²⁴.



Em 1963, surgiu na Missão da Huíla, o curso de habilitação feminina de professoras, onde eram inscritas alunas com a 4ª classe, com idades entre 14 a 20 anos²⁵. O curso tinha a duração de quatro anos e funcionava como internato, frequentado maioritariamente por meninas desfavorecidas, entre negras e brancas (*Ibidem*). As alunas traziam apenas o “enxoval e pagavam os calçados, enquanto que a missão, com a ajuda do Estado, concedia a alimentação, livros, vestuário, o que tornava a permanência das alunas, absolutamente gratuita” (*Ibidem*). Em 1970 a Missão da Huíla contava com 121 alunas, distribuídas pelos quatro níveis de ensino (*Ibidem*).

Figura 14: Parte frontal do edifício da Missão da Huíla em 1970, extraído do documentário da RPT Portugal²⁶ (hoje, funciona com o mesmo nome).



²⁴Escola Magistério Primário de “Carlos Esterman” Sá da Bandeira – Angola. (27 de Janeiro de 2014). *Alunas e professores do 1º Curso do Magistério Primário de Sá da Bandeira*. [Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/.754773037867496/7547722721200861/?type=3>, acesso em 05 de Agosto de 2023.

²⁵ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/.sa-da-bandeira/> 9 minutos e 40 segundos até 10:40 acessado aos 23 de Maio de 2023.

²⁶ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/.sa-da-bandeira/>, 9 minutos e 34 segundos, acesso em 26 de Julho de 2023.



Figura 15: Alunas da Missão da Huíla em 1970, extraída do documentário da RPT Portugal²⁷.

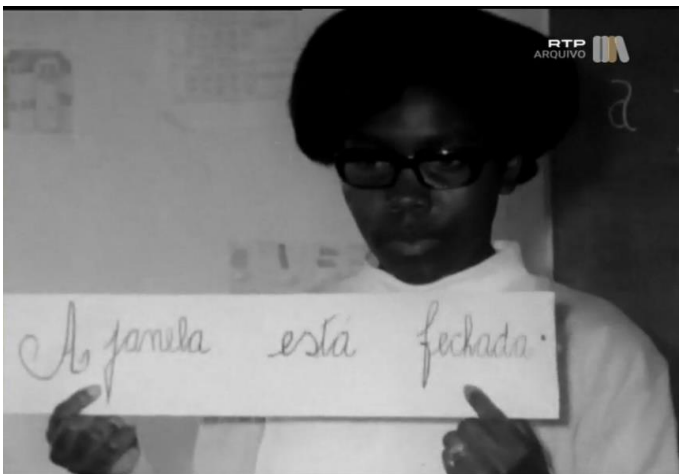


Figura 16: Uma professora do ensino primário de Sá da Bandeira em 1970, extraída do documentário do Arquivo da RPT Portugal²⁸.

Em 1968 e 1969, a cidade passou a contar com o ensino superior, nos cursos de Matemática e de Letras respectivamente, ambos funcionando como sucursal da Universidade de Luanda, no quadro dos Estudos Gerais Universitários de Angola (*JORNAL DA HUÍLA*, Dezembro de 1968). Ainda em 1968, é instalada a escola Preparatória do Ensino Secundário Marquês de Sá da Bandeira (hoje, Colégio Primeiro de Dezembro). Sérgio Sousa recorda que:

Após a construção e funcionamento desse edifício em Sá da Bandeira, é que Lisboa se apercebeu que se destinava a Moçamedes. O tipo de construção é para uma região de pouca ou nenhuma chuva. Conclui-se que a administração colonial portuguesa não conhecia o chamado ultramar. (SOUSA, 2023)

²⁷ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sa-da-bandeira/>, 11 minutos e 32 segundos, acessado em 27 de Julho de 2023.

²⁸ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sa-da-bandeira/>, 11 minutos e 39 segundos, acessado em 10 de Agosto de 2023.

A Escola Preparatória, recebia “alunos do Curso Comercial e Industrial Artur de Paiva e depois de fazerem a Secção Preparatória, aqueles que quisessem continuar com a formação, seguiam no Instituto Médio Friedrich Engels” (hoje, Instituto Politécnico número 131 Lubango) (CARRASCO, 2023). Em 1973, altura das celebrações dos 50 anos da cidade, “existiam em Sá da Bandeira 6.540 alunos primários, 4.000 alunos a frequentarem o ensino secundário e 500 alunos no ensino médio”²⁹.



Figura 17: Alunos e professores do 11º curso do Magistério Primário de Sá da Bandeira, Abril de 1975³⁰.

Em suma, embora Sá da Bandeira tivesse se beneficiado de grandes investimentos no sector da educação durante a vigência do colonialismo, valendo-lhe o sublime adjectivo de “centro académico de Angola”³¹, a população negra escolar, era em número reduzido e os grandes projectos escolares, eram concebidos para os filhos dos colonos da média e alta burguesia. A título de exemplo, as ilustrações dos alunos do magistério primário de Sá da Bandeira, do 1º curso em 1963 até o 12º curso em 1975, revelam uma maioria de alunos brancos³². Este facto, levou Walter Rodney a

²⁹ Ver, Paula, A. (2017). *Cronologia da cidade de Lubango (Sá da Bandeira)*. Disponível em: <https://sandularte.blogspot.com/2017/01/cronologia-da-cidade-de-lubango-sa-da.html?m=1> acesso em 22 de Maio de 2023.

³⁰ Escola Magistério Primário de “Carlos Esterman” Sá da Bandeira – Angola. (21 de Janeiro de 2014). *11º Curso (1973-75)*. [Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/754737051204428/photos/a.754788541199279/754791194532347/?type=3>, acesso em 26 de Maio de 2023.

³¹ *BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5 (1962, p. 47).

³² Escola Magistério Primário de “Carlos Esterman” Sá da Bandeira – Angola. (21 de Janeiro de 2014). [Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=411574937784641&set=a.411574894451312&type=3>, acesso em 26 de Maio de 2023.

declarar, sobre a educação dos africanos nas possessões portuguesas, na sua obra intitulada, *Como a Europa Subdesenvolveu a África*: “não se pode negar que as crianças africanas dos territórios coloniais portugueses tenham tido uma oportunidade em 100 para frequência da escola [...]” (RODNEY, 1975, p. 352).

Tabela 5: Frequência por “raça” no Liceu Nacional Diogo Cão no ano lectivo 1951-1952.

Frequência por raça	Percentagem
Branços	92,27%
Mestiços	7,73%
Negros	0%

Fonte: Lara (1954, p. 7).

Esta situação ilustra a discriminação do ensino em Sá da Bandeira. A pouca frequência de negros nestas escolas de maior expressão, reflecte as políticas educativas coloniais, mas também, a incapacidade económica das famílias negras em custear a formação dos seus filhos nesse tipo de escolas. De acordo com Bridgland (1987, p. 26), a situação económica das famílias nativas era precária dadas as políticas coloniais, que dificultavam o enriquecimento dos negros³³. Eram pouquíssimos os negros com algum poder económico, que permitisse suportar os gastos dos filhos nas escolas frequentada pelos filhos dos colonos da média e alta burguesia. Um outro número de assimilados, igualmente reduzido, frequentava as aulas com os filhos dos colonos de baixo rendimento. A grande maioria dos filhos dos negros estavam relegados às missões religiosas e outros tantos milhares se encontravam fora do sistema de ensino. Por isso, à data da independência, havia pouquíssimos angolanos que sabiam ler e escrever.

1.3. A criação do Ensino Superior em Angola

Para melhor compreendermos a criação do ensino superior em Angola, devemos entender a orgânica do funcionamento da educação nas colónias portuguesas. O *Jornal da Huíla*, na sua edição de 26 de Julho de 1962, expunha que a criação de cursos universitários na colónia não era da

³³ Os colonizadores despojavam os africanos dos seus poderes, animais e de grande parte das suas terras (ver também Washington Nascimento, 2022).

competência do Governador-Geral nem do Conselho Legislativo de Angola, mas prerrogativa do Governo Central.

As aspirações para a instalação da universidade em Angola, começaram em Sá da Bandeira em 1938, quando o Liceu Nacional Diogo Cão deu início ao Sétimo ano. Nesta época, surgiram algumas vozes no periódico de Sá da Bandeira, intitulado *Notícias da Huíla*, e de pessoas singulares: “o capitão Sousa Dias e outros professores do Liceu pediam o ensino superior em Angola” (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 27). Mas foi durante a década de 40, que gerou-se em Sá da Bandeira acções populares para a cidade receber a futura universidade de Angola (SILVA, 2016, p. 29).

O *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, nº 5, (1962, pp. 27-70), revela que a capital da Huíla possuía soberbos motivos para albergar o Ensino Superior em Angola. Em 1956 era a única cidade de Angola com uma escola do ensino médio profissional e dispunha também de um Liceu como preparação pré-universitária (*Ibidem*); a par disto, altas figuras da administração colonial portuguesa consideravam a cidade de “Sá da Bandeira o lugar ideal para a criação da Universidade em Angola” (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 80). No *Jornal da Huíla*, lê-se que Rafael Ávila de Azevedo, Director Provincial dos Serviços de Instrução de Angola entre 1947 a 1957, quanto à criação da Universidade de Angola, declarava: “como sempre disse e escrevi, deve ser Sá da Bandeira a primeira cidade universitária de Angola. A primeira, friso”, (*JORNAL DA HUÍLA*, 5 de Dezembro de 1968, p. 7). Com a mesma convicção Sá Viana Rebelo, no cargo de Governador-Geral de Angola, proferiu em Novembro de 1957 o seguinte:

A instalação duma Universidade em Angola será realidade dentro de curto prazo. Durante a minha estadia em Lisboa tive com o Ministro da Educação algumas conversas a esse respeito e tudo faz crer que depressa se chegará a um resultado prático. A Universidade ficará, possivelmente, localizada na cidade de Sá da Bandeira, que reúne uma série de condições que a recomendam para o efeito. Luanda não serve: é, de facto, uma cidade grande, mas nem oferece condições para um estudo cómodo e útil, nem possui um clima que ajude os escolares. (*Ibidem*)

O sociólogo brasileiro, Gilberto Freire quando subiu às terras altas da Huíla, foi seduzido pela cidade de Sá da Bandeira e não perdeu a oportunidade para publicitar a criação da Universidade de Angola em Sá da Bandeira e expressou:

Parece-me Sá da Bandeira o lugar ideal para o começo da Universidade. Um prudente começo de Universidade, articulada, com o sistema universitário da Europa: com professores, na sua maioria, vindos de Portugal [...] e com um ano, pelo menos, de estudos que o aluno fosse fazer em Coimbra, em Lisboa ou no Porto. (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 24)

Porém, o Estado Novo mostrava-se pouco favorável em satisfazer a petição da criação da Universidade em Angola. Em 1944, numa tentativa de conter as pequenas vozes que solicitavam o ensino superior nas províncias ultramarinas, criou, na Metrópole, a Casa dos Estudantes do Império (CEI), “para que os estudantes das colónias depois de concluído os liceus e os cursos médios, fossem em Portugal frequentar cursos universitários” (*UNIÃO DAS CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA*, 2017). Mas os colonos das províncias consideravam o envio de seus filhos à Europa para cursar o ensino superior, dispendiosa e pouco frutuosa.

Invocavam a incerteza dos filhos na escolha da profissão definitiva, a relutância dos novos formados em regressar às províncias, os altos custos para a formação em Portugal e a desadaptação ao ambiente da província após uma estadia na Europa. Os colonos das províncias, consideravam que era mais útil e sumamente mais económica a criação do Ensino Superior nas Províncias Ultramarinas. (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 20)

Por este motivo, os colonos continuaram a propagar a criação do ensino superior localmente, a tal ponto que, em Angola, durante a década de 50 do século passado, as vozes para a criação do ensino superior ganharam ressonância sem precedentes, atingindo a opinião pública: “a fundação da Universidade em Angola começou a ser objecto de análise e larga discussão no seio das populações e dos jornais de Angola” (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 27).

A solicitação da Universidade em Angola atingiu o Ministro das Colónias Teófilo Duarte, que se mostrou em favor e abraçou carinhosamente a iniciativa. O assunto tornou-se oficial:

Gerou-se um clima favorável, um ambiente académico para Sá da Bandeira receber a futura universidade de Angola. Em 1959, surgiu em Sá da Bandeira, o movimento Pró-universidade de Angola, que passou a defender a criação da universidade em Angola. Os anseios da população ampliaram-se. As vozes adquiriram então um volume de coro. Já não eram apenas ecos isolados a repercutirem-se neste ou naquele jornal. Ganharam consistência e subiram até as instâncias superiores (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 28).

Assim sendo:

A Comissão Pró-universidade, encabeçada pelo Presidente da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, deslocou-se à Luanda para tratar com o Ministro do Ultramar, Adriano Moreira a fundação da Universidade em Angola. Pediram encarecidamente a criação da universidade de Angola em Sá da Bandeira. Novos esforços foram feitos. A Comissão, constituída pelo seu representante em Lisboa Major José Ramos Camisão e por um ilustre de Sá da Bandeira, Dr. Fernando Gouveira da Veiga, foi recebida em Lisboa pelo Senhor Dr. José de Azevedo Perdigão, benemérito Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian³⁴. Esta fundação, mostrou-se a favor do projecto e disponibilizou-se conceder até 30 mil contos para a criação da Universidade de Angola. (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 58)

Faltava apenas o aval da Administração da Metrópole para a criação da Universidade em Angola. “A Rádio Clube da Huíla e à Comissão Pró-universidade, iniciaram uma autêntica e bem orientada campanha de publicidade” (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 28).

O pedagogo e escritor angolano Eugénio Alves da Silva, na sua obra *Gestão do Ensino Superior em Angola – Realidades, Tendências e Desafios Rumo à Qualidade* afirma que, apesar das incansantes e redobradas acções de petição para a fundação da Universidade em Angola, “a resposta do Governo Português continuava a traduzir-se numa recusa de instalar em Angola o ensino superior, com receio de que isso contribuísse para a evolução da consciência nacionalista na colónia” (SILVA, 2016, p. 29). Prevalecia a lei nº 2066, de 27 de Junho de 1953, que proibia o funcionamento do ensino universitário no Ultramar (*JORNAL DA HUÍLA*, 26 de Julho de 1962, p. 1). Eugénio Silva afirma que as autoridades metropolitanas portuguesas:

Manifestavam um forte receio à implementação do ensino superior em Angola, uma vez que presumiam o florescimento do sentimento patriótico e da

³⁴ Informação sobre a Fundação Calouste Gulbenkian disponível em <https://gulbenkian.pt>.

consciência nacionalista nas suas colónias, propenso a acontecer, fruto da política colonial. (SILVA, 2004, p. 159)

Por isso, quando o Governador-Geral de Angola, Sá Viana Rebelo pediu em Lisboa, em meados de 1950, a instalação da Universidade em Angola, demonstraram-lhe a “inoportunidade política de tal iniciativa que seria, à semelhança do que se passou no Brasil, um foco do nacionalismo e uma contribuição para o movimento de independência” (SILVA, 2016, p. 29). Por isso, à entrada nos anos de 1960, o ensino Superior em Angola continuava uma veleidade. Contudo,

As acções da Rádio Clube da Huíla em favor da criação da Universidade em Angola, se tornou incómoda para a Metrópole e obrigou a sua suspensão e, as actividades da Comissão Pró-universidade, foram acoimadas de anti-nacionalismo. Entretanto, a Comissão Pró-universidade encabeçada pelo Presidente da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, não se esmorecia e continuava a trabalhar com vista a instalação do ensino superior em Angola. (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, pp. 28-56)

As acções desempenhadas pela rádio e pela Comissão serviram de impulso para muitos que pediam pela Universidade em Angola a qualquer preço. Outros factores tiveram importância: as reivindicações dos movimentos nacionalistas³⁵, juntamente com a pressão exercida pela comunidade internacional pelo fim da colonização, sob efeitos da Conferência Afro-Asiática de Bandung³⁶, assim como a necessidade, da classe burguesa de Angola deixar de enviar os seus filhos para Portugal, afim de cursarem o ensino superior, impulsionou esta pressão para a criação do ensino Superior em Angola (FILHO & ALEAGA, 2021, p. 181). Essa pressão ficou evidente em outubro de 1961 durante a visita do Ministro do Ultramar, Adriano Moreira em Angola. Que mesmo sabendo da orgânica do funcionamento da educação nas colónias portuguesas, as autoridades angolanas, encabeçado pelo

³⁵A 04 de Fevereiro de 1961, instalou em Luanda uma revolta popular com ataques à Casa de Reclusão, ao quartel da Polícia de Segurança Pública (PSP) e à Emissora Nacional. Este facto é considerado pelo MPLA como o início da luta armada contra o colonialismo português. De 15 a 18 de Março de 1961, na região dos Dembos (Norte de Angola), a população Bakongo empreendeu uma insurreição que se alastrou nos distritos de Luanda, Cuanza Norte, Malanje, Uíge e Zaire (SAVITE, 2014, pp. 30-31).

³⁶Esta conferência foi realizada na cidade de Bandung na Indonésia no dia 18 de Abril de 1955, abriu o caminho à independência dos povos sob domínio colonial, ao assumir a luta-anticolonial como via de libertação (KI-ZERBO, 1972, p. 163; SAVITE, 2014, p. 141; SILVA, 2016, p. 29).

Governador-Geral, General Venâncio Deslandes apresentaram ao Ministro do Ultramar, Adriano Moreira,

um projecto sobre a criação do ensino superior em Angola, nos cursos de Letras, Ciências, Ciências Pedagógicas, Saúde, Economia, Estatística, Comunicações, Edificações e Urbanização, Hidráulica, Agronomia, Silvicultura, Pecuária, Veterinária, Biologia Agrícola e Engenharia Agrícola. (SANTOS, *Apud* SILVA, 2016, p. 29)

O Ministro recusou tomar localmente qualquer medida e questionou a competência do Governo Provincial para iniciar este processo. Entretanto, a posição do Ministro não impediu o Governador-geral de Angola, General Venâncio Deslandes, de criar o ensino superior em Angola, com o “Diploma Legislativo nº 3235 de 12 de Abril de 1962, aprovado pelo Conselho Legislativo de Angola com um voto contra num total de 21, [que] criava [assim] o Ensino Superior em Angola” (JACOB, 2018, pp. 112-113). Em reacção, a Junta de Educação Nacional, órgão instituído pelo Governo Central, considerou esta decisão inconstitucional e, através do Diploma Legislativo nº 44472, do Ministério do Ultramar, anulou o Diploma nº 3235 que pretendia criar o ensino Superior em Angola (*JORNAL DA HUÍLA*, 26 de Julho de 1962, p. 1). A Junta de Educação Nacional, justificava a sua posição: “para a Junta, os diplomas submetidos ao seu parecer são inconstitucionais porque nem o Governador-Geral nem o Conselho Legislativo dispõem de competência para a criação dos cursos universitários (*Ibidem*). Por sua vez, o Governador-Geral General Venâncio Deslandes tentou defender com firmeza as pretensões da população angolana, quanto à instituição do ensino universitário em Angola. Ele declara:

De facto reconheço que há muito de inovação em relação à ortodoxia do ensino nos diplomas que informam o diploma em discussão, queria informar também a Vossa Excelência que não se trata de um golpe puramente audacioso e sem fundamento, porque na organização que está prevista colaboraram, não direi todos, mas alguns ou muitos dos mais célebres professores da Universidade Portuguesa³⁷. Esses professores deram o seu aplauso ao trabalho inicial que aqui tinha sido feito e posso dizer que as

³⁷ A Comissão que elaborou o projecto de criação do ensino superior era constituída pelas seguintes entidades: o Secretário Provincial da Agricultura e Pescas, Engenheiro Agrónomo Jorge Bravo Vieira da Silva; Secretário Provincial da Educação, Dr. Amadeu Castilho; Director do Instituto de Investigação Médica, Dr. Fernando Moura Pires; Técnico do Instituto de Investigação Agronómica, Dr. Eurico Lemos Pires; Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Engenheiro Manuel Rocha; Docente do Instituto Superior Técnico de Lisboa, Engenheiro Edgar Cardoso; Médico e Professor do Instituto de Medicina Tropical, Dr. Fernando da Cruz Ferreira (SOARES, *Apud* JACOB, 2018, pp.112-113).

melhores cabeças neste campo que possuímos na Província deram o seu aplauso e introduziram as modificações que entenderam convenientes para que os cursos dessem perfeita satisfação aos técnicos. (*JORNAL DA HUÍLA*, 26 de Julho de 1962, p. 1)

Mas a decisão da Junta de Educação Nacional manteve-se irreversível quanto à não implementação do ensino Superior em Angola. A reacção dos colonos de Angola a esta decisão não se fez esperar, conforme patente no *Jornal da Huíla*, num artigo intitulado “A reacção da Imprensa de Angola perante a primeira decisão do Governo Central acerca dos Estudos Universitários”. O diário *O Comércio*, citado pelo *Jornal da Huíla* a 26 de Julho de 1962, no artigo intitulado “Momento que exige a maior ponderação”, expunha o seguinte: “o parecer da Junta Nacional de Educação e o decreto, anulando um diploma legislativo do Governo de Angola, suscitam, como é natural, fundamentação. A Universidade é um anseio justíssimo das populações ultramarinas (*Apud JORNAL DA HUÍLA*, 26 de Julho de 1962, p. 2). Ainda no *Jornal da Huíla*, lê-se o noticiário publicado pelo *Jornal O Lobito*, sob epígrafe “Foi inesperadamente anulada toda a legislação que criou o ensino universitário em Angola”, o comentário de Martins Amaral:

O parecer da Junta Nacional de Educação, conhecido ontem, dia 19, sobre os Centros Universitários de Angola e a decisão do Ministro do Ultramar de anular os diplomas referentes ao assunto, promulgados pelo Governo-Geral, fizeram desabar uma das nossas mais belas, humanas e legítimas aspirações: a criação de estudos superiores. Depois de tanta luta, de tanta tinta ter corrido sobre o assunto, de nos terem mantido na certeza da próxima existência de cursos universitários, de terem deixado os pais fazerem planos sobre os estudos dos filhos e a estes fazer projectos de futuro, surgiu a abrupta e drástica decisão ministerial, fundamentada num parecer muito discutível. Quando a notícia da anulação foi conhecida [...] em cada um de nós abriu um vácuo enorme. (*Ibidem*)

Surgiram mais discursos que espelhavam o descontentamento da população quanto à anulação do ensino superior em Angola, enquanto expressavam a certeza de que os cursos Universitários em Angola eram urgentes e indispensáveis. Conforme expunha o *Jornal da Huíla*, o comentário de Martins Amaral no *Jornal O Lobito*:

Hoje, mais do que em qualquer época da nossa história, precisamos de homens cultos, com uma preparação técnica, humanística, económica e jurídica à altura dos gigantescos problemas que temos pela frente. Só com os cursos superiores conseguiremos sobreviver. Sem eles será a morte, a morte histórica de um povo. (*JORNAL DA HUÍLA*, 26 de Julho de 1962, p. 2)

Na mesma nota, Martins Amaral prosseguia:

Numa época em que todos os povos procuram valorizar-se através duma instrução superior, nós teimamos em manter apenas três universidades para uma população de cerca de 24 milhões de habitantes, com a agravante de mais de metade dessa população residir a milhares de quilómetros de distância dos centros universitários. Isto, somado a tantas coisas mais, faz-nos pensar que a Providência nos abandonou e condenou à triste condição de satélites doutros povos. (*Ibidem*)

Nesta altura, a implementação do ensino superior em Angola era vista por muitos colonos como um direito inadiável, como se pode ler: “o estudo é uma obrigação que se impõe a todos nós e que aos governos cumpre fomentar. Não é um privilégio, não é condição inerente a uma casta ou circunscrita a um território: é um direito que nos nossos dias não pode ser negado a quem lhe quer ter acesso (*Ibidem*).

Diante da fervorosidade com que se pedia a instalação da Universidade e com a crescente onda de insurreições independentistas, o Governo da Metrópole não podia adiar por mais tempo a fundação do ensino superior em Angola. Assim sendo, o Governo Português promulgou apressadamente o Decreto-Lei nº 44 530, de 21 de Agosto de 1962, que criava os Estudos Gerais Universitários (EGU) de Angola e de Moçambique (SILVA, 2016, p. 30). O referido decreto foi anunciado na Câmara Municipal da Beira, em Moçambique, pelo Ministro do Ultramar Adriano Moreira (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 37). A Junta Nacional de Educação estabelecia o funcionamento dos EGU obdecendo os regulamentos das universidades metropolitanas, conforme determinado nos Artigos 1º e 4º deste Decreto-Lei:

Artigo 1º - São criados, nas Províncias de Angola e Moçambique, os Estudos Gerais Universitários, integrados na Universidade Portuguesa; Artigo 4º - As cadeiras e cursos professados nos Estudos Gerais Universitários terão perfeita equivalência com as cadeiras e cursos correspondentes professados em qualquer outro estabelecimento de ensino superior e serão válidos em todo o território nacional. (*JORNAL DA HUÍLA*, 26 de Julho de 1968, p. 3)

A inauguração dos Estudos Gerais Universitários em Angola, aconteceu em 06 de Outubro de 1963, pelo Presidente da República Portuguesa, Américo Thomaz. Na fase inicial da implementação do ensino superior, a Reitoria estava

fixada em Portugal e ministrava-se apenas até o bacharelato³⁸, devendo os alunos concluírem as licenciaturas em Portugal, através da concessão de bolsa de estudos (SILVA, 2016, p. 30). Salienta-se que neste período:

O acesso à Universidade estava destinada apenas a alta burguesia. Depois da extensão dos Estudos Gerais Universitários nas cidades de Nova Lisboa [actual Huambo] em 1965 e Sá da Bandeira [actual Lubango] em 1968 é que os brancos da média e baixa classe social começaram a ter acesso à Universidade. Os negros, cuja maioria se enquadrava na camada social mais desfavorecida, praticamente lhes era vedado o ensino superior. (CARVALHO, 2012, p. 2)

A instalação da Universidade em Angola resultou da insistência afincada dos colonos e da tentativa de apaziguar os ânimos que levantaram as irreversíveis ondas dos movimentos nacionalistas. O crescimento da Universidade e a sua expansão teve lugar apesar da prudência e relutância das autoridades metropolitanas que, a todo custo, procuravam retardar o amadurecimento da consciência nacional face à situação colonial.

1.4. A expansão dos Estudos Gerais Universitários na cidade de Sá da Bandeira

A criação da Universidade em Angola foi, durante muitos anos, a mais querida aspiração de Sá da Bandeira, publicitada como sede perfeita para a futura Universidade de Angola. Quando em Agosto de 1962 o Ministro do Ultramar Adriano Moreira, anunciou a criação do Ensino Superior em Angola, uma “vaga enorme de entusiasmo e de gratidão, um sentimento auspicioso de vitória e de consagração apoderou-se em Sá da Bandeira” (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, nº 5, 1962, p. 45). No dia 04 de Outubro de 1962 os *Serviços Culturais da Câmara Municipal de Sá da Bandeira* iniciaram, nos microfones da *Rádio Clube da Huíla*, uma campanha em favor da fundação dos Estudos Gerais Universitários de Angola na capital da Huíla. O *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, nº 5, de 1962, revela uma passagem desse programa radiofónico:

Sá da Bandeira com a sua Escola Industrial e Comercial, com o seu Liceu Nacional, com a sua Escola de Regentes Agrícolas e finalmente com o seu

³⁸Equivalente ao 3º ano.

Instituto Comercial, transformou-se num centro académico ímpar em Angola. Uma das razões aduzidas pelo Ministro Adriano Moreira para a criação do Ensino Superior em Angola, talvez a mais ponderável, inclina francamente a balança em nosso favor. (p. 46)

Mas em 1963, quando já estavam em funcionamento os Estudos Gerais Universitários, a cidade pioneira da petição de uma universidade para Angola, ficou esquecida. Logo que ficou conhecida a decisão da abertura do ensino superior apenas na cidade de Luanda, um grupo de residentes de Sá da Bandeira, exigiu que lhes fosse feita inteira justiça com a instalação do ensino Superior na sua cidade (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, 1974, p. 36). Assim, em 31 de Outubro de 1963, para acalmar os ânimos, os membros do Senado³⁹ dos Estudos Gerais Universitários de Angola reuniram. Este senado era constituído pelos professores: André Navarro, Canas Martins, Oliveira e Silva, Ivo Soares, David Gagin, Rodrigues Martins e Vítor Caeiro que no final da reunião, pediram ao Governador-Geral, o Coronel Silvino Silvério Marques, que inscrevesse no orçamento económico de 1964 a verba necessária para a construção de instalações universitárias em Sá da Bandeira (*JORNAL DA HUÍLA*, 2 de Maio de 1968, p. 6). O mesmo *Jornal da Huíla*, explana que estes planos “nunca chegaram de ser cumpridos e a extensão dos Estudos Gerais Universitários em Sá da Bandeira continuou uma utopia” (*Ibidem*). Mas as vozes para a instalação do ensino superior nesta cidade não se calavam. Ainda o *Jornal da Huíla*, na mesma edição de 02 de Maio de 1968, fazia notar a longa pretensão dos colonos de Sá da Bandeira de ver o ensino universitário criado na sua cidade:

A sede do Distrito da Huíla, quer pela circunstância de ter sido a 1ª cidade de Angola que defendeu com mais ardor a instalação dos Estudos Gerais Universitários nesta Província Ultramarina, quer pelo seu clima privilegiado, bem merecia, logo de começo, uma situação bem diferente aquela que lhe foi dada e que ainda mantém. (*JORNAL DA HUÍLA*, 2 de Maio de 1968, p. 7)

Nesta altura, Sá da Bandeira contava com uma “Delegação dos Estudos Gerais Universitários, implementado em 1966, ministrando os cursos universitários de preparação de professores do 8º e 11º grupos do Ensino Superior⁴⁰”. Mas

³⁹ Este senado, assegurava em conjunto com o Conselho da Universidade Portuguesa o alto patrocínio pedagógico dos Estudos Gerais Universitários (*JORNAL DA HUÍLA*, 26 de Julho de 1968).

⁴⁰UMN, (s/d). *Tradição histórica*. Disponível em: <https://umn.ed.ao/index.php/umn/tradicao-historia>, acesso em 08 de junho de 2023.

esses cursos não concediam diplomas universitários: “formavam apenas professores de grau de adjunto para o ensino técnico” (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, 1974, p. 36).

Os Estudos superiores surgem em Sá da Bandeira apenas em 1968, com a abertura do curso de Matemática (*JORNAL DA HUÍLA*, 5 de Dezembro de 1968). Neste ano, os Estudos Gerais Universitários adquiriram o estatuto de Universidade de Luanda através do Decreto-Lei nº 48 790, de 23 de Dezembro (SILVA, 2016, p. 31). Recorde-se que em 1963, tinha sido prometido à Sá da Bandeira o funcionamento das seguintes áreas do ensino superior:

Cursos Profissionais, abrangendo Ciências Filosóficas, subdivididas em Românicas e Germânica, Ciências Geográficas e Naturais e ainda Ciências Químicas, Físicas e Matemáticas; Cursos de Especialização constituído pelas ciências Pedagógicas e um Centro de Estudos de Ciências Económicas, com especialização em Estatística. (*JORNAL DA HUÍLA*, 5 de Dezembro de 1968)

No entanto, nos anos académicos de 1968/69 e 1969/70, a cidade de Sá da Bandeira recebeu apenas o curso de Matemática e a Faculdade de Letras (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, 1974, p. 36).

1.4.1. O Curso de Matemática

O *Jornal da Huíla*, num artigo intitulado “Curso de Matemática nos Estudos Gerais Universitários” descreve que o curso de Matemática em Angola foi criado pelo Decreto nº 48 196, de 10 de Janeiro de 1968 (*JORNAL DA HUÍLA*, edição de 02 de Maio de 1968). A localização do referido curso em Sá da Bandeira foi anunciado aos 29 de Março de 1968, pelo Governador-Geral de Angola, Camilo Vaz, no Conselho Legislativo (*JORNAL DA HUÍLA*, 07 de Novembro de 1968). A abertura do curso de Matemática na cidade de Sá da Bandeira aconteceu numa sexta-feira, “29 de Novembro de 1968, altura que já decorria as aulas do ensino superior em Angola” (*JORNAL DA HUÍLA*, 05 de Dezembro de 1968). A cerimónia foi presidida pelo Reitor da Universidade de Luanda, Professor Doutor Ivo Soares (*Ibidem*).



Figura 18: Edifício onde funcionava o curso de Matemática em Sá da Bandeira em 1970 (hoje, funciona como Tribunal Provincial da Huíla).

Fonte: (Ludvice, 2013, p. 46).

Leopoldo Humberto Frederico Nóbrega de Drummond Ludvice, na sua obra *O Arquitecto compositor José Frederico Ludovice*, afirma que o curso de Matemática esteve alojado no terceiro piso do edifício supra ilustrado (*Ibidem*). Este curso abriu com oito alunos e era dirigido e leccionado pelo professor David Lopes Gagean (*JORNAL DA HUÍLA*, 5 de Dezembro de 1968, p. 7). Sobre o número reduzido de alunos nesta fase inicial, Gagean elencou as circunstâncias em que foram abertas as matrículas: “num prazo muito curto, sem propaganda e fora da época dos exames de aptidão à universidade”, como factores que causaram a fraca adesão ao curso (*Ibidem*). O curso de Matemática funcionou como sucursal da Universidade de Luanda e concedia apenas o diploma de bacharelato, conforme o grau concedido em Luanda, nesta especialidade. Entretanto, constituiu uma conquista para Sá da Bandeira, uma vez que “foi o primeiro curso de nível universitário nesta cidade” (*JORNAL DA HUÍLA*, 23 de Janeiro de 1969). No entanto, estava muito longe de corresponder ao que fora prometido à cidade de Sá da Bandeira no que tange o ensino universitário. O *Jornal da Huíla* sua nota intitulada “Estudos Universitários de Sá da Bandeira”, escreve:

Saliante-se, pois, a intenção, ainda que nos desagradem os processos, por demasiados ronceiros. Todavia, admitimos que não esteja no alcance do Reitor da Universidade de Luanda, Dr. Ivo Soares, por múltiplos factores, conseguir soluções tão rápidas como as que ambicionamos. (*JORNAL DA HUÍLA*, 23 de Dezembro de 1968)

Por este motivo, sempre que a cidade recebia visita de entidades afectas aos Estudos Gerais Universitários, os residentes de Sá da Bandeira aproveitavam o

ensejo para aludir à criação de outros cursos universitários, o que leva à criação, no ano seguinte da Faculdade de Letras.

1.4.2. A Faculdade de Letras

Segundo o *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira* (1974, p. 36), a Faculdade de Letras foi implementada no ano académico de 1969/70, como extensão da Universidade de Luanda. Era dirigida pelo Professor Torquato de Sousa Soares (*JORNAL DA HUÍLA*, 5 de Dezembro de 1968). Sobre esse assunto, o *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, expõe que:

A Faculdade de Letras substituiu os cursos do 8º e 11º grupos e ministrava até o nível do bacharelato os cursos de História, Românicas, Geografia e, à licenciatura, os cursos de Engenharia Geográfica e as Ciências Pedagógicas. (1974, p. 36)

Segundo Fernanda Lage, professora da Universidade Agostinho Neto entre 1983 e 2007 e do ISCED-HUÍLA entre 2007 e 2022, em entrevista, relata que:

A Faculdade de Letras era frequentada por estudantes que vinham de todo o país, dos do sexo feminino alojavam-se no Lar de Estudantes criado especificamente para esse efeito (hoje Reitoria da Universidade Mandume ya Ndemufayo) e os do sexo masculino, no Lar dirigido pelo Dr. Portugal, [onde] está actualmente o ISCED-HUÍLA. (LAGE, 2023)

O Arquivo do ISCED-HUÍLA, contém uma pasta de processos individuais dos estudantes da Faculdade de Letras, que confirma a afirmação da professora Fernanda Lage. As pastas contém a naturalidade dos alunos, onde constata-se estudantes oriundos, por exemplo, de Nova Lisboa, Cabinda, Luanda, Benguela e Carmona [actual Uíge]⁴¹.

O *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira* (1974, p. 21), informa que a primeira cerimónia do Doutoramento *Honoris Causa* em Angola decorreu na Faculdade de Letras, em 1974, “na Sala dos Grandes Actos” (hoje Anfiteatro do ISCED-HUÍLA). Trata-se da homenagem feita ao Padre Carlos Estermann,

⁴¹Arquivo do ISCED-HUÍLA (1974). Capa de processo, intitulado: *Universidade de Luanda – Delegação de Sá da Bandeira*. consultado em 20 de Abril de 2023.

etnógrafo, antropólogo e missionário, que estudou as etnias do Sul e Sudoeste de Angola (*Ibidem*).



Figura 19: Cortejo académico da cerimónia do Doutoramento *Honoris Causa* do Padre Carlos Estermann, na Faculdade de Letras, em 1974.

Fonte: (*Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, 1974, p. 21).



Figura 20: Carlos Estermann lendo a sua palestra na Sala dos Grandes Actos, da Faculdade de Letras, em 1974.

Fonte: (*Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, 1974 p. 26).

Depois da independência, a Faculdade de Letras ficou anexada à Universidade de Angola. O seu corpo docente contava com algumas figuras de realce da literatura e do nacionalismo angolano. Sobre isso, Lusakalalu Pedro, que foi estudante da Faculdade de Letras no pós-independência, enfatiza:

Naquela época, tínhamos exímios docentes que eram escritores. Por exemplo, o Manuel Rui de Azevedo Monteiro, poeta, que tinha sido Ministro da informação no Governo de Transição em 1975, foi o nosso professor de Teoria da Literatura. O professor Arlindo Barbeiros, poeta angolano, foi nosso professor de Etnologia. O professor José Nobre de Novais ministrou-nos Matemática. (PEDRO, 2023)

A Faculdade de Letras funcionou no período pós-independência com os mesmos meios do período colonial e possuía “um museu de história, etnografia, biologia, etnologia, arqueologia e dois laboratórios, sendo um de botânica e um de rocha” (CARRASCO, 2023). Nesse período, a Faculdade de Letras era dirigido com base na ideologia socialista, orientação política adoptada pelo MPLA⁴², movimento que passou a governar o país. Foram coordenadores da Faculdade de Letras no pós-independência, José Nobre de Novais até 1978 e Manuel Rui Monteiro em 1979 (*Ibidem*).

A Faculdade de Letras teve uma existência efémera. Sobre o seu encerramento, Agnelo Carrasco lembra:

Depois da independência, o governo angolano, fechou a Faculdades de Letras porque havia o preconceito de que tudo que vinha do tempo do colono, era para acabar e se criarem coisas novas. Foi esse o princípio para o encerramento da Faculdade de Letras. (CARRASCO, 2023)

No *Boletim Informativo do ISCED*, consta que a Faculdade de Letras foi extinta visando a materialização das aspirações da criação e desenvolvimento do ensino superior em ciências da educação (*BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED*, nº 1, 1990, p. 7). Seja qual tenha sido o motivo, a Faculdades de Letras deixou de funcionar no ano lectivo de 1977/78, sendo oficialmente encerrada em 1980. Conforme lê-se no Decreto nº 95/80 de 30 de Agosto do *Diário da República* de Angola, no seu artigo 1º: “é extinta a Faculdade de Letras do Lubango” (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 1980, p. 792).

Ainda no pré-independência, tanto o curso de Matemática como os cursos da Faculdade de Letras, não satisfaziam as aspirações dos colonos de Sá da Bandeira. Estes cursos eram considerados insuficientes, levando as autoridades de Sá da Bandeira a solicitar maior escolha nos cursos superiores.

Pediam a abertura dos cursos Físico-Químicas e Engenharias. Por outra, ía nos desejos dos colonos de Sá da Bandeira a concessão do grau de licenciatura a todos os cursos da Faculdade de Letras. Solicitava-se ainda os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais e de um Instituto Superior de Educação. (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, 1975, P. 36)

⁴² Para saber mais sobre a ideologia política do país, ler MABEKO-TALI, Jean-Michel. (2018) *Guerrilhas e lutas sociais: o MPLA perante si próprio (1960-1977)*. Lisboa: Mercado de Letras.

Esta última petição desvela a necessidade de formar professores, anunciando a fundação do que viria a ser o primeiro ISCED de Angola. Contudo, à data da independência estas aspirações não foram concretizadas e Sá da Bandeira conheceu somente o Curso de Matemática e a Faculdade de Letras.

1.5. A história do edifício do ISCED-HUILA

Agnelo Carrasco e Sérgio Sousa falaram com clareza e certeza sobre a história do edifício do ISCED-HUÍLA. Agnelo Carrasco revela:

Em termos de história do edifício, no todo, há duas partes. Uma parte mais antiga [do edifício] e uma menos antiga. A primeira parte, a mais antiga, era um lar de estudantes do Liceu Nacional Diogo Cão, onde eu fiz boa parte da minha vida escolar até o sétimo ano. O lar era apenas de rapazes, que vinham de outros sítios, de outras partes, na altura, da Província de Angola, para frequentarem as aulas no Liceu. A parte menos antiga, é exactamente aquela onde está escrito ISCED, as salas de aulas, laboratório, Direcção, etc., aquela é a parte menos antiga. (CARRASCO, 2023)

Sérgio Sousa repete a história de Agnelo Carrasco e acrescenta que:

Depois de se ter construído o último andar do Liceu Nacional Diogo Cão, foi erguido o ginásio do Liceu e depois o lar, onde hoje funciona parte do ISCED-HUÍLA. A outra parte, onde funcionou a Faculdade de Letras, surgiu depois do lar. Foram construindo em blocos. (SOUSA, 2023)

Os relatos de Carrasco e Sousa, informam que o edifício do ISCED-HUÍLA foi construído faseadamente. O *Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira*, nº 5, (1962, p. 26), relata que as obras da primeira parte do edifício mais antigo foram concluídas em “1935, e [que este] funcionava como Internato do Liceu Nacional Diogo Cão”. A sua construção, teve como intenção que os alunos das províncias “gozassem de todos os direitos em equiparação com os alunos da metrópole” (*Ibidem*). O projecto do internato visava também receber os filhos dos funcionários e dos colonos do interior que pretendiam estudar no Liceu Nacional Diogo Cão⁴³.

⁴³ Arquivo dos Irmãos Maristas no Cuíto-Bié. (s/d). *Internato Diogo Cão – Sá da Bandeira*. consultado em 12 de Maio de 2023.



Figura 21: Da esquerda para a direita: Liceu Nacional Diogo Cão, Ginásio do Liceu, Internato anexo ao Liceu (hoje um dos blocos do ISCED-HUÍLA). A falta de fontes, impediu a sua datação.



Figura 22: Outro aspecto do antigo Internato do Liceu Nacional Diogo Cão.

Fonte das ilustrações: (ALBANO, 2013).

Contudo, sabe-se que:

Nos seus primeiros anos de actuação, o Internato era administrado pelo Reitor do Liceu, mas devido aos sucessivos problemas, com desordens e um certo desmando e anarquia, em 1937, o Internato passou para a administração do Governo Português. (*ARQUIVO DOS IRMÃOS MARISTAS NO CUÍTO-BIÉ*, s/d)

As autoridades coloniais portuguesas rapidamente procuraram uma Congregação Religiosa que quisesse assumir a responsabilidade da Direcção do Internato, que nesta altura contava com 200 alunos⁴⁴. Foi neste contexto que a administração colonial, contactou os Superiores dos Irmãos Maristas em Lião, França, para assumirem as responsabilidades do internato do Liceu

⁴⁴Arquivo dos Irmãos Maristas no Cuíto-Bié. (s/d). *Internato Diogo Cão – Sá da Bandeira*. consultado em 12 de Maio de 2023.

Nacional Diogo Cão⁴⁵. Refere-se que na época, os Maristas tinham instalações em Lourenço Marques, actual Maputo, em Moçambique e estavam interessados em criar escolas em Angola. A conjugação destes interesses levou um alto dirigente da Congregação Marista a Angola.

Entre os dias 03 a 09 de Janeiro de 1953, o Conselheiro Geral dos Irmãos Maristas, o Irmão Désiré-Alphone manteve em Luanda contactos com o Governador-geral de Angola, Capitão Agapito da Silva Carvalho e após negociações, o alto funcionário de Angola ofereceu aos Maristas a Direcção do Internato do Liceu Nacional Diogo Cão. (*Ibidem*)

Em 17 Março de 1954 foi fundada a Congregação Marista em Angola, na cidade de Sá da Bandeira. No dia 01 de Abril do mesmo ano, iniciou-se uma nova gestão do Internato do Liceu Nacional Diogo Cão” (*Ibidem*).

Não foi possível estabelecer a data da construção do outro bloco mais recente do edifício do ISCED-HUÍLA. Os entrevistados não puderam lembrar e os documentos consultados não forneceram datas. No entanto, o actual dirigente da Congregação Marista do Cuíto-Bié, Euclides Cuvalela Nangolo, declara em entrevista que, em 1954, quando a sua “Congregação chegou em Sá da Bandeira, este bloco do edifício já tinha sido construído” (NANGOLO, 2023). Devido ao estado degradante como encontraram o edifício, os Irmãos Maristas efectuaram obras de reforma⁴⁶. Posteriormente, nos finais da década de 50, os Maristas pretenderam transformar lentamente o bloco em Colégio, mas o Governo Colonial não concordou.

Este facto frustrou os Superiores da Congregação e julgaram ser insuficiente as suas acções sobre a juventude do Internato Nacional Diogo Cão. Em Agosto de 1960 a Congregação Marista de comum acordo com o Governo colonial, resolveu abandonar a Direcção do Internato e rumaram para o Bié, onde tinham conseguido instalar o Colégio São José do Cuito⁴⁷.

Este facto está igualmente presente no relato do antigo estudante do Liceu Nacional Diogo Cão, Agnelo Carrasco: “aquela parte do edifício do ISCED-HUÍLA, a menos antiga, das salas de aulas, direcção etc., residia lá uma

⁴⁵ Arquivo dos Irmãos Maristas no Cuíto-Bié. (s/d). *Internato Diogo Cão – Sá da Bandeira*. consultado em 12 de Maio de 2023.

⁴⁶ Arquivo dos Irmãos Maristas no Cuíto-Bié. (s/d). *Internato Diogo Cão – Sá da Bandeira*. consultado em 12 de Maio de 2023.

⁴⁷Arquivo dos Irmãos Maristas no Cuíto-Bié. (s/d). *Internato Diogo Cão – Sá da Bandeira*. consultado em 12 de Maio de 2023.

Congregação, os irmãos Maristas. Depois saíram e foram para o Bié” (CARRASCO, 2023). Sérgio Sousa, das memórias que guarda de quando criança, sobre a função do edifício do ISCED-HUÍLA até os anos de 1960, foi peremptório:

Foram os Maristas, ligados à igreja Católica que estiveram a gerir o Internato do Liceu Nacional Diogo Cão, hoje estrutura que aloja o ISCED-HUÍLA. Lembro quando miúdo, as pessoas falavam: o lar dos Maristas, o lar dos Maristas. Em 1960 os Maristas saíram. (SOUSA, 2023)

Segundo estes relatos, até o ano de 1960, o edifício do ISCED-HUÍLA foi a casa dos estudantes do Liceu Nacional Diogo Cão, gerido pela Congregação dos Irmãos Maristas da igreja católica.



Figura 23: O bloco menos antigo do edifício do ISCED-HUÍLA, antes de 1975⁴⁸.

Depois da saída dos Irmãos Maristas em 1960, o bloco mais antigo do edifício do ISCED-HUÍLA continuou a funcionar como Internato do Liceu Nacional Diogo Cão, enquanto que o menos antigo, ficou abandonado até 1969. Conforme recorda Alfredo Gomes, residente em Sá da Bandeira no período colonial:

A parte mais antiga, depois da saída dos Maristas continuou a funcionar como Lar dos estudantes do Liceu Nacional Diogo Cão e foi dirigido pelo saudoso professor Portugal. A parte menos antiga, esteve devoluta durante vários anos

⁴⁸Angola – Imagens dos Velhos tempos, pré 75. (30 de Outubro de 2016). *Delegação dos Estudos Gerais Universitários – Sa da Bandeira*. [Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?a.233054087112663&type=3>, acesso em 25 de Fevereiro de 2023.

e nos finais de 1960 foi recuperado e começou a funcionar a Faculdade de Letras. (GOMES, 2023)

Assim descreve também Agnelo Carrasco:

Os Irmãos Maristas saíram daquele edifício. Mas o Internato continuou a funcionar e passou a ser dirigido pelo director mais célebre do Liceu Nacional Diogo Cão, aliás o único que conheci, uma figura, um ícone na altura, era o professor Portugal. [No] outro bloco passou a funcionar mais tarde a Faculdade de Letras. Depois da independência, fechou-se a Faculdade de Letras e o ISCED-HUÍLA, herdou as duas estruturas. A parte mais antiga se tornou o Lar do ISCED-HUÍLA. Mas um Lar misto: um lado para os rapazes e outro para as raparigas. [Na] parte mais recente, passou a funcionar as salas de aulas, laboratório, museu, a Direcção etc. (CARRASCO, 2023)

O professor Portugal marcou uma geração na gestão do Internato do Liceu Nacional Diogo Cão. Todos os entrevistados desse período recordaram-se dele. Agnelo Carrasco chegou a adjectiva-lo de “Director mais célebre do Liceu” (CARRASCO, 2023). Fernanda Lage foi mais longe e sumariou: “o Internato do Dr. Portugal” (LAGE, 2023). Sérgio Sousa, guardou memórias tangíveis daquele gestor do Internato: “foi o meu professor de Escola Primária, Alexandre Simão Portugal, que assumiu a gerência do internato depois dos Maristas” (SOUSA, 2023).

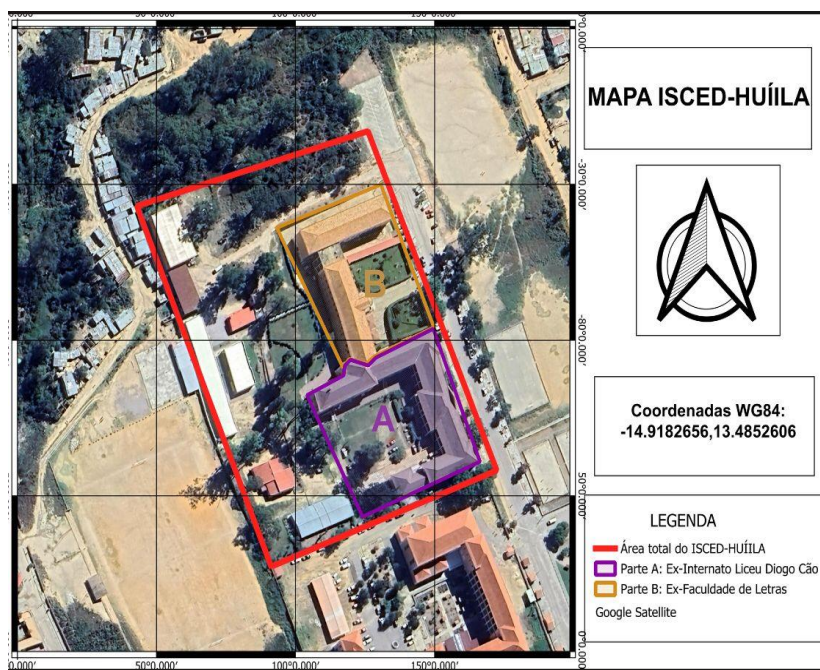


Figura 24: Área geográfica do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HUÍLA).

Fonte: elaboração do autor (recurso ao QGIS, 2023).

Em suma, o edifício que abriga hoje o ISCED-HUÍLA foi erguido no período colonial, de forma faseada, para ser o Internato do Liceu Nacional Diogo Cão.

Durante 6 anos, entre 1954 a 1960, esteve sob gestão de uma Congregação da igreja Católica, os Irmãos Maristas. Finda esta gestão, uma parte da estrutura ficou abandonada, sendo reutilizada a partir de 1969 para albergar a Faculdade de Letras. Depois da independência, o edifício alberga o primeiro Instituto Superior de Ciências da Educação de Angola, o ISCED-HUÍLA.

1.6. Considerações finais

Neste capítulo, verificou-se que:

Quando os portugueses chegaram no reino do Congo (hoje, parte dele, constitui parte da República de Angola), no século XV, acreditavam na superioridade da sua cultura e, com ela deram início ao que compreendiam ser a sua missão civilizadora⁴⁹, que devia passar pela cristianização e Portugalização dos africanos. O Governo colonial português implantava a política assimilacionista com o auxílio da igreja católica. A partir do século XIX, com a implantação das missões protestantes em Angola, os africanos tiveram contacto com um ensino diferenciado: que promovia a ideologia local, em detrimento aos valores colonialistas (VIEIRA, 2007 & SILVA, 2019).

Com a chegada de brancos à colónia de Angola, o governo colonial português negligenciou a expansão da educação em locais onde havia pouca população branca. Mas com o desenvolvimento do sentimento nacionalista, manifestado com o debar das guerras de libertação colonial em 1961, o governo expandiu a rede escolar, implementou o ensino superior, reforçou o projecto de assimilação da cultura europeia, embasado na discriminação e na extinção da cultura angolana. Essas acções não surtiram os resultados esperados pela administração colonial, visto que, a independência foi proclamada em 11 de Novembro de 1975. Vale a pena ressaltar que, à esta data, a grande maioria da população africana era analfabeta, o que revela a mentira da suposta missão civilizadora colonial.

A cidade de Sá da Bandeira, (hoje Lubango), sede do ISCED-HUÍLA, beneficiou no período colonial de alguns projectos de ensino, que pecavam por

⁴⁹ Para mais informações sobre este assunto, a tese de Zilhão é recomendável, https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-120029/publico/TESE_PAULO_MANUEL_PULIDO_GARCIA_ZILHAO.pdf

serem demonstradamente discriminatórios face à população negra. Essa situação vergonhosa, não impediu que a cidade de Sá da Bandeira fosse o berço da petição para uma universidade em Angola. Quando em 1962 o ensino superior se tornou uma realidade, com a criação dos Estudos Gerais Universitários em Luanda, a cidade de Sá da Bandeira reclamou que lhe fosse feita inteira justiça no que tange ao ensino superior. Surgiram assim, o curso de Matemática em 1968 e a Faculdade de Letras em 1969. Insatisfeita com esses cursos, lançou as bases para a criação de um Instituto Superior da Educação em Angola.

O edifício que alberga hoje o ISCED-HUÍLA, foi construído faseadamente. A parte mais antiga foi concluída na década 30 do século passado, para servir de lar de apoio ao Liceu Nacional Diogo Cão, enquanto que a parte mais recente foi erguida antes da década de 50, onde abrigou a primeira fundação Marista em Angola e mais tarde, em 1969 a extinta Faculdade de Letras.

**CAPÍTULO II- SURGIMENTO, ORGANIZAÇÃO, EVOLUÇÃO E
FUNCIONAMENTO DO ISCED-HUÍLA**

2.1. A educação no contexto pós-independência em Angola

A independência de Angola foi proclamada em 11 de Novembro de 1975, por António Agostinho Neto⁵⁰, então Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)⁵¹. Angola inicia-se como país com uma educação marcada por um alto índice de analfabetismo e pela escassez de profissionais qualificados. Sofia Caselli Furtado, no seu livro *Migrações Angolanas*, afirma que a situação educacional de Angola, nos primeiros anos de independência, é resultado de dois factores: da política educativa colonial portuguesa, que dificultou o ensino à massa populacional e das guerras de libertação colonial, que provocou a saída de técnicos [sobretudo portugueses] do país (FURTADO, 2020, p. 13). Em decorrência dessas situações, em 1975, a taxa de analfabetismo da população angolana era superior a 85%, e mesmo entre os escassos alfabetizados, pouquíssimos possuíam formação profissional (VIERIA, 2007, p. 91). Manuel Ferreira na sua obra *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-1991)*, considera que as orientações político-ideológicas adoptadas pelo MPLA, a seguir a independência, agravou a falta de recursos humanos qualificados no país:

A orientação respeitante à colocação de quadros técnicos apenas com a caução do Movimento Popular de Libertação de Angola / Partido do Trabalho (MPLA/PT), explica, em larga medida e com alguma relevância, o abandono do país, particularmente a partir de 1977, de inúmeros quadros técnicos. (FERREIRA, 1999, p. 37)

O mesmo autor acrescenta que o decreto nº 26/1977, ao estruturar e traçar as directivas da política educativa angolana com base na ideologia marxista-leninista, obrigou muitos quadros angolanos aliados a outros movimentos de libertação, nomeadamente a [FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola)] a abandonar o país (*Ibidem*).

⁵⁰ Ver Adilson Chissapa Savite. (2014).

⁵¹ De acordo com o *Diário da República* Angolano (1975, p. 1), o MPLA era o único representante legítimo da proclamada República Popular de Angola e por isso, lhe era conferido por lei, a direcção política, económica e social da Nação. Ver também MABEKOTALI (2018).

A guerra civil, que surge em 1975⁵² levou a que muitos profissionais angolanos abandonassem o país (MATEUS, 2022), contribuindo para a escassez de quadros. Entre 1977 a 1990, devido ao sentimento de insegurança provocado pela brutalidade da guerra civil, o país perdeu indivíduos qualificados (LADISLAU, 2019, p. 9). Esta perda teve repercussões graves para o desenvolvimento do país, conduzindo-o a uma situação difícil (LIBERATO, 2015). Apesar destes autores não apresentarem estatísticas sobre o número de profissionais qualificados perdidos, tanto no decorrer da guerra colonial, como no dealbar da independência, ou durante a guerra civil instaurada logo após a proclamação da República de Angola, ou ainda com as perseguições políticas dentro do MPLA, em consequência do atentado de 27 de Maio de 1977⁵³, torna-se evidente que estes eventos agravaram uma situação notoriamente precária. Adilson Chissapa Savite, na sua obra *Angola no Novo Contexto das Relações Internacionais (1961-1991)*, enfatiza que a guerra abre, por toda parte, clareiras cada vez mais difíceis de preencher (SAVITE, 2014, p. 275). Se no plano material, a catástrofe da guerra é evidente, no plano humano é ainda mais difícil de colmatar lacunas que, aqui e além, se vão abrindo (*Ibidem*).

Ciente do elevado índice de analfabetos, o governo angolano consagrou a Lei Constitucional de 1975, que no seu artigo 13º, declara: “a República Popular de Angola combate energicamente o analfabetismo e o obscurantismo e promove o desenvolvimento de uma educação ao serviço do povo” (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 1975, p. 2), em reconhecimento público da situação em que o recém formado país se encontrava. Sobre o combate ao analfabetismo em Angola depois da independência, Sérgio Sousa, em entrevista recorda que:

Agostinho Neto orientava que quem sabe ensina, quem não sabe aprende e até nas instituições públicas e privadas, havia alfabetização, na N'gola⁵⁴, onde eu trabalhava, nós tínhamos um alfabetizador, que dava ao pessoal de turno de manhã 1 hora, a tarde voltava a dar aos trabalhadores da tarde. Era obrigatório. Havia aquela meta que em 2010 não haveria um analfabeto em Angola. E como quem sabe, ensina, toda a gente que tinha já estudos foram mobilizados e foram obrigados a dar aulas. Inclusive, lembro que a minha ex-mulher trabalhava na indústria, ela foi dar aulas no Mandume, a quinta e sexta

⁵² Ver BRIDGRAND. (1987).

⁵³ Ver PAWSON. (2007).

⁵⁴ Empresa cervejeira situada no Lubango.

classes. O meu irmão que trabalhava no banco de Angola [...] teve que dar aulas na antiga escola industrial e comercial, hoje 27 de Março. (SOUSA, 2023)

Em 1977 o governo continua a demonstrar preocupação com a formação de quadros e orientou a formação rápida e massiva de quadros angolanos (PAXE, 2014, p. 68).

Para colmatar a falta de professores para este combate ao analfabetismo, o governo recorreu também à contratação de técnicos estrangeiros por via de acordos bilaterais estabelecidos com outros países, que vieram ao auxílio do governo na formação de quadros angolanos (*Ibidem*). Seguindo esta directiva educativa, chegaram em Angola milhares de técnicos cubanos e de outros países socialistas. Em simultâneo, estabeleceram-se acordos de cooperação para a formação de quadros angolanos nesses países (LIBERATO, 2012). Entre 1975 e 1991 foram formados, no país, um total de 2.174 técnicos superiores, enquanto que, de 1982 a 1992, foram formados 1.733 técnicos superiores na Europa, América Latina e América do Sul (*Ibidem*).

Apesar da guerra civil que devastava o país, o governo continuou a fomentar a instrução de quadros, aumentando a oferta de ensino superior (LIBERATO, 2012). O professor angolano Flávio Januário no seu livro *Motivação Estudantil e a Excelência Universitária – Práticas e Recomendações Necessárias para a vida Académica*, afirma que em 1976, através da portaria 77/76 de 28 de Setembro, a Universidade de Luanda foi transformada em Universidade de Angola⁵⁵ e passou a contar com várias unidades orgânicas espalhadas em algumas cidades do país, entre estas o ISCED-HUÍLA (JANUÁRIO, 2020, p. 57).

Apesar da guerra civil que decorria no país, devido à alta taxa de analfabetismo e à falta de profissionais qualificados suficientes após a independência, o governo angolano criou novas políticas educacionais para combater o analfabetismo herdado do período colonial, concedeu bolsas de estudos a estudantes angolanos para a sua formação no exterior do país, contratou especialistas estrangeiros e alargou a oferta de instituições escolares no país.

⁵⁵Posteriormente, em 25 de Janeiro de 1985, passou a ser designada de Universidade Agostinho Neto (UAN), em homenagem ao primeiro Presidente de Angola que foi igualmente o primeiro Reitor da UAN (DUNGULA, 2019, p. 43).

2.2. A Implementação do ISCED-HUÍLA em 1980

O ISCED-HUÍLA surgiu em 1980 no quadro na Universidade de Angola, com o objectivo de contribuir para a reestruturação do ensino em Angola e para promover a investigação científica e técnica (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 1980, p. 2). Em 2012 o decreto nº 143/12 de 25 de Junho, redefiniu o ISCED-HUÍLA como uma instituição de ensino integrada no subsistema do ensino superior, com a missão de desenvolver actividades de ensino, investigação científica e prestar serviços à comunidade, através da promoção, difusão, criação e transmissão da ciência e da cultura, bem como a promoção e realização de investigação científica na área de ciências de educação (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2012, p. 2).

Segundo o *Diário da República* Angolano (2021, p. 2), o Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, doravante abreviadamente designado por ISCED-HUÍLA, é uma pessoa colectiva de direito público com natureza de Instituto Público, classificado como estabelecimento público, virado para a formação de quadros de nível superior para as diversas áreas do saber, da investigação e da prestação de serviços à comunidade.

2.2.1. Razões do nascimento do ISCED-HUÍLA

A vontade de se criar um Instituto Superior em Ciências da Educação na província da Huíla já havia sido manifestada pelas autoridades coloniais. O Presidente da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, José de Figueiredo Fernandes declarou essa vontade em fevereiro de 1974, durante as cerimónias do Doutoramento *Honoris Causa* do Padre Carlos Estermann. Na ocasião, o antigo dirigente de Sá da Bandeira, afirmou que a cidade carecia de pessoal com “formação média e superior nos sectores da administração pública, cuja solução estava na criação de mais cursos superiores, entre os quais, um instituto superior em educação” (*BOLETIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÁ DA BANDEIRA*, 1974, pp. 36-37).

Depois da independência, Angola vivia uma situação dramática de analfabetismo e uma acentuada falta de pessoal com formação superior

(VIEIRA, 2007). Havia a necessidade de se cuidar da formação não só dos professores, como também do pessoal qualificado, indispensável ao correcto funcionamento do sistema de educação e ensino, condição *sino qua non* das transformações políticas, sociais, económicas e culturais imprescindíveis em Angola (*BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED-HUÍLA*, nº 1, 1990, p. 7). Diante dessa situação, o governo angolano decidiu prosseguir com o projecto colonial de criação do Instituto Superior em Ciências da Educação na Huíla. Melquiades Abel de Kerlan, um dos primeiros estudantes do ISCED-HUÍLA, que posteriormente se tornou Director Nacional de Gestão e Orçamento do Ministério da Educação, recorda:

Cabe ao Governo colonial de Sá da Bandeira a iniciativa de criar nesta cidade um Instituto superior da Educação. Depois da independência, o Executivo angolano continuou com o projecto. Tanto que, naquela fase de implementação do Governo de transição, o Ministro da Educação foi Jerónimo Wanga, do partido UNITA, mas depois do fracasso dos acordos do Alvor⁵⁶ e do MPLA assumir o controlo do país, realizou-se um encontro Nacional de Educação em Luanda, que contou com a participação de alguns professores portugueses e angolanos, onde eu, também participei. Naquele encontro, tratou-se da retomada do projecto dos Estudos Gerais Universitários. Mas devido à guerra entre os três Movimentos: MPLA, FNLA e a UNITA, esses programas foram interrompidos. Tendo sido retomada as conversações do género depois da independência. Em 1979, o Ministro da Educação, Ambrósio Lukoki⁵⁷ viajou para o Lubango e durante quatro a cinco dias, efectuou reuniões de Conselho Consultivo com as autoridades Governamentais locais e com os dirigentes da Faculdade de Letras, que eram o Manuel Rui Monteiro, Novais e Henry. No seu regresso à Luanda, concluiu-se que devia se extinguir a Faculdade de Letras do Lubango e fazer surgir naquela cidade um Instituto Superior em Ciências da Educação. (KERLAN, 2022)

Este depoimento nos revela que o ISCED-HUÍLA foi a materialização dos anseios admitidos pelo próprio governo colonial. O ISCED-HUÍLA foi concebido em 1979⁵⁸, para formar professores e colaborar para a reestruturação do ensino em Angola, que o governo angolano, liderado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho (MPLA / PT), no seu 1º Congresso em 1977, julgou necessária para a resolução da exiguidade de profissionais que assolava o país (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 1980, p. 2). Em consonância com essas directivas, o executivo angolano, em Conselho de

⁵⁶ Ver Adilson Chissapa Savite. (2014). *Angola no novo Contexto das Relações Internacionais (1961-1991)*. p. 254.

⁵⁷ Serviu como Ministro da Educação de Angola entre 1977 a 1980.

⁵⁸ Designado pelo Comité Central do partido MPLA como ano da *formação de quadros*, sob um lema que visava massificar a formação superior, com objectivos claros de suprir o *déficit* de quadros superiores que se vivia no país (DUNGULA, 2019, p. 41).

Ministros, através do Decreto nº 95/80, do seu artigo 1º criou, a 30 de Agosto de 1980, o Instituto Superior em Ciências da Educação e dependente da Universidade de Angola (*Ibidem*).

O ISCED herdou o pessoal e o património da extinta Faculdade de Letras (*Ibidem*). Carlos Alberto Cardoso, estudante do ISCED entre 1983 a 1987 e actual docente na instituição, recorda que

O ISCED na sua constituição, tinha infra-estruturas que estavam abalisadas para vários serviços. Foi uma herança da Faculdades de Letras. Tínhamos creches, uma secção de carpintaria para recuperação das carteiras e outros mobiliários. Tínhamos uma secção de barbearia, uma secção de mecânica, os carros do ISCED eram assistidos mesmo aqui na instituição pelos seus técnicos. (CARDOSO, 2023)

Este depoimento revela que, apesar da escassez de quadros e do contexto da guerra civil, o ISCED-HUÍLA inicia a sua existência com todos os serviços técnicos necessários à sua funcionalidade.

Segundo o *Boletim Informativo do ISCED-HUÍLA, nº1*, o ISCED

Surgiu como um estabelecimento de ensino superior, dotado de uma personalidade jurídica, autonomia financeira e administrativa, cuja política de formação, organização e o seu funcionamento, obdeciam aos princípios estabelecidos pela política educativa e reformulação do sistema de educação e ensino definidos no 1º Congresso do MPLA / PT, e funcionava como um instituto da Universidade de Angola. (1990, p. 7)

O ISCED-HUÍLA surge com os seguintes objectivos fundamentais: a formação de pessoal qualificado necessário ao correcto funcionamento do ensino de base, médio e superior, a habilitação de especialistas de educação e a promoção de investigação científica e técnica (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 1980, p. 2). Quando o ISCED surgiu, pela natureza de ser o único, era de âmbito nacional, com sede na cidade do Lubango, província da Huíla, abreviadamente designado ISCED do Lubango. A sua organização, funcionamento e a sua política de formação, obdeciam aos princípios da política educacional da reformulação do sistema da educação e ensino definido pelo 1º Congresso do MPLA/PT, assim como ao estatuto orgânico da Universidade de Angola⁵⁹.

⁵⁹ Arquivos ISCED. (1980). *Regulamento Interno do Instituto Superior de Ciências da Educação*, consultado aos 27 de Abril de 2023.

Nos dias de hoje o ISCED-HUÍLA tem como objectivo: o desenvolvimento de actividades de formação académica e profissional de alto nível, da investigação científica e da extensão universitária na área de Ciências da Educação (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2021, p. 2).

2.3. Funcionamento do ISCED-HUÍLA nos Diferentes Contextos da sua História

Ao longo de 42 anos de existência (de 1980 a 2022), o Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla sofreu a influência de vários acontecimentos históricos, pertinentes ao contexto geral do país e ao específico do ensino superior. Esses eventos incluíram a escassez inicial de estudantes com o ensino médio concluído, a partidarização do Estado e a vigência do sistema de partido único, o evento da guerra civil e a subordinação desta instituição à Universidade Agostinho Neto.

2.3.1. A admissão dos estudantes no ISCED-HUÍLA ao longo dos tempos

No momento da abertura do ISCED, em 1980, havia uma escassez de angolanos com o ensino médio concluído. Mesmo com a criação, no pós – independência, dos cursos Pré – Universitários (PUNIV) para acelerar o acesso à Universidade, a falta de candidatos ao ensino superior persistia (SIMÃO, 2023). Como resultado, na época da fundação do ISCED, havia mais vagas do que candidatos. Mariete Costa, ex- aluna do Liceu Nacional Diogo Cão e também estudante do ISCED na década de 80, actualmente professora na instituição, lembra que para suprir a falta de candidatos, “em 1980 todos os estudantes que concluíam o sétimo ano do Liceu foram admitidos no ISCED-HUÍLA” (COSTA, 2023). Além desses alunos, Lusakalalu Pedro, que integrou a primeira leva de estudantes que entraram para o ISCED em 1980, lembra que

No início, para ser admitido no ISCED, o estudante tinha de ser encaminhado pela Delegação Provincial da Educação. Eram encaminhados professores inveterados. Quer dizer que o ISCED funcionava [também] em espécie de *in-*

*service training*⁶⁰, como se fosse uma reciclagem de professores ao nível superior. (PEDRO, 2023)

Mariete Costa reforça a fala de Lusakalalu Pedro, ao mencionar que estudantes que concluíam o Pré-universitário ou o Ensino Médio também eram encaminhados para o ISCED-HUÍLA (COSTA, 2023). Na mesma senda, Mário Ilda Simão, ex-estudante e docente reformado do ISCED, recorda o seguinte sobre a sua admissão ao ISCED:

Depois da independência havia um sistema de encaminhamentos do Ministério da educação. Saí de Benguela para o Lubango em 1981, encaminhado pelo Ministério da Educação para frequentar o curso médio no Instituto Médio de Friedrich Engels do Lubango, onde depois de concluir o meu curso em Ciências Sociais, fui [...] encaminhado para o ISCED onde fiz licenciatura em História. (SIMÃO, 2023)

Esses depoimentos apresentam como ocorriam as admissões de estudantes ao ISCED na sua fase inicial: o estudante, ao apresentar documentação comprovando a conclusão do Sétimo ano do Liceu, era encaminhado ao ISCED pelo Ministério da educação ou pelas escolas Pré-universitárias e de Ensino Médio. Carlos Alberto Rodrigues Pinto, encaminhado no ISCED-HUÍLA em 1990, recorda que:

Era o próprio governo, partido [MPLA] que decidia sobre as áreas onde colocava os técnicos em função das suas habilidades, não sei se avaliadas ou não, nas classes anteriores e também de acordo com as necessidades de quadros que o país tivesse. Esse processo era feito por intermédio de uma ficha antes de terminar o ano lectivo do nível anterior, onde nós escolhíamos três cursos por ordem de preferência e depois o governo escolhia para qual onde íamos. Nem sempre te colocavam para onde você queria. Pelo menos para mim [Carlos Alberto Rodrigues Pinto] não foi assim, escolhi outros três cursos mais fui colocado em Química. (PINTO, 2023)

Os arquivos do ISCED-HUÍLA, reforçam e acrescentam a esses depoimentos.

Artigo 68º - São admitidos no Primeiro ano dos cursos professados no ISCED todo o professor ou candidato ao professor de nacionalidade angolana que justifique possuir as seguintes habilitações: 12ª classe dos Institutos Médios, curso Pré-Universitário, Curso de Requalificação, Antigo Curso Complementar dos Liceus (ou equivalente), Curso do Magistério Primário, devendo o candidato justificar possuir o antigo curso geral dos Liceus (5º Ano), Curso de Educadores de Infância ou Educadores Sociais (5º Ano) e outros quadros da educação que mostrarem possuir habilitações equivalentes às referidas anteriormente e ainda capacidade profissional. (ISCED, 1980, pp. 16-17)

⁶⁰ Treinamento em serviço.

Nesta altura, por ser a única instituição de formação de professores ao nível superior no país, os primeiros estudantes vieram encaminhados de todas as províncias de Angola. Melquiades Abel de Kerlan, recorda que tinha sido encaminhado pelo Ministro da Educação, Ambrósio Lukoki, vindo da província do Cuanza Sul (KERLAN, 2022). Lusakalalu Pedro lembra que, em 1977, tinha sido encaminhado de Luanda ao Lubango pela Reitoria da Universidade de Angola, para frequentar a Faculdade de Letras. Depois de extinta a faculdade, Lusakalalu continuou os estudos no ISCED (PEDRO, 2023). Mariete Costa recorda que a maior parte dos seus colegas de turma vieram encaminhados de outras províncias, depois de concluírem o Pré-Universitário ou o Ensino Médio (COSTA, 2023).

O *Boletim Informativo do ISCED* salienta a fraca adesão de estudantes ao ISCED-HUÍLA aquando do seu surgimento, ao ilustrar que no ano académico 1980-81, a instituição contava apenas com 145 alunos (*BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED, nº 1, 1990, p. 7*). Carlos Alberto Rodrigues Pinto, admitido no ISCED-HUÍLA em 1990, docente na instituição desde 1995, chefe do Departamento dos Assuntos Académicos entre 1998 e 2010 e Vice-Director Geral do ISCED-HUÍLA para os Assuntos Académicos entre 2010 e 2022, sobre a alteração das formas de admissão no ISCED-HUÍLA recorda que:

Em 1990 fomos os últimos a ser encaminhados. Em 1991/92 não foi um processo transitório. Não houve prova de admissão nem encaminhamentos. O estudante levava a sua ficha a várias instituições e onde fosse seleccionado é onde estudava. Era uma candidatura livre. No ano lectivo 1992/93, com a alteração do sistema de partido único, para ser admitido no ISCED-HUÍLA passou a se realizar exames de aptidão. (PINTO, 2023)

Esse depoimento de Carlos Pinto revela que a alteração das formas de admissão no ISCED-HUÍLA foi uma questão de conjuntura nacional. A partir de então, passou-se a admitir ao ISCED-HUÍLA somente os candidatos que obtivessem as notas mais altas em uma escala de 10 a 20 valores. O mesmo Carlos Pinto reforça que, com esta alteração, “mesmo se o número de pessoas admitidas não fossem o suficiente, o curso abria na mesma, com três ou quatro estudantes, porque dependia da classificação que obtivessem na prova” (*Ibidem*).

Com o tempo, as instituições de ensino ficaram com um *déficit* de estudantes (*Ibidem*). Isso levou à alteração dos exames de admissão. Passou-se de exame de aptidão para exame de acesso, permitindo a entrada de candidatos com notas abaixo de 10 valores no ISCED-HUÍLA (*Ibidem*). O Decreto Presidencial, apreciado em Conselho de Ministros e aprovado em 28 de Dezembro de 2018, sobre o *Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior*, alterou as formas de admissão:

Artigo 16º, nº2 [...], são seleccionados como admitidos, os candidatos que obtiverem as melhores classificações, tendo em referência a nota mínima exigida. Artigo 17º, nº 1: a nota mínima de admissão é fixada em 10 (dez) valores, na escala de 0 a 20 valores, para todos os cursos ou domínios científicos. (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2018, pp. 33-34)

Além desta alteração, passaram a ser permitidos aos exames de aptidão, candidatos cuja média do ensino médio seja igual ou superior a 12 valores em Língua Portuguesa e na área de ensino a que se candidata. No ISCED-HUÍLA esse regulamento começou a ser cumprido em 2019.

Entretanto, vale a pena ressaltar que os cursos de mestrado iniciados em 2003 e o doutoramento aberto em 2023, são regidos por normas curriculares gerais próprias para os cursos de pós-graduação do subsistema de ensino superior de Angola (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2022).

2.3.2. O ISCED-HUÍLA durante a 1ª República e a guerra civil em Angola

O ISCED-HUÍLA foi criado em 1980, durante o contexto da guerra civil e da 1ª República (1975-1991), durante o regime de partido único [MPLA/PT] de orientação socialista (FERREIRA, 1999). De 1977 a 1991, o Movimento Popular de Libertação de Angola/Partido do Trabalho priorizava a formação de quadros políticos, científicos e tecnicamente capacitados (note-se a ordem da apresentação), seguindo directrizes socialistas (FERREIRA, 1999, p. 27). Esta abordagem ideológica foi aplicada à política educativa e à orgânica funcional do ISCED-HUÍLA. Ao consultar os arquivos do ISCED-HUÍLA, verifica-se que nos seus primeiros 11 anos de existência, de 1980 a 1991, a instituição seguia as palavras de ordem anuais (ou *slogans*) elaborados pelo Movimento Popular

de Libertação de Angola/Partido do Trabalho⁶¹. Encontramos, no mesmo arquivo, despachos emitidos do ISCED-HUÍLA, de 1980 a 1986, que incluíam tais lemas anuais estruturados e traçados pelo MPLA / PT (*Ibidem*), que serviam de norteadores para as acções do Estado, suas instituições e para sociedade civil de forma generalizada. A título de exemplo:

1980 – Ano do Iº Congresso Extraordinário do Partido e da Criação da Assembleia do Povo.

1981 – Ano da disciplina e do controlo.

1982 – Ano da organização económica e vigilância popular.

1983 – Ano do reforço da organização.

1984 – Ano da defesa e da produção.

1985 – Ano do IIº congresso do partido.

1986 – Ano da defesa e da revolução popular.

Outra evidência da partidarização do ISCED-HUÍLA durante o período da 1ª República, foi a forma de tratamento entre os funcionários, em que os títulos académicos eram antecédidos ou substituídos pela forma de tratamento orientada pelo MPLA: a de camarada⁶². Devido à essa abordagem, entre 1980 a 1991, somente professores com orientação socialista eram contratados para fazer parte do corpo docente do ISCED-HUÍLA. Lusakalalu Pedro, em relação ao seu percurso estudantil no ISCED-HUÍLA nesse período, tem a seguinte memória guardada:

Ingressei no ISCED em 1980, mas terminei a minha licenciatura apenas em 1986, quer dizer que levei seis anos para me formar. Este longo período foi porque só podíamos ter professores socialistas. Então havia anos inteiros em que o nosso curso não tinha professores, porque os países de expressão portuguesa, inglesa e francesa eram capitalistas. Até que veio um contingente de docentes da Universidade Marien Ngouabi, de Brazzaville. Depois, Cubanos e Vietnamitas, especialistas em francês e inglês, e professores portugueses membros do Partido Comunista Português. (PEDRO, 2023)

A fala de Lusakalalu Pedro evidencia que esta orientação socialista, característica marcante do período referente à 1ª República, causou o atraso da conclusão de alguns cursos do ISCED-HUÍLA, o que ilustra a importância dada ao engajamento ideológico da instituição. Os professores que não explicitavam a sua simpatia para com o MPLA e sua ideologia tiveram

⁶¹ Ver Anexo 1.

⁶² ARQUIVOS DO ISCED. (25 de Maio de 1983). *Ao camarada Reitor da Universidade de Angola*, consultado em 26 de abril de 2023, ver também anexo 1.

difuldades de ascensão de categoria. Carlos Alberto Cardoso, docente do ISCED-HUÍLA desde finais de 1980, guarda a seguinte memória:

Comecei a dar aulas no ISCED como Monitor em 1988, a minha ascensão para outras categorias foi muito demorada por factores políticos. Os outros colegas com filiação activa [no MPLA] passavam de um em um ano, mas eu [Carlos Alberto Cardoso] como não estava ligado ao partido levava muitos anos na mesma categoria, levei 11 a 12 anos como monitor, oito anos como assistente, umas coisas assim. (CARDOSO, 2023)

Agnelo Carrasco, docente da instituição neste período, reforça a fala do professor Carlos Cardoso sobre a ascensão de categorias docente, ao recordar que:

Quem já dava aulas no ISCED, quem já era licenciado, na altura havia mais licenciados, podia candidatar-se à subida na carreira, seguindo determinados requisitos, anos de ensino, etc., mas o requisito fundamental para a subida na carreira tinha que ter o aval positivo da Célula Única do Partido MPLA. (CARRASCO, 2023)

Além disso, a abordagem educativa do ISCED nesse período, fez com que muitos estudantes fossem obrigados ou influenciados a pertencerem ao MPLA conforme evidencia Mário Ilda Simão:

Nesse período éramos obrigados a ser da JMPLA⁶³ e as reuniões decorriam no ISCED todos os domingos no período da manhã. Quem não se filiava era muitas vezes apontado como sendo do *outro lado*, era mesmo essa expressão utilizada. (SIMÃO, 2023)

Esse depoimento de Mário Ilda Simão, que foi estudante do ISCED-HUÍLA entre 1983 a 1988, demonstra a partidarização da instituição durante a 1ª República, com a criação de um núcleo juvenil do MPLA. Agnelo Carrasco reforça esta ideia ao declarar que na altura havia muita interferência da política na ciência (CARRASCO, 2023). Lusakalalu Pedro expõe um situação vivida durante a década 80 que ilustra esta interferência partidária na ciência:

Num mês de Novembro, foi solicitado que os estudantes apresentassem poemas na ocasião do Dia da independência para o Jornal Mural (grande órgão dos países socialistas dos anos 80). O meu poema venceu e tinha de ser posto no Jornal Mural. A Célula do Partido decidiu que o poema seria publicado, mas não seria assinado, para as pessoas não saberem quem tinha sido o autor, porque nesta altura a minha orientação política era tida como duvidosa. (PEDRO, 2023)

⁶³ Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola.

O regulamento que rege as organizações afectas ao ISCED-HUÍLA, nesse período, é bastante elucidativo:

Artigo 23º - no seio do ISCED existem a par das estruturas administrativas, organizações políticas e de massas: Célula do Partido, Núcleos da Juventude do Partido [...]. Artigo 24º - Estas organizações estão sob o controlo directo dos seus respectivos órgãos superiores. Têm como papel fundamental, educar, enquadrar e mobilizar o conjunto de trabalhadores e de estudantes do Instituto, de acordo com as orientações do Partido [MPLA]. 27º - Todos os estudantes e trabalhadores do instituto têm o dever de se enquadrar nestas organizações para a sua formação política-ideológica⁶⁴.

O *Boletim Informativo do ISCED-HUÍLA*, nº 1 (1990, p. 13) revela que o Director do ISCED-HUÍLA, no exercício das suas funções, também se apoiava nas estruturas das organizações anteriormente mencionadas e no núcleo da Organização da Mulher Angolana (OMA) ligada ao MPLA. Enfatiza-se que os responsáveis dessas organizações políticas e de massas do ISCED-HUÍLA beneficiavam de facilidades de acesso aos serviços da instituição, incluindo o uso de dactilografia e reprodução de propagandas políticas, distribuídas dentro do Instituto (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1980, p. 7). Além disso, os lugares de fácil visualização para os funcionários e estudantes do ISCED-HUÍLA eram utilizados para a afixação das informações políticas e sindicais (*Ibidem*). Diva Luísa de Luca, docente brasileira na instituição, durante o ano lectivo 1981-82, em entrevista, faz saber que os integrantes da Célula do Partido tinham uma preponderância sobre os outros alunos e mesmo sobre alguns professores dentro do ISCED-HUÍLA (DIVA, 2023).

José Alfredo de Matos, da primeira leva de estudante do ISCED-HUÍLA e docente na instituição desde 26 de outubro de 1986, reforça o depoimento da professora Diva Luísa de Luca, ao relatar com clareza que:

A Célula única do partido aqui no ISCED tinha mais poderes que o próprio director. O Coordenador da Célula era o Dr. Monteiro, ainda estudante [e depois docente na instituição]. O Dr. Monteiro era temido até pelo próprio director. A Célula tinha poder e influenciava até a direcção, para expulsar esse ou aquele estudante que não manifestasse uma certa simpatia para com o MPLA. Estávamos perante o partido único. Éramos obrigados a participar das reuniões, éramos obrigados a cumprirmos com o chamado sábado vermelho, quando tivéssemos que fazer limpeza fazíamos, os professores e estudantes, todos pegavam nas enchadas para capinar à volta do ISCED-HUÍLA. Esses trabalhos eram ditos como voluntários, mas todos éramos obrigados a vir.

⁶⁴ *Arquivos do ISCED*. (1980, p. 6). *Regulamento Interno do Instituto Superior de Ciências da Educação*, consultado aos 07 de Julho de 2023.

Porque, caso não aparecessemos, a Célula marcava faltas e pesava. O coordenador adjunto da Célula era o Dr. Domingos Júlio. (MATOS, 2023)

Agnelo Carrasco, que era docente da instituição nesse período, evidencia a preponderância da Célula do Partido no instituto, ouça-se:

Uma vez fizemos uma reunião, convocada pelo director, na altura o Dr. Peterson. Falou-se da aprovação da Célula do Partido como condição necessária para a subida de categoria docente. Me foi sugerido para me candidatar à subida de estatuto para passar de Assistente para professor Auxiliar mas uma passagem meramente administrativa, com o aval positivo da Célula do Partido. Quem não tivesse esse aval não subia. Eu claramente disse que não. Se a condição indispensável é que para subir de Assistente para Auxiliar tinha o parecer favorável da Célula do Partido, eu não me candidato. Houve muito descontentamento, desagrado. Algum tempo depois [...], soube que no dia seguinte daquela reunião, a segurança do Estado vinha a minha busca. Se o Dr. Peterson⁶⁵ não fosse naquela altura membro do Comité Central, talvez teriam me levado. Porque o que terá se passado naquela reunião é que um senhor da Célula que ainda anda por ai, está muito bem identificado [...] terá ido informar à segurança do Estado, sobre o que tivera dito. (CARRASCO, 2023)

A partidarização da instituição pode ter sido resultado da guerra civil que se desenrolou no país, entre o Governo (MPLA) e a UNITA, durante 27 anos, de 1975 a 2002, que provocou e obrigou à tomada de posições político-ideológicas, tanto por parte das instituições como dos seus membros. Este factor marcou, de forma indelével, o funcionamento do ISCED-HUÍLA. Embora o ISCED não tenha tido perdas materiais e humanas com o conflito civil, as marcas do sofrimento psicológico permanecem. Agnelo Carrasco lembra que

O facto do país estar em guerra, não era aconselhável sairmos de casa, porque podíamos ser apanhados num tiroteio. No princípio da década de 90, eu era vice-Director para a área científica do ISCED, o director era o Artur da Silva Júnior e não se encontrava no Lubango, lembro que nesse período houve um tiroteio qualquer na cidade. Quando a coisa acalmou, fui ao ISCED, e reuni todos os trabalhadores e professores. A minha preocupação era saber se alguém tinha morrido nesse tiroteio. Felizmente, estávamos todos vivos, mas naquele lado, onde agora fizeram parque de estacionamento da instituição, alguém tinha sido morto e ainda estava lá deitado. Felizmente, da nossa comunidade [ISCED-HUÍLA], tirando o susto, todos estávamos vivos. (CARRASCO, 2023)

Quem guarda também memórias do período da guerra civil no ISCED-HUÍLA é a professora Diva Luísa de Luca, docente da instituição em 1982:

⁶⁵ Foi director do ISCED-HUÍLA entre 1986 e 1991.

Trabalhar naquele tempo era difícil, por causa da instabilidade da guerra civil. Isso marcou muito. Para mim me deslocar do Lubango para Luanda, onde fiz muitos contactos, tinha que ter aquela autorização do corpo directivo da instituição, denominada *guia de marcha*. Além disso, nem sempre tinha voos. [Nesse período da guerra civil] a gente ouvia [mesmo estando na instituição] as bombas lançadas à distância. Os alunos diziam: professora fica tranquila que isso é uma mina que estourou. Depois diziam: não é não, é uma bomba. (DIVA, 2023)

Esses testemunhos revelam como a instituição enfrentou os impactos da guerra civil, em função do ambiente de insegurança que se vivia na cidade. Este factor também condicionou a ida dos estudantes ao ISCED-HUÍLA, durante os períodos onde o conflito se fazia sentir localmente e dificultou as deslocações dos docentes no momento das suas férias. O professor Carlos Alberto Cardoso (2023) reforça o testemunho do professor Agnelo Carrasco. Segundo Cardoso, devido à guerra civil, os estudantes que moravam distantes do ISCED-HUÍLA, tinham algumas dificuldades para chegar à instituição, dados os riscos de serem mortos em algum tiroteio. Outros, depois do período de férias, regressavam à instituição muito tarde, dados os mesmos riscos e aos bloqueios nas estradas, causados por minas e emboscadas (*Ibidem*). Os voos eram escassos e irregulares. Essas situações resultavam em atrasos e na consequente necessidade de aulas de recuperação para os estudantes.

A guerra também trouxe constrangimentos de ordem económica. Torna-se inegável que o parco valor financeiro investido no ISCED-HUÍLA de 1980 a 2002 foi condicionado pelo conflito. María Elena Álvarez, Norbeto Carlos Escalona Carrilo e Abel Torres Guerra no livro *África Subsahariana: Colonización y Descolonización*, estimam que

En 1992 el gobierno destinaba el 70% del presupuesto del Estado a acciones militares. El petróleo – principal riqueza – alcanzó para fines de 1995 los 700.000 barriles [...], pero la mayoría del dinero obtenido por este concepto se destinaba a los gastos de guerra. (ALVAREZ, CARRILLO & GUERRA, 2014, p. 163)

Segundo o professor Carlos Alberto Cardoso, devido à guerra, os estudantes que residiam no lar do ISCED-HUÍLA e que dependiam de bibliografia, alimentação e outros meios, sofreram com faltas e atrasos destes apoios (CARDOSO, 2023). Em um episódio marcante, o professor lembra que os estudantes ficaram descontentes com a qualidade da alimentação e

pretendiam protestar, mas o Comissário da Huíla⁶⁶ Lopo de Nascimento visitou pessoalmente o refeitório do ISCED-HUÍLA, ficou na fila do café da manhã para vivenciar a situação e, após essa visita, houve uma melhoria da alimentação (*Ibidem*).

A professora Fernanda Lage, enfatiza que todo o país e todo o sistema de ensino sofreu com a guerra (LAGE, 2023). O efeito sobre o ISCED-HUÍLA não terá sido diferente do que aquele que se fez sentir em todo o sistema: “falta de professores qualificados para um número de estudantes cada vez maior, falta de instalações, meios de ensino e recursos adequados” (*Ibidem*).

Outro facto provocado pela guerra civil no ISCED-HUÍLA, foi o sentimento de desconfiança entre os alunos da instituição. Mário Ilda Simão recorda que

Embora jovem, vivíamos, sentíamos, víamos uma certa aflição, uma certa desconfiança entre nós. Quem estava na cidade devia assumir-se sendo parte do MPLA e os da UNITA não deviam estar entre nós, mas estavam. O mínimo discurso que não fosse alinhado ao MPLA, os amigos se afastavam. Inclusive não se podia fazer nenhuma crítica ao governo porque eras visto logo como do *outro lado* [o lado da UNITA]. Eu fui muitas vezes desconfiado pelas minhas críticas mais sociais que políticas e perguntavam-me o que se passava comigo. (SIMÃO, 2023)

O testemunho de Mário Ilda Simão, enfatiza a pressão sentida para que houvesse conformidade ideológica e política entre os estudantes do ISCED-HUÍLA, onde os diferentes *lados* estavam bem delimitados e onde as orientações partidárias ditavam comportamentos. Os alunos eram minunciosamente controlados, especialmente aqueles que se opunham ao MPLA. Melquiades Abel de Kerlan, estudante desse período, mais tarde docente e membro activo do MPLA, tem uma memória guardada sobre isso:

Tínhamos [no ISCED-HUÍLA] alguns alunos da oposição, mas estavam controlados pela Célula Única do ISCED, criada pelo MPLA, que vigiava muito bem os alunos da oposição. Conhecíamos muito bem os alunos da UNITA. Não lhes eram dados espaços para manobras. Nós, os membros da Célula, reuníamos constantemente, sabíamos quem são os estudantes do MPLA e analisávamo-los. Catalogávamos os estudantes da oposição, principalmente da UNITA, que estudavam sob olho atento da Célula. Tanto que o ISCED, formou uma aluna, a Clara, do curso de Pedagogia que era filha de um alto dirigente da UNITA. Mas esses alunos da oposição nunca foram tocados. (KERLAN, 2022)

⁶⁶ Hoje denomina-se Governador da Huíla.

A fala de Melquiades Abel de Kerlan confirma a vigilância exercida durante o período do conflito no ISCED-HUÍLA. Essa vigilância criava limitações no intercâmbio académico e até pessoal entre os estudantes, devido à desconfiança e ao medo de serem catalogados pela Célula. Assim, a troca de saberes entre adeptos partidários da oposição e daqueles afectos ao partido no governo, estava condicionada por esta vigilância. Kerlan, ao lembrar com tanta especificidade a situação e o nome da filha de um membro da UNITA, demonstra a importância desta catalogação: uma vez catalogado pela Célula como oposição, o estudante e a sua trajectória pelo ISCED-HUÍLA estariam indubitavelmente marcados pela sua opção ideológica ou daquela dos membros de sua família. Lusakalalu Pedro evidencia as acções da Célula ao recordar que esta organização, “perseguiu até mesmo decanos que não eram militantes do MPLA/PT e intimidava pessoas que tinham “irmãos *nas matas*”⁶⁷ (PEDRO, 2023). Esse foi o caso de Aníbal Simões, cujo irmão, Alcides Sakala Simões, estava *na mata*, o que gerava uma espécie de terror (*Ibidem*). Sobre este *modus operandis* da Célula, Pedro (2023) expressou que o tempo da guerra parecia dar aos membros da Célula o direito de julgar os outros estudantes:

Durante algum tempo, o Departamento de Letras Modernas (DLM) não tinha professores. Isto significa que os colegas dos outros Departamentos tinham aulas e nós não tínhamos. Mas éramos professores da escola 27 de Março e do Instituto Engels. De todos os alunos [do meu curso], eu é que estava no Lubango só para estudar, ficando no lar. Os outros tinham as suas famílias, e eram verdadeiros residentes do Lubango. Então eu reclamava mais, e a Célula considerou que eu era reaccionário e agitador dos outros alunos. Como consequência: fui transferido para a Comuna do Tchivinguiro, para dar aulas ao Ensino Médio Profissional. Uma vez, eu quis começar a treinar karaté com os alunos do Tchivinguiro. A Célula disse ao Director da escola, João Seródio, que eu tinha problemas políticos e que não devia treinar os alunos. A Célula conseguiu dar a ideia de que eu era perigoso, e treinar karaté com os alunos, era como se eu podia estar a treinar uma milícia que poderia fazer distúrbios. (PEDRO, 2023).

Lusakalalu Pedro acrescenta que

Houve um tempo em que foi decidido que todos os alunos dos cursos das letras modernas iriam a Portugal acabar o curso, menos eu. A Célula decidiu que eu não iria, por reclamar da falta de professores. A ideia é que eu era um

⁶⁷ Termo aplicado àqueles que se encontravam no interior do país, lutando a favor da UNITA.

reaccionário. Tive de ir à Luanda falar com o Reitor, Dr. João Filipe Martins⁶⁸, que me assegurou que incluiria o meu nome. Na realidade, tudo não passava de uma falsidade. Nunca houve nenhum plano de nos mandar à Portugal. (*Ibidem*)

A Célula única do MPLA também exercia a sua influência na selecção dos monitores do ISCED-HUÍLA. Lusakalalu Pedro guarda uma memória sobre isso:

Em 1983 quando chegou ao ISCED-HUÍLA o professor sul-africano Marius Louis Schoon, branco membro do ANC, este não sabia que eu era conotado e que já tinha sido monitor, tendo sido retirado da tutoria dos alunos, por ser reaccionário. O professor Schoon disse à direcção da instituição que eu seria um excelente docente no futuro e que devia ser monitor. Era impossível dizer a um branco sul-africano revolucionário que o estudante brilhante não se podia tornar professor. Então em 1984 a Célula pediu ao professor Vatomene Kukanda, decano naquela altura, para aceitar e avisar que *era preferível um estudante médio e revolucionário do que um estudante muito aplicado academicamente, mas com carácter duvidoso.* (*Ibidem*)

Nlandu Mia Bansimba Francisco, estudante do ISCED-HUÍLA entre 1983 e 1988 e membro da Célula Única do Partido nesse período, recorda que a célula perseguia estudantes que tinham um comportamento diferente: “O Lusakalalu Pedro por exemplo era um pouco diferente dos outros, gostava fazer reclamações por isso era condenado em alguns aspectos” (FRANCISCO, 2023).

A professora Diva Luísa de Luca cooperante estrangeira no ISCED-HUÍLA em 1982, depois de ter conhecimento, durante a nossa entrevista, sobre a existência desta Célula do Partido (durante a sua estadia na instituição), percebe a atitude de determinados estudantes e a sua rescisão contratual com a instituição em 1983. Ouça-se:

Nunca soube dessa Célula, realmente nunca soube. Porque lá nada era dito. Foi muito ruim ter saído de lá [ISCED], porque eu não sabia o que estava acontecendo. Não sabia o porquê do meu contrato ter sido rescindido. Eu queria ficar mais tempo em Angola. Hoje percebo que foi a Célula que influenciou a minha saída, foi realmente isso. Digo isso, porque certa vez, duas pessoas, uma delas o Kerlan, o outro senhor eu não me lembro o nome, eles vieram conversar comigo por causa do ensino à distância e eu expliquei a eles que não tinha estrutura para desenvolver o ensino à distância, sem estruturas eu não podia avançar. Não tinha como naquela época mandar um material [...], talvez seja por isso que no ano seguinte o meu contrato foi rescindido [...]. Eu cresci num país não como união comunista, estudei numa época que o Brasil era uma ditadura militar, não estudei os autores marxistas naquela época e eu não era uma militante marxista, então pode ser que isso tenha contribuído também para a minha rescisão. (DIVA, 2023).

⁶⁸ Foi Reitor da Universidade Agostinho Neto entre 19 de Março de 1981 a 20 de Novembro de 1986.

Os depoimentos de Lusakalalu Pedro e de Diva Luísa de Luca revelam que, para ser docente do ISCED-HUÍLA no período referente à 1ª República e da guerra civil, não se podia ter uma posição desfavorável ao funcionamento ideológico da instituição. Quem assim o fizesse colocava-se em risco de ser catalogado pela Célula do Partido e ver dispensado os seus serviços no ISCED-HUÍLA.

Em suma, durante a 1ª República e a guerra civil em Angola, a organização, as políticas educacionais e o funcionamento orgânico do ISCED-HUÍLA, eram regulamentados pelos princípios ideológicos definidos pelo MPLA, o que levou ao escrutínio no processo de selecção do corpo docente, levando à falta de professores e consequentes constrangimentos no cumprimento do calendário académico. Embora não tenha sofrido danos materiais, nem perdas humanas durante a guerra, os alunos sofreram dificuldades de locomoção entre localidades, levando a que faltassem às aulas com frequência. A instituição enfrentou limitações de apoio financeiro e foi palco de perseguições que geraram sentimentos de desconfiança e insegurança, que causaram deficiências no desenvolvimento dos seus objectivos educativos.

2.3.3. O ISCED-HUÍLA e a separação da Universidade Agostinho Neto

Recorde-se que o ISCED-HUÍLA surgiu como sucursal da Universidade de Angola, posteriormente Universidade Agostinho Neto (UAN). Mas como funcionava o ISCED-HUÍLA enquanto integrante da UAN? É o que veremos a seguir.

Em 1981, o então director do ISCED-HUÍLA, Pedro Nsingui Barros, requeria ao Reitor da Universidade de Angola que viabilizasse a contratação do professor *Monsieur* Laurent Monier, para leccionar as disciplinas de Sociologia Geral, Sociologia da Educação e Metodologia de Investigação Científica no ISCED-HUÍLA⁶⁹. Em um arquivo datado de 14 de setembro de 1994, o Vice-Director do ISCED-HUÍLA para a Área Científica Agnelo Carrasco solicitava ao Reitor da Universidade Agostinho Neto a rescisão de contrato com o Doutor Weyi Domingos Lundu, de nacionalidade Zaireense, que exercia a função de docente

⁶⁹ Arquivos do ISCED-HUÍLA (1981), intitulado: *Ao Reitor da Universidade de Angola*. Consultado em 06 de Julho de 2023.

Cooperante no ISCED-HUÍLA. Estes arquivos revelam que a contratação e desvinculação dos funcionários do ISCED, era da competência e decisão do Reitor da UAN.



Figura 25: Encontro no anfiteatro do ISCED-HUÍLA, 1981.

Fonte: Biblioteca do ISCED-HUÍLA (1981).

Um Despacho da Reitoria da UAN, datado a 16 de Janeiro de 1985, determinava a transição de categoria de quatro escrituários do ISCED-HUÍLA, Mário José Paz, Avelino José Edmundo, Geraldo Domingos e Lourenço Kapingãla⁷⁰. Esse Despacho, demonstra que as promoções de categorias dos funcionários do ISCED, dependiam igualmente do Reitor da Universidade Agostinho Neto.

Uma carta escrita pelo renomado professor maliano Boubakar Namory Keita, especialista em História da África em Angola, datada de sexta-feira, 12 de Junho de 1992, encontrada no Arquivo do ISCED-HUÍLA, revela os inconvenientes enfrentados pelos funcionários do ISCED-HUÍLA devido à esta dependência. Naquele dia, o Doutor Boubakar Namory Keita, docente cooperante do ISCED-HUÍLA, fazia saber por escrito que havia enviado duas cartas ao Reitor da UAN, solicitando esclarecimento sobre a resolução de sua situação contratual com o ISCED-HUÍLA⁷¹. Ele mencionou que sofria todos os anos com atrasos salariais (*Ibidem*). Expôs também que, desde 1984, quando

⁷⁰ *Arquivos do ISCED*. (1984). *Despacho nº 2*. Consultados em 26 de Abril de 2023.

⁷¹ *Arquivos do ISCED*. (1992). *Doutor Boubakar Namory Keita*. Consultado em 25 de Abril de 2023.

começou a leccionar no ISCED-HUÍLA até 1992, apesar do aumento da carga horária, não recebeu nenhum aumento salarial, o que o deixou indignando (*Ibidem*). Nesta mesma carta, expressou sua indignação com o silêncio da UAN em relação às suas petições, considerando-o como desprezo e falta de respeito para com o corpo docente estrangeiro do ISCED-HUÍLA (*Ibidem*). Boubakar Keita afirmou que entendia a falta de resposta às suas cartas como uma negação da sua dignidade, negação esta que ele não toleraria, uma vez que sempre cumpriu escrupulosamente com seus compromissos, desde a assinatura dos contratos (tanto aos vigentes e aos não vigentes), ao dar aulas também em cadeiras que não constavam no contrato e de supervisionar os trabalhos de fim de curso (*Ibidem*). Solicitava, assim, que a Universidade Agostinho Neto resolvesse a situação dos atrasos salariais que ocorriam anualmente. Avisava que iria suspender as aulas das cadeiras que leccionava (nomeadamente: Antropologia Física, Etnologia, História da África I e III) e também a tutoria das três teses de licenciatura de que tinha ao seu encargo, caso a UAN não pagasse o acordado no contrato de Janeiro a Agosto de 1992 (*Ibidem*). O professor Boubakar Keita refere, na mesma carta, que se vê obrigado a viajar a Luanda, a fim de tratar estas questões inerentes ao seu contrato, caso a Reitoria da UAN não as resolvesse por carta (*Ibidem*).

Esta situação evidencia que os funcionários do ISCED-HUÍLA, durante o período em que a instituição esteve integrada à UAN, enfrentavam dificuldades e atrasos na obtenção de alguns esclarecimentos e soluções sobre seus processos, condicionando o funcionamento normal do ISCED-HUÍLA. Além disso, eram obrigados a se deslocarem à Luanda para o tratamento de certos casos com a reitoria da Universidade Agostinho Neto, agastando ainda mais a situação dos funcionários, principalmente tratando-se de um país em guerra civil, onde as viagens eram sempre um risco.

Durante este período, os estudantes também enfrentavam atrasos processuais. Felisberto Luciano, estudante da instituição entre 2007 a 2013, lembra que a “requisição de certificados naquele tempo era [um processo] muito centralizado, burocrático e extremamente moroso [...] já que o ISCED-HUÍLA tinha apenas competência para a emissão de declarações” (LUCIANO, 2023). A centralização a que Felisberto Luciano se refere, é reforçada por Carlos

Alberto Rodrigues Pinto, que entre 1998 a 2022 assumiu cargos de chefia no Departamento dos Assuntos Académicos da instituição, ouça-se:

O sistema de gestão centralizado, quando o ISCED era parte da Universidade Agostinho Neto, impedia a emissão de certos documentos, como diplomas, além disso, os gestores principais da nossa instituição não tinham muito poder de decisão, dependiam muito do Senado da Universidade. (PINTO, 2023)

As cooperações bilaterais e individuais de docentes estrangeiros, a contratação de docentes angolanos, o número de admissões de estudantes num ano lectivo, a aquisição de transportes, equipamentos, bibliografia científica e artigos sociais para a instituição, a utilização do regime de dispensa de disciplinas, a realização de exames especiais, o orçamento financeiro do ISCED-HUÍLA, assim como todas as deliberações dos certificados e dos diplomas aos estudantes eram da responsabilidade e decisão da Reitoria da UAN⁷². Esta dependência condicionava o desenvolvimento do ISCED-HUÍLA⁷³. A ausência de visitas sistemáticas de ajuda e controlo por parte da Reitoria, a fim dos responsáveis em Luanda conhecerem os reais problemas e as grandes potencialidades de evolução da instituição, agravava a situação (*Ibidem*). Apesar dessas limitações, Carlos Alberto Cardoso, docente do ISCED-HUÍLA no curso de Filosofia desde a década 80, recorda que

Quando estávamos integrados na Universidade Agostinho Neto, talvez devido [a]o nome Agostinho Neto, o ISCED-HUÍLA se beneficiou de melhores cooperações: a instituição tinha mais cooperações com universidades também pedagógicas da Namíbia, África do Sul, Cuba etc, e havia muitos encontros inter-universidades. Participávamos em muitas formações dadas por docentes que vinham da Namíbia, África do Sul, também de organizações não governamentais ligadas às academias americanas, por exemplo. Havia maiores dinâmicas nesse sentido e também a projecção do ISCED-HUÍLA era muito mais forte, muito mais visível, muito mais extensa. A nível internacional o ISCED-HUÍLA participava nos fóruns internacionais de Filosofia. Tínhamos anualmente fóruns de Filosofia nos Estados Unidos da América, por convocatória deles, e fomos também à Moscovo. (CARDOSO, 2023)

Esse depoimento evidencia que quando o ISCED-HUÍLA fazia parte da Universidade Agostinho Neto, apesar das limitações impostas pela orgânica do

⁷² *Arquivos do ISCED*. (1983). *Memorandum dos Assuntos a serem tratados em Luanda, por ocasião da deslocação do Director do ISCED a 16 de Novembro de 1983*. Consultado em 06 de Julho de 2023.

⁷³ *Arquivos do ISCED*. (1997). *Relatório Síntese Final -96/97*. Consultado em 07 de Julho de 2023.

funcionamento da UAN, o ISCED-HUÍLA beneficiou de diversos intercâmbios académicos, tanto nacionais quanto internacionais.



Figura 26: Da esquerda para a direita: Pedro Nsingui Barros (Director do ISCED-HUÍLA), Margot Feist Honecker (Ministra da Educação da República Democrática Alemã) e Artur Carlos Maurício dos Santos Pestana (Pepetela) (Vice-Ministro da Educação da República Popular de Angola), no ISCED-HUÍLA, 1982.

Fonte: Biblioteca do ISCED-HUÍLA (1982).

Figura 27: Outra imagem da visita da Ministra da Educação da República Democrática Alemã ao ISCED-HUÍLA em 1982.



Fonte: Arquivos da Biblioteca do ISCED-HUÍLA (1982).



Figura 28: Augusto Lopes Teixeira, Ministro da Educação da República Popular de Angola durante a visita da Ministra da Educação alemã ao ISCED-HUÍLA em 1982.

Fonte: Arquivos da Biblioteca do ISCED-HUÍLA (1982).

Figura 29: Exposição de Arqueologia no ISCED-HUÍLA, inserida no 7º aniversário da Universidade de Angola e do 20º aniversário do funcionamento do Ensino Superior no país, em 1983.



Fonte: Biblioteca do ISCED-HUÍLA (1983).

Em 2009, o Decreto nº 7/09, de 12 de Maio, redimensionou a Universidade Agostinho Neto e transformou o ISCED-HUÍLA numa Instituição autónoma, pertencendo na VI região académica (JANUÁRIO, 2020, p. 63). Sobre esta separação do ISCED-HUÍLA da UAN, Raimundo Amizalac Joaquim Dungula, que neste período pertencia ao Senado e à Assembleia da UAN, lembra que

Naquela altura só tínhamos no país uma Universidade [Pública] que era a Agostinho Neto. Essa instituição, tinha uma estrutura, tinha a Assembleia e tem o Senado, eu pertenci quer à Assembleia, quer ao Senado. Logo, quando se fazem os decretos ou as deliberações sobre a desintegração orgânica, porque o ISCED era uma unidade orgânica da Agostinho Neto, começa-se a desenhar a desagregação dessa unidade orgânica para ser autónoma, o ISCED passe a ser autónoma em função de um determinado decreto presidencial. (DUNGULA, 2023)

Segundo o *Diário da República Angolano* (2012, p. 2), com este decreto o ISCED passou a ser regido pela legislação aplicável ao Subsistema de Ensino Superior, tornando-se numa instituição de âmbito provincial (pois até 2009 designava-se ISCED-Lubango), desenvolvendo as suas actividades académicas, pedagógicas e sociais na Província da Huíla, gozando de autonomia científica, pedagógica, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar. O decreto nº 305/21 dotou o ISCED-HUÍLA de personalidade jurídica e gozo de autonomia cultural, nos termos da lei (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2021, p. 2). Além disso, com essa disvinculação, o ISCED-HUÍLA criou o seu próprio logótipo. Raimundo Dungula, um dos mentores do primeiro logótipo da instituição, recorda que o logótipo do ISCED-HUÍLA foi elaborado pelo Conselho Científico da instituição, baseando-se no logótipo da Universidade Agostinho Neto (DUNGULA, 2023).



Fonte: acervo pessoal (2014).

Durante a gestão do director José Luís Mateus Alexandre, entre 2015 e 2022, o logótipo da instituição sofreu algumas modificações. Em entrevista, José Alexandre afirma que é autor do actual logótipo e acrescentou que as alterações feitas, não foram abrangentes à simbologia e cores predominantes do esquema cromático do logotipo anterior (ALEXANDRE, 2023), conforme se pode ver:



Fonte: acervo pessoal (2021).

O logótipo do ISCED-HUÍLA possui um formato circular, com a inscrição: Instituto Superior de Ciências da Educação, com a fonte *Lucida Bright* (DADOS FORNECIDOS PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA DO ISCED-HUÍLA, 2023). O fundo azul claro simboliza tranquilidade, compreensão e frescura; o laranja significa movimento e espontaneidade, caracterizando as ciências sociais e humanas (*Ibidem*). No interior do logótipo consta o livro aberto a simbolizar a educação e a cultura, o Sol nascente simboliza o novo ISCED, contém ainda as cinco estrelas, que simbolizam os objectivos que a instituição traçou para materialização da sua missão, nomeadamente: 1- excelência no ensino, 2- excelência da investigação nas áreas de especialização, 3- compromisso com a inovação e com a interdisciplinaridade,

4- criação, difusão e apoio à cultura humanista e 5- extensão (*Ibidem*). Por baixo do livro, consta o acrónimo da instituição (ISCED) e o ano da sua fundação em numeração romana (MCMLXXX) (*Ibidem*).

2.4. Organização do ISCED-HUÍLA

Quando o ISCED-Lubango foi criado em 1980, a sua organização ocorria mediante as orientações do MPLA/PT- Partido do Trabalho e ao Estatuto Orgânico da Universidade de Angola (UA), que a partir de 1985 passou a designar-se Universidade Agostinho Neto (UAN) (*BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED, nº 1, 1990, p. 7*). Actualmente, a organização do ISCED-HUÍLA obedece ao Decreto Presidencial nº 305/21 de 16 de Dezembro⁷⁴ (*DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2021, p. 2*).

2.4.1. O corpo directivo e administrativo do ISCED-HUÍLA: nomenclatura, organização e formação ao longo do tempo

A nomenclatura, organização e formação do corpo directivo e administrativo do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, variou mediante os diferentes contextos da sua história.

O regulamento interno do ISCED-HUÍLA de 1980, no artigo 2º determinava que, aquando da sua criação, a autoridade máxima da instituição tinha a designação de Director (*ARQUIVOS DO ISCED, 1980, p.1*). Os arquivos do ISCED-HUÍLA de 1980 dão a conhecer que nesta altura, Pedro Nsingui Barros era Director da instituição. Mas a falta de fontes seguras e claras não nos permite uma afirmação livre de dúvidas.

José Alfredo de Matos, estudante do ISCED-HUÍLA em 1980, transitado da Faculdade de Letras, recorda que o primeiro director foi Manuel Rui Monteiro⁷⁵ (*MATOS, 2023*), enquanto que Melquiades Abel de Kerlan, também estudante do ISCED-HUÍLA em 1980, numa entrevista concedida em 2016, no quadro do projecto Mémórias do ISCED-HUÍLA, relata que o primeiro director da

⁷⁴ O organigrama do ISCED-HUÍLA, presente neste Decreto Presidencial, a que se referiu, encontra-se no anexo III.

⁷⁵ Manuel Rui Monteiro é advogado e conhecido autor angolano.

instituição foi Lunsayiladio Kiala Henry (KERLAN, 2016). No entanto, não encontramos arquivos de 1980 que referissem Manuel Rui Monteiro como director do ISCED-HUÍLA. Há apenas arquivos de 1978 e 1979, onde Manuel Rui Monteiro surge como Coordenador da extinta Faculdade de Letras. Ao passo que, Lunsayiladio Kiala Henry aparece nos arquivos de 1980, como director em exercício, o que supõe não ser ele o director efectivo.

Quem aparece nos arquivos de 1980 como director é Pedro Nsingui Barros. O já citado Melquiades Abel de Kerlan, que em 1980 além de estudante do ISCED, desempenhava também a função de Director Nacional de Gestão e Orçamento do Ministério da Educação, lembra que “Nsingui Barros tinha sido nomeado pelo Ministro da Educação, Ambrósio Lukoki” (KERLAN, 2022). Naquela época, o corpo directivo do ISCED-HUÍLA era assegurado pelo Director, pelo Conselho Científico-Pedagógico e pelo Conselho da Direcção (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1980, p.1).

O Conselho Científico-Pedagógico era o órgão de consulta sobre todas as questões atinentes à actividade científica e pedagógica do Instituto. Era composto pelo Director; pelos Chefes de Departamentos de Ensino, Investigação e Produção; pelo Chefe do Sector Académico do Instituto; pelos responsáveis dos sectores do ensino, investigação e produção; e pelo responsável da Comissão Pedagógica do Grupo Dinamizador para o Movimento Associativo Estudantil (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1980, p. 2). O Conselho da Direcção era um órgão de consulta, apoio e assessoria ao Director, formado pelo Director, pelos Chefes de Departamentos de Ensino, investigação e produção, pelo o chefe do Sector Administrativo, pelo chefe do Sector Académico, pelo Chefe do Centro de Documentação e Informação, pelo Coordenador da Célula do Partido, pelo 2º Secretário da Comissão Sindical e pelo Coordenador do Grupo Dinamizador para o Movimento Associativo Estudantil (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1980, pp. 3-4).

Sempre que o Director se ausentava, nomeava um substituto dentre os Chefes dos Departamentos de Ensino, Investigação e Produção (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1980, p. 2). Os arquivos disponíveis no ISCED-HUÍLA revelam que nos primeiros três anos de existência da instituição, alguns substitutos dos Directores se identificavam como temporários com a designação de *Director*

em Exercício, enquanto outros se identificavam apenas como *Directores*, como se fossem a autoridade máxima. Esse facto dificulta a identificação do Director do ISCED-HUÍLA nos primeiros anos, já que vários despachos da Instituição, nesse período inicial, foram assinados por diferentes substitutos do Director.

A designação de *Director* nos arquivos a partir de 1985, é temporariamente substituída por *Decano*. Esse facto indica que, com a transição de Universidade de Angola para Universidade Agostinho Neto em 1985, também houve uma alteração na nomenclatura do órgão directivo do ISCED-HUÍLA. No entanto, os arquivos demonstram que em 1986 voltou-se à designação de Director.

Carlos Alberto Rodrigues Pinto, em entrevista fez saber que Matondo Tomalela, enquanto gestor máximo da instituição entre 2002 a 2010, foi o único com a designação de Decano que se conheceu no ISCED-HUÍLA (PINTO, 2023). O discurso do Reitor da UAN, na abertura da cerimónia da entrega de certificados aos mestrandos de Direito no Centro Universitário da Huíla a 08 de julho de 2007 (*GABINETE DO VICE-REITOR DA UAN*, 2007, p. 2), reforça o depoimento dado pelo professor Carlos Pinto, sobre a designação de Decano durante a gestão de Matondo Tomalela.

Em 25 de Junho de 2012, publica-se o decreto presidencial nº 143/12, cujo o artigo 8º alterou a nomenclatura do gestor executivo do ISCED-HUÍLA para *Director Geral* e criou os seguintes órgãos auxiliares: Director Geral-Adjunto para a Área Académica; Director Geral-Adjunto para a Área Científica e Secretário Geral (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2012, p. 3).

Em 16 de Dezembro de 2021, o decreto Presidencial nº 305/21, altera novamente a nomenclatura do corpo directivo do ISCED-HUÍLA. No artigo 9º, o órgão singular de gestão passou a ser designado como *Presidente*, e os órgãos auxiliares como Vice-Presidente para os Assuntos Académicos e Vice-Presidente para os Assuntos Científicos e Pós-graduação (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2021, p. 5).

De 1980 a 2022, o Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, conheceu 11 gestores. Vatomene Kukanda, Director do ISCED-HUÍLA entre 1984 a 1986, é tido pelos entrevistados, como o mais marcante (KERLAN,

2022; CARRASCO, 2023; CHIPALAVELA, 2023; PEDRO, 2023; CARDOSO, 2023). Carlos Alberto Cardoso guarda a seguinte memória sobre o Director Vatomene Kukanda: “marcou-me pela sua competência e horizonte académico, trazidos da Europa. Quando conversávamos com ele, sentíamos que não estávamos à altura dele. Foi uma pessoa brilhante e muito madura cientificamente” (CARDOSO, 2023). Maria João Chipalavela recorda que “o Director Vatomene Kukanda, vindo da Alemanha, era uma pessoa extremamente aberta e flexível. Além de gostar de ensinar, inclusive o alemão, suas experiências foram marcantes” (CHIPALAVELA, 2023). Agnelo Carrasco lembra: o “Director Kukanda marcou-me como meu professor e orientador de trabalho de final de curso. Além da sua extrema simplicidade e honestidade, ele nunca usou os galões do cargo. Sou muito grato a ele como ser humano até hoje” (CARRASCO, 2023). Mário Ilda Simão, recorda-se do Director Vatomene Kukanda por razões diferentes:

Fez um bom trabalho aqui no ISCED-HUÍLA, era um africanista, incutia em nós a necessidade de nos formar[mos] correctamente enquanto africanos e angolanos. A outra face, lamentavelmente, foi na sua gestão que cá no ISCED-HUÍLA se ensaiou as primeiras greves dos professores na tentativa de obtermos habitação. Muitos cooperantes, expatriados do ISCED-HUÍLA, saíam e a nossa intenção é que nós angolanos, assumíssemos as casas que eles deixaram. É que muitas vezes essas casas eram perdidas a favor de outras instituições, outras entidades. Eu assumi uma posição muito adiantada nesses protestos, fui tido como sendo o líder, agitador. Eu que estava na lista dos primeiros a ter a casa fui pura e simplesmente castigado, não deram-me a casa e deram a alguém que não tinha reivindicado. Isso me magoou, mas em uma questão de gestão é normal. (SIMÃO, 2023)

Essa narrativa do professor Mário Ilda Simão, revela que durante a gestão do Director Vatomene Kukanda registou-se a saída de alguns cooperantes estrangeiros no ISCED-HUÍLA, e por conta disso, os docentes angolanos da instituição iniciaram os primeiros protestos em busca de moradia ofertada pelo Estado.

A formação do corpo directivo do ISCED-HUÍLA obdeceu ao contexto político angolano: baseado em nomeações. De 1980 a 1997 os directores das unidades orgânicas da Universidade Agostinho Neto, eram nomeados pelo Ministro da Educação, sob proposta do Reitor da UAN (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1980, p.1). O chefe do Departamento era nomeado pelo Reitor da UAN sob proposta do Director do ISCED-HUÍLA (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1980, p.7).

Nesse período, não haviam critérios oficiais para a nomeação da direcção do ISCED-HUÍLA, feita pelo Ministro da Educação e pelo Reitor da UAN. Agnelo Carrasco, nomeado Vice-Director do ISCED-HUÍLA para a área Científica entre 1991 a 1997, afirma que as “razões para a constituição do corpo directivo do ISCED-HUÍLA, eram baseadas em alguns atributos políticos partidários, especificamente ser do MPLA” (CARRASCO, 2023). Estas nomeações resultaram em situações que levaram os directores do ISCED-HUÍLA a não serem sempre os mais qualificados para a posição. Houve casos em que outras pessoas, com melhores qualificações, poderiam ter ocupado esses cargos (*Ibidem*). O Ministro da educação nomeava o director e os vice-directores (*Ibidem*).

Raimundo Amizalak Dungula, director do ISCED-HUÍLA entre 2010 a 2015, lembra que para a nomeação do corpo directivo do ISCED-HUÍLA “apenas as competências não valem, vale é ser militante do partido, estar no CAP⁷⁶” (DUNGULA, 2023). Mário Ilda Simão confirma os depoimentos de Carrasco e de Dungula, ao recordar que

A direcção do ISCED-HUÍLA era considerado como um cargo de confiança política, logo, alguém que fosse nomeado tinha que ser de confiança política, nesse caso do Governo local ou central. Esses indivíduos indicados tinham que estar dentro do sistema partidário, que neste caso era o MPLA. (SIMÃO, 2023)

Em 1997 imprimiram-se algumas modificações para a formação do corpo directivo da Universidade Agostinho Neto, baseada em eleições. O ISCED-HUÍLA, então dependente da orgânica da UAN, passou a formar a sua direcção também a partir do sufrágio eleitoral. Sobre a formação do corpo directivo do ISCED-HUÍLA em 1997, Agnelo Carrasco guarda a seguinte memória:

O professor Pedro Felisberto Miguel Bondo foi o primeiro Director do ISCED-HUÍLA a ser eleito. E digo isto porque eu, tive um envolvimento directo na comissão eleitoral para o Felisberto Bondo. Foi uma candidatura única, mas pelo menos a designação de eleição cabe ao Felisberto Bondo. (CARRASCO, 2023)

Em 2002 e em 2006 a direcção do ISCED-HUÍLA continuou a ser constituída através da eleição. Mário Ilda Simão recorda que Matondo Tomalela foi eleito nos dois mandatos, em 2002 e em 2006 (SIMÃO, 2023). Carlos Alberto Cardoso recorda que Matondo Tomalela foi eleito gestor do ISCED-HUÍLA,

⁷⁶ CAP: Comité de Acção do Partido MPLA.

quando João Sebastião Teta era o Reitor da UAN (CARDOSO, 2023). Em uma conversa telefónica, Matondo Tomalela confirmou a sua eleição como decano do ISCED-HUÍLA nos dois mandatos que teve.

Em 2009 com a separação do ISCED-HUÍLA da Universidade Agostinho Neto, a formação do corpo directivo ficou à cargo da nomeação do Ministro do Ensino Superior. O decreto nº 143/12, de 2012 veio legitimar a nomeação do órgão executivo do ISCED-HUÍLA pelo titular do Departamento Ministerial do sub-sistema do Ensino Superior, entre os candidatos eleitos pela Instituição (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2012, p. 4). Quanto ao Chefe de Departamento, com a desintegração da instituição na UAN, esse órgão de chefia passou a ser da responsabilidade e competência do Director do ISCED-HUÍLA.

Em 2021, o artigo 11º do decreto nº 305/21, determinou a formação do corpo directivo do ISCED-HUÍLA por eleição, mediante processo eleitoral realizado no Instituto (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2021, 6). Os Vice-Presidentes constam no programa eleitoral do candidato a Presidente (*Ibidem*).

No dia 02 de Maio de 2022 ocorreu a primeira eleição com dois candidatos à direcção do ISCED-HUÍLA. A eleição foi ganha pelo candidato da lista B, o actual Presidente da instituição, Helder Pedro Alicerces Bahu, empossado no dia 17 de Junho de 2022.

Tabela 6- Nomeclaturas, dirigentes e mandato do ISCED-HUÍLA ao longo da sua história.

Nomeclaturas	Dirigentes	Mandato	Por
Director	Pedro Nsingui Barros	1980-1983	Indicação do Ministro da Educação.
Director	José Nobre de Novais	1983-1984	Indicação do Ministro da Educação.
Como Director (1984 e 1986) e como Decano (1985)	Vatonene Kukanda, Ph.D.	1984-1986	Indicação do Ministro da Educação.
Director	Pedro Domingos	1986-	Indicação do Ministro

	Peterson Ph.D.	1991	da Educação.
Director	Artur da Silva Júlio	1991-1992	Indicação do Ministro da Educação.
Director	Narciso Damásio dos Santos Benedito OBS: Com um Director Interino, José Alfredo de Matos (de 1996 a 1997)	1993-1997	Indicação do Ministro da Educação.
Director	Pedro Felisberto Miguel Bondo	1997-2002	Eleição.
Decano	Matondo Tomalela Ph.D.	2002-2010	Eleição.
Director (2010-2012) e Director Geral (2012-2014)	Raimundo Amizalak Joaquim Gungula Ph.D.	2010-2015	Indicação do Ministro do Ensino Superior.
Director Geral	José Luís Mateus Alexandre Ph. D.	2015-2022	Indicação do Ministro do Ensino Superior.
Presidente	Helder Pedro Alicerces Bahu Ph.D.	2022 – a actualidade	Eleição.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos arquivos do ISCED-HUÍLA (2023).

Importa especificar que os dirigentes com a designação de Ph.D., são aqueles que durante o seu mandato como gestor do ISCED-HUÍLA já tinham atingido esse título académico. A omissão do nível de graduação de alguns dirigentes patentes nesta tabela dá-se à inabilidade de obter ou confirmar tal informação. Esta tabela revela que, passados 42 anos, o Primeiro Instituto Superior de Ciências da Educação de Angola (o ISCED-HUÍLA), nunca teve uma mulher à frente da sua direcção.



Figura 30: Pedro Nsingui Barros, primeiro gestor do ISCED-HUÍLA entre 1980 e 1983.

Pedro Nsingui Barros, é mestre em Ciências da Educação. Dirigi o ISCED-HUÍLA entre 1980 a 1983. Não conseguimos mais informações sobre Pedro Nsingui Barros.

Fonte: Biblioteca do ISCED-HUÍLA (1982).

Não conseguimos obter a imagem do segundo gestor do ISCED-HUÍLA, José Nobre de Novais, por esse facto não se abordou aqui. As informações sobre José de Novais, encontram-se no sub-capítulo 2.4.3, relacionado com o jardim da instituição.



Figura 31: Vatomene Kukanda, terceiro gestor do ISCED-HUÍLA entre 1984 a 1986.

Doutorado em Linguística Bantu pela Alemanha. Além de director, deu aulas de alemão, de sociolinguística e de linguística bantu no ISCED-HUÍLA, durante a sua administração. Representante de Angola no Centro Internacional das Civilizações Bantu, Libreville (CICIBA). Director da Faculdade de

Letras de Luanda (CARRASCO, 2023). Em 2018 foi Júri do Prémio Nacional de Cultura e Artes, possui artigos publicados. Actualmente reside em Luanda. Fonte: (PORTAL DE ANGOLA, 2018)⁷⁷.

⁷⁷ <https://www.portaldeangola.com/2018/10/29juri-anuncia-vencedores-do-premio-nacional-de-cultura-e-artes-na-quarta-feira/>, acesso em 04 de Agosto de 2023.



Fonte: *Jornal de Angola* (2021).

Figura 32: Pedro Domingos Peterson, quarto gestor do ISCED-HUÍLA, entre 1986 a 1991.

Nasceu aos 02 de Fevereiro de 1940 em Maquela do Zombo, província do Uíge. Doutorado em Ciências da Educação, pela Universidade do Estado de Sofia, na Bulgária. Foi membro do Comité Central, Coordenador da Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Habitação do MPLA, deputado à Assembleia Nacional, Administrador da Fundação Sagrada Esperança e membro do Conselho Executivo da UNESCO. Morreu por doença, no dia 16 de Setembro de 2021, aos 81 anos.



Fonte: (*RÁDIO NACIONAL DE ANGOLA*, 2022)⁷⁸.

Figura 33: Artur da Silva Júlio, quinto gestor do ISCED-HUÍLA entre 1991 a 1992.

Nasceu aos 13 de Maio de 1951, na província da Huíla. Formado em História pelo ISCED-HUÍLA, foi membro do Comité Central do MPLA, Coordenador Adjunto da Campanha Nacional de Alfabetização e director do Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central, Vice-Ministro da Educação. Morreu no dia 01 de Maio de 2022, por doença, aos 71 anos.

⁷⁸ <https://rna.ao/rna.ao/2022/05/02/morreu-o-politico-artur-julio-ligado-as-historia-do-mpla/>, acesso em 11 de Julho de 2023.



Fonte:(PIPA, 2018).

Figura 34: Narciso Damásio dos Santos Benedito, sexto gestor do ISCED-HUÍLA entre 1993 a 1997.

Licenciado em Psicologia pelo ISCED-HUÍLA. Doutorado em Psicologia em 2007, pela Universidade do Minho. Exerceu os cargos de Vice-Ministro da Educação e de Secretário de Estado para a Formação e Ensino Técnico Profissional. É o actual director Provincial da Educação de Luanda (PIPA, 2018).



Figura 35: Pedro Felisberto Miguel Bondo, sétimo gestor do ISCED-HUÍLA, entre 1997 a 2002. Licenciado em Filosofia pelo ISCED-HUÍLA. Não conseguimos obter mais informações sobre Pedro Bondo.

Fonte: (obtida na Sala Magna do ISCED-HUÍLA).



Figura 36: Matondo Tomalela, oitavo gestor do ISCED-HUÍLA, entre 2002 a 2010.

Nasceu aos 23 de Dezembro de 1950, no município do Damba, província do Uíge. Licenciado em Química pelo ISCED-HUÍLA e doutorado no Ensino das Ciências, opção Química pela Universidade do Minho em Portugal, actualmente vive na cidade do Lubango. (Dados fornecidos pelo professor Matondo Tomalela, 2023).



Fonte: Biblioteca do ISCED-HUÍLA (2011)

Figura 37: Raimundo Amizalak Joaquim Dungula, nono gestor do ISCED-HUÍLA entre 2010 a 2015.

Nasceu em 1960, no município do Chipindo, província da Huíla. Doutor em Análises Geográficas Regionais e Geografia Física, pela Universidade Complutense de Madrid (Espanha), em 2007. Especialista desde 1999 em Demografia, pela Universidade Louvain-la-Neuve, em Bruxelas.

Diplomado com Altos Estudos Internacionais, pelo Centro de Estudos Internacionais de Madrid; Diplomado com Estudos Africanos pelo Centro de Estudos Africanos; licenciado em Ciências Pedagógicas, opção Geografia, pela Universidade de Havana, Cuba. Autor dos livros: *Doutormania: Uma Patologia Académica e Populismo: Uma Purga em África* (DUNGULA, 2023).



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 38: José Luís Mateus Alexandre, décimo gestor do ISCED-HUÍLA, de 2015 a 2022.

Nasceu na vila do Bongo, Município de Longonjo, Província do Huambo, em 15 de Janeiro de 1968. Licenciado e Mestre em Agronomia pela Universidade Estatal Agrária de São Petersburgo, Rússia.

Doutorado em Biologia pelo Instituto de Investigação Científica de Plantas de Toda a Rússia (VNIIR), em São Petersburgo. Professor Catedrático do ISCED-HUÍLA em 2019. Foi vice-reitor para os assuntos científicos da Universidade Mandume Ya Ndemufayo. É Presidente da Rede de Instituições de Ensino Superior de Formação de Professores em Angola. É actualmente director Nacional do Ensino Superior em Angola. Actualmente reside em Luanda (Dados fornecidos pelo professor José Luís Mateus Alexandre, 2023).



Figura 39: Helder Pedro Alicerces Bahu, décimo primeiro gestor do ISCED-HUÍLA, de 2022 a actualidade.

Nasceu aos 15 de Janeiro de 1978, em São José, no Lubango, Huíla. Licenciado em História pelo ISCED-HUÍLA; Mestre em Antropologia: Patrimónios e Identidades; Doutorado em Antropologia, respectivamente pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Entre 2015 e 2022 foi Coordenador do Centro de Investigação e Desenvolvimento da Educação do ISCED-HUÍLA. É Coordenador e Organizador do Mestrado em Ensino da História de África, ISCED-HUÍLA. Possui artigos publicados em várias revistas internacionais, é autor do livro *Os quadros Angolanos em Portugal: Integração e Retorno*. Fonte: (BAHU, 2022a).

A falta de fontes sobre o crescimento do corpo administrativo da instituição, impediu traçar a sua evolução na instituição ao longo da sua história. No entanto, o *Boletim Informativo do ISCED-HUÍLA, nº 1*, informa que no seu início a instituição contava com poucos técnicos administrativos, destes escassos, apenas três eram técnicos médios.

De acordo com o plano estratégico de Helder Bahu proposto durante a sua candidatura à presidência do ISCED-HUÍLA, ficamos a saber que em 2022 a instituição contava, com 58 funcionários administrativos efectivos e 15 eventuais (BAHU, 2022b, p. 9). A tabela abaixo demonstra a distribuição dos efectivos:

Tabela 7: Distribuição dos administrativos efectivos do ISCED-HUÍLA em 2022.

Técnico Superior	6
Técnico de Terceira	7
Técnicos Médios	14
Auxiliares Administrativos	6
Aspirante	3
Escrituário	1
Auxiliar de Limpeza	13

Motorista	3
Operários	5
Total	58

Fonte: (BAHU, 2022b, p. 9).

2.4.2. Estruturas internas do ISCED-HUÍLA ao longo da sua história

No período correspondente à 1ª República do funcionamento do ISCED-HUÍLA (1980-1991), a instituição contava com estruturas como a Célula Única do MPLA – Partido do Trabalho, o Núcleo da JMPLA – Juventude do Partido, o Núcleo da Organização da Mulher Angolana e a Associação dos Estudantes (*BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED-HUÍLA, nº 1, 1990, p. 11*). Essas estruturas serviam de apoio no exercício do gestor máximo do ISCED-HUÍLA (*Ibidem*). Destas estruturas, o ISCED-HUÍLA conta actualmente somente com a Associação dos Estudantes. Além dessas estruturas, são órgãos dependentes da instituição: os Centros de investigação (CEBEA e o CIDE), a biblioteca (que funciona desde o período da Faculdade de Letras), a reprografia, o lar dos estudantes, a cantina e um posto médico.

2.4.3. O Jardim do ISCED-HUÍLA

O jardim do ISCED-HUÍLA homenageia duas figuras que marcaram a instituição nos primeiros anos do seu funcionamento. O jardim do lado esquerdo (de quem entra na instituição) eterniza a professora sul-africana Jeanette Eva Schoon e o outro, do lado direito, o médico e professor angolano José Nobre de Novais.

Jeanette Eva Curtis nasceu em 1949 na cidade do Cabo, África do Sul. O seu pai, Jack Curtis e a sua irmã Neville Curtis, apesar de serem brancos, eram activistas anti-apartheid na África do Sul. Cedo, Jeanette Eva Curtis foi influenciada pelas orientações activistas da família, tornando-se também anti-apartheid (SAHO, 2012). Em 1976 Jeanette conheceu Marius Schoon, também ele branco e activista anti-apartheid, membro do ANC e fervoroso revolucionário de esquerda. Neste mesmo ano, ambos foram banidos de estabelecerem contacto por cinco anos, devido às suas acções anti-apartheid, consideradas pelas autoridades sul-africanas como terroristas. Mas isso não impediu que se casassem em Junho de 1977 (*Ibidem*). No entanto, como

ambos foram banidos, não tinham a permissão legal para se comunicarem, então o casal fugiu para o Botswana (*Ibidem*). No exílio, Jeanette Eva Schoon e Marius Schoon mantiveram suas actividades anti-apartheid na clandestinidade. Em 1981, já com dois filhos, Katryn e Fritz, decidiram se mudar para a cidade do Lubango, Angola, fugidos das perseguições do regime racista sul-africano que os encontrara no Botswana (*Ibidem*).

Neste período o Governo angolano tinha relações estreitas com o ANC (*African National Congress*), movimento sul-africano que combatia o regime do *apartheid* (BRIDGLAND, 1984). No Lubango, Jeanette e Marius, ambos com formação superior, foram contratados como professores no ISCED-HUÍLA em 1983 (SAHO, 2012). Lusakalalu Pedro, estudante da instituição na época, guarda a seguinte memória da passagem do casal pela instituição:

Conheci-os perfeitamente. A Jeanette Eva Schoon foi professora do curso de Inglês, em uma das cadeiras do Primeiro Ano e esposa de Marius [...], que foi meu professor de Linguística Aplicada e Didáctica Especial de Ensino do Inglês. (PEDRO, 2023)

Embora a professora Jeanette fosse uma activa anti-apartheid e também alvo do regime sul-africano, era o seu esposo, Marius Schoon, o principal alvo a eliminar pelo regime sul-africano (PEDRO, 2023 & CARRASCO, 2023). Em 28 de Junho de 1984, Craig Williamson, contratado pelo regime do *apartheid*, entregou uma carta-bomba na casa dos Schoon⁷⁹. Como Marius não estava em casa, Jeanette abriu a carta (KERLAN, 2022 & CHIPALAVELA, 2023). A bomba matou Jeanette Eva Schoon e a filha do casal Katryn, de seis anos (PEDRO, 2023). Maria João Chipalavela, actual professora na instituição e também Vice-Governadora da Huíla para o sector Político, Social e Económico, era estudante do ISCED no período que decorreu o assassinato da professora Jeanette Eva Schoon. Ela recorda que

Foi um golpe muito duro esse incidente, porque gerava-se no ISCED uma solidariedade de todos: estudantes, professores, dirigentes etc., com a família Schoon, pelo facto de terem vindos como refugiados do sistema do *apartheid* e levarem consigo apenas uma mala e as duas crianças. (CHIPALAVELA, 2023)

Esse depoimento de Maria João Chipalavela ajuda a compreender o motivo pelo qual o estudante e posteriormente Director do ISCED-HUÍLA, Pedro

⁷⁹ <https://www.sahistory.org.za/people/jeanette-eva-schoon-nee-curtis>, título: *Jeanette Eva Schoon (née Curtis)*, acesso em 04 de julho de 2023.

Felisberto Bondo, compôs uma música dedicada à professora Jeanette Eva Schoon, que marcou os estudantes da instituição nos anos 1980. Não foi possível transcrever a música completa, pela sua difícil localização. Entretanto, Agnelo Carrasco compartilhou o refrão memorável da música: “Mamã Jeanette, Oh! Mamã Jeanette, Oh!⁸⁰” (CARRASCO, 2023). Quem também guarda memórias da música feita pelo professor Pedro Bondo em homenagem à Jeanette Schoon é Nlandu Mia Bansimba Francisco, estudante do ISCED-HUÍLA entre 1983 e 1988, ouça-se: “cantava em kikongo. Mamã Jeanetteeee, eeeeeeee! Mamã Jeanetteeee, eeeeeeee! Mamã Jeanetteeee, iaaaaaa, keie kaka tubamzaka”. A homenagem à Jeanette Schoon foi edificada e eternizada no jardim do ISCED-HUÍLA, devido às suas acções contra o regime do apartheid, à sua condição de refugiada, à sua colaboração como docente na instituição e ao seu trágico assassinato que marcou para sempre a história da instituição.

A outra figura igualmente homenageada no jardim fronteiro do ISCED-HUÍLA, foi José Nobre de Novais, recordado por alguns entrevistados como médico anestesista do Hospital Central do Lubango, professor de matemática do Liceu Nacional Diogo Cão, docente da Faculdade de Letras e do ISCED, Director do ISCED-HUÍLA no início da década de 80 (KERLAN, 2022; SOUSA, 2023; DUNGULA; 2023; PEDRO, 2023; SIMÃO, 2023; CARRASCO, 2023; CHIPALAVELA, 2023 & MATOS, 2023). No arquivo do ISCED-HUÍLA, encontram-se informações que revelam que José Nobre de Novais exerceu igualmente o cargo de Coordenador da Faculdade de Letras de 1978 a 1980. No mesmo arquivo existem documentos que apontam para Manuel Rui Monteiro como Coordenador da Faculdade de Letras em 1979. Mas pouca informação existe no sentido de explicar se Novais e Monteiro coordenaram juntos a instituição, ou se Monteiro exerceu o cargo temporariamente, talvez para garantir a transição jurídica da Faculdade de Letras para ISCED, uma vez que é advogado. Contudo, pouco temos para comprovar esta conjectura. Novais colaborou, em 1982, como Coordenador da Comissão de Gestão do

⁸⁰ O Doutor Bondo emocionou todos, durante o encontro Memórias do ISCED realizada em 2016, ao cantar e tocar ao violão esta música, que lhe ficou gravada na memória. A platéia, sensibilizada, chorou. Até mesmo quem não vivenciou ou conheceu a Jeanette, tamanha era a tristeza que a música trazia em si.

ISCED-HUÍLA, sendo também, nos anos de 1983 e 1984, Director desta instituição⁸¹. Estas informações revelam que José Nobre de Novais prestou diversas funções no Lubango, participando, inclusive, na criação do ISCED-HUÍLA. Agnelo Carrasco (2023) lembra que foi o professor Novais quem comandou a transição de Faculdade de Letras para ISCED-HUÍLA. O mesmo Agnelo Carrasco, nos revela outra dimensão de José Nobre de Novais:

O professor Novais foi uma pessoa muito comum, muito simples, popular, que se dava bem com toda gente. O conheci como anestesista no Hospital Central, conheci a mulher, fui professor dos filhos, portanto o Novais era uma pessoa muito dada, falava com toda gente. (CARASCO, 2023)

Maria João Chipalavela, dos tempos que estudava no Liceu Nacional Diogo Cão, lembra-se de que José Nobre de Novais foi seu professor de Matemática (CHIPALAVELA, 2023). Ela mencionou que ele era alegre, simples e amigo de todos (*Ibidem*), conforme informou também Agnelo Carrasco, ao referenciar José Nobre de Novais. Mário Ilda Simão (2023) revela que José Nobre de Novais foi o Director que o recebeu quando se tornou estudante no ISCED-HUÍLA. Mário Simão recorda que era um homem de fácil trato e disposto a facilitar a integração dos jovens estudantes, pois muitos deles pouco sabiam dos seus propósitos no ISCED-HUÍLA, o que resultava em comportamentos diferentes do que este director havia projectado para a instituição. Mesmo assim, ele preocupava-se com os estudantes, passando pelas camaratas e quartos do lar, ensinando bons hábitos e incentivando à leitura na biblioteca (*Ibidem*). Esse testemunho de Mário Ilda Simão evidencia que o comprometimento de José Nobre de Novais com o ISCED-HUÍLA ia além da formação académica, abrangendo também a inserção dos estudantes na sociedade, uma vez que se preocupava com a formação civil dos alunos. Para melhor compreendermos a homenagem prestada à José Nobre de Novais no jardim do ISCED-HUÍLA, é importante salientar que quando a professora Jeanette Eva Schoon foi assassinada, José Nobre de Novais era o Director da Instituição. Agnelo Carrasco, ao falar sobre este triste acontecimento, lembra que

⁸¹Ver anexo 6.

O Director Novais, logo a seguir da explosão da carta – bomba, manditou a então directora da biblioteca, Ana Paula Abreu Dias, que foi minha colega no Liceu Nacional Diogo Cão, que fosse ao apartamento da Jeanette. Portanto, imagino que tenha sido terrível para a Paula Abreu Dias chegar no apartamento e encontrar o que encontrou. (CARRASCO, 2023)

Ana Paula Dias que nesta altura era responsável pela biblioteca da instituição, em entrevista, confirma o depoimento de Agnelo Carrasco, ouça-se:

Eu ajudei o Dr. Novais a retirar e a tratar dos corpos (da Jeanette e da filha). Uma “visão” horrorosa que não me deixou durante muitos meses. A filha que foi, também, atingida pela bomba, andava na mesma escola do meu filho e passava muitas vezes pela minha casa que ficava a caminho. Por isso, ainda foi mais doloroso para mim. (DIAS, 2023)

Este percurso de José Nobre de Novais justifica a homenagem que lhe foi prestada no jardim. Agnelo Carrasco voltou a homenageá-lo com a atribuição do seu nome a uma das salas da instituição, no decorrer do seu mandato como Vice-Director do ISCED-HUÍLA para a Área Científica, entre 1991-1997.

2.5. Evolução do ISCED-HUÍLA

Ao longo da sua história, de 1980 a 2022, a evolução do ISCED-HUÍLA se registou na sua oferta formativa, corpo docente, discente, assim como na área geográfica onde actuou.

2.5.1. Oferta formativa no ISCED-HUÍLA

O ISCED-HUÍLA iniciou as suas actividades em Outubro de 1980, com a oferta de licenciaturas em quatro Departamentos: Ciências da Educação, nas especialidades de Pedagogia e Psicologia; Ciências Exactas e da Natureza, nas áreas de Geografia, Matemática, Física e Biologia; Ciências Sociais, com História e Filosofia e o Departamento de Letras Modernas, com Língua Inglesa e Língua Francesa (ISCED, s/d, p. 5). No ano lectivo seguinte, em 1981-82, teve início o curso de Química e integrada no Departamento de Ciências Exactas e da Natureza (PINTO, 2023). Sobre a licenciatura em Língua Portuguesa no ISCED-HUÍLA, Agnelo Carrasco, relata:

Quem abriu o curso de Português que ainda existe fui eu. Eu ainda era estudante, na altura falava-se muito de que vinham professores da Universidade do Minho exactamente para abrir o curso de letras, e entrou para Director do ISCED um senhor, um professor chamado Vatomene Kukanda. O

Dr. Kukanda⁸² queria [...] que eu passasse para o ISCED para [...] ajudar a abrir o curso de português porque viriam os tais professores da universidade do Minho, no entanto, esses professores do Minho nunca vieram e fui eu que abri o curso de português ainda estudante, porque ainda não tinha acabado. (CARRASCO, 2023)

Esse depoimento de Agnelo Carrasco revela a debilidade com a qual o ISCED-HUÍLA inicia a sua actividade de ensino superior. Importa realçar que Agnelo Carrasco nesta altura era estudante de Linguística Francês, conforme se recorda:

Na altura só havia o curso de linguística francês [e inglês], o meu papel era de abrir um curso de linguística português. Entretanto, como não existia o curso de português, eu fiz o curso de linguística francês e, nesta qualidade, fui abrindo o curso de português em 1987 e, obviamente fui eu um dos primeiros professores desse curso, e de forma que foi comigo que surgiram os primeiros licenciados em português [...] foi a Carla Marisa Faria Black⁸³ [...] a primeira licenciada em língua portuguesa pelo ISCED-HUÍLA e fui eu, como é lógico, o orientador do trabalho de licenciatura. (*Ibidem*)



Figura 40: Professor Agnelo Carrasco, criador do curso de Linguística/Português.

Fonte: Acervo pessoal (2023).

No ano lectivo 1984-85, houve a separação do Departamento de Ciências Exactas e da Natureza. Desse desmembramento, resulta o Departamento de Ciências Exactas e o Departamento de Ciências da Natureza (*ARQUIVOS DO ISCED*, s/d, p. 11).

O *Boletim Informativo do ISCED-HUÍLA*, nº 1 (1990, pp. 9-10) faz constar que em 1990 o ISCED-HUÍLA contava com a seguinte oferta formativa: o

⁸²Vatomene Kukanda tomou posse da direcção do ISCED- HUÍLA em 1984.

⁸³ Carla Black licenciou-se em 1995, tornando-se docente no ISCED-HUÍLA.

Departamento de Ciências da Educação, oferecia as licenciaturas em Pedagogia e Psicologia; o Departamento de Letras Modernas apresentava opções formativas em Linguística/Inglês, Linguística/Françês e Linguística/Português; o Departamento de Ciências Sociais tinha licenciaturas em Ensino da Filosofia e em Ensino da História; o Departamento de Ciências Exactas tinha licenciaturas em Ensino da Matemática, da Física e da Química; enquanto que o Departamento de Ciências da Natureza contribuía com licenciaturas em Ensino da Geografia e também Ensino da Biologia. O curso de Informática Educativa foi implementado no ISCED-HUÍLA no ano lectivo 2004-05 (PINTO, 2023) e o curso de Educação Física e Desportos em 2014.

Sobre os cursos de pós-graduação, Carlos Alberto Rodrigues Pinto, na altura chefe do Departamento dos Assuntos Académicos da instituição e estudante do primeiro mestrado no ISCED-HUÍLA relata que a instituição passou a oferecer mestrados em 2003, com o curso de Teoria do Desenvolvimento Curricular (PINTO, 2023). Os dados fornecidos pela Secretaria dos Mestrados do ISCED-HUÍLA reforçam o depoimento de Carlos Pinto, ao acrescentar que, além do curso acima referido, na 1ª edição de mestrados, o ISCED-HUÍLA ofereceu também mestrados em Ensino da Língua Portuguesa e Ensino das Ciências (para as áreas de Biologia, Física, Química e Matemática) (*SECRETARIA DOS MESTRADOS DO ISCED-HUÍLA*, 2023). A 2ª edição dos mestrados, aconteceu no ano lectivo 2011-2012, a oferta formativa da instituição foi reduzida para abarcar somente Teoria do Desenvolvimento Curricular e Ensino das Ciências (*Ibidem*). Em 2018, na sua 3ª edição, o mestrado em Teoria do Desenvolvimento Curricular passou a chamar-se Desenvolvimento Curricular e para aquela edição, a oferta formativa foi acrescida com a implementação do mestrado em Ensino da História de África, Ecologia e Gestão de Recursos Naturais e com o retorno do mestrado em Ensino da Língua Portuguesa (*Ibidem*). Em 2020, o ISCED-HUÍLA disponibilizou a 1ª edição do mestrado em Metodologia de Educação de Infância, o primeiro deste tipo em Angola. No ano lectivo de 2021 o ISCED-HUÍLA disponibilizou a 4ª edição dos mestrados, com a mesma oferta formativa de 2018 (*Ibidem*).

A abertura dos mestrados no ISCED-HUÍLA em 2003, abriu oportunidades para que os docentes da instituição adquirissem novas habilitações literárias. É essa memória que o professor Carlos Alberto Rodrigues Pinto guarda: “antes da abertura dos mestrados, o ISCED tinha maioritariamente [docentes] licenciados, é com esse[s] mestrado[s] que as coisas começam a mudar, depois de terem o mestrado, abriu possibilidades das pessoas irem fazer o doutoramento [fora do ISCED-HUÍLA]” (PINTO, 2023). Esse depoimento é sustentado por Raimundo Amizalak Dungula, ao revelar os graus académicos dos docentes do ISCED-HUÍLA entre 2002 a 2011 e pelo Departamento de Gestão da Qualidade da instituição em 2023.

Tabela 8: Grau académico dos docentes do ISCED-HUÍLA, entre 2002 e 2011 e do ano 2022-23.

Ano	Doutores	Mestres	Licenciados
2002/03	6	7	85
2003/04	7	7	88
2004/05	8	10	95
2005/06	9	9	95
2007	14	28	93
2008	12	34	95
2009	12	35	100
2010	12	47	103
2011	12	51	113
2022-23 ⁸⁴	38	111	34

Fonte: (DUNGULA, 2019, p. 49 & Departamento de Gestão da Qualidade, 2023).

Em 2018, por decreto nº 242/18 do Presidente da República de Angola, foram descontinuadas, no ISCED-HUÍLA, as licenciaturas em Filosofia, Pedagogia e Psicologia e criadas as licenciaturas em Ensino Primário e Ensino da Infância (*DADOS OBTIDOS NO GABINETE DO PRESIDENTE DO ISCED-HUÍLA*, 2022). Nota-se que, com esse decreto, extinguiu-se o Departamento de Ciências da Educação e o Departamento de Ciências Sociais, que foram unificados num único departamento denominado Departamento de Ciências Sociais e de Educação, que abarcou as licenciaturas em Ensino da História, Ensino Primário, Ensino da Infância e Informática Educativa. O Departamento

⁸⁴ Neste ano lectivo, estão inclusos os professores colaboradores.

de Letras Modernas passou a chamar-se Departamento de Línguas e Ciências Humanas, com as licenciaturas em Linguística/Português, Linguística/Inglês, Linguística/Francês e Filosofia; enquanto que o Departamento de Ciências Exactas e o Departamento de Ciências da Natureza voltaram a juntar-se, fazendo surgir o Departamento de Ciências Exactas e da Natureza.

Em 2023, o Decreto Executivo nº 88/23 de 27 de Junho, estabeleceu a criação do primeiro curso de Doutoramento do ISCED-HUÍLA, conforme se lê no seu artigo 1º: “É criado o curso de Doutoramento em Educação, no Instituto Superior de Ciências das Educação da Huíla, que confere o grau académico de Doutor” (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2023, p. 1). Trata-se do primeiro Doutoramento nesta área em Angola.

Tabela 9: Projecção da oferta formativa no ISCED-HUÍLA para 2023.

Licenciatura em			Mestrado em	Doutoramento em
Nº	Departamentos	Especialidades	Desenvolvimento Curricular.	Educação
1	Departamentos de Línguas e Ciências Humanas	Ensino da Língua Portuguesa,	Ecologia e Gestão de Recursos Naturais.	
		Ensino da Língua Inglesa, Ensino da Língua Francesa e Ensino da Filosofia.	Ensino da História de África.	
2	Departamento de Ciências Sociais e da Educação	Ensino da História, Ensino Primário, Ensino da Infância, Informática Educativa, Educação Física e Desportos.	Ensino da Língua Portuguesa.	

3	Departamento de Ciências Exactas e da Natureza	Ensino da Matemática, Ensino da Física, Ensino da Química, Ensino da Geografia e Ensino da Biologia.	Ensino das Ciências:	Ensino da Matemática, Ensino da Química, Ensino da Física e Ensino da Biologia.
				Metodologia de Educação de Infância.

Fonte:Elaboração do autor (2023).

2.5.2. O corpo docente e discente do ISCED-HUÍLA

A escassez de profissionais no país a seguir à independência teve repercussões imediatas no corpo docente do ISCED-HUÍLA. O *Boletim Informativo do ISCED-HUÍLA, nº 1* (1990, p. 7) revela que, no primeiro ano lectivo, em 1980/81, a instituição contava com apenas 17 docentes. A contratação, no ano lectivo 1982-83, de 14 monitores que eram alunos do ISCED-HUÍLA com o segundo ano concluído, para fazer parte do corpo docente (*ARQUIVOS DO ISCED, 1982*), demonstra as dificuldades que a instituição enfrentava para realizar a tarefa que lhe foi confiada: formar os futuros professores do país . Foram assim contratados os seguintes estudantes, desta que foi a primeira leva de alunos da instituição: Eugénio Adolfo Alves da Silva, Zacarias Carleje, Anibal João Simões, Melquíades Abel de Kerlan, José Mariano, Anastácio Davoca, João da Crus Kundonguende, Pedro Felisberto Miguel Bondo, Domingos Kimpolo Kau, António Didalelwa, Lusakalalu Pedro, Menga Thomas, Agnelo Carrasco e Soares Felisberto (*Ibidem*). A necessidade que o ISCED teve em contratar um número elevado de monitores para aquele ano lectivo é esclarecida pelo *Boletim Informativo do ISCED-HUÍLA, nº 1*: “o ano lectivo 1982-83 é o ano da crise, em que o ISCED, contando, na altura, com 172 estudantes e apenas com 13 docentes, viu-se obrigado a inserir todos os monitores na docência, coadjuvados por um ou outro docente mais experimentados, e a suspender determinados cursos” (1990, p. 9). No ano

lectivo seguinte, 1983-84, a carência de docentes na instituição prevalecia, obrigando a inserir novamente 14 monitores no seu corpo docente⁸⁵.

No ano lectivo 1984-85, o ISCED-HUÍLA formou os seus primeiros licenciados, muitos dos quais passaram para o corpo docente (*BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED-HUÍLA*, nº 1, 1990, p. 9). Ainda assim, a contatação de estudantes do ISCED para fazer parte do corpo docente continuou. Mário Ilda Simão, relata o seguinte sobre a sua inserção no corpo docente, nos finais dos anos 80:

Logo que fiz o terceiro ano fui recrutado, tinha me destacado e recrutado para ser monitor. O que devia acontecer era que eu devia acompanhar um docente, como monitor. Mas houve confiança [da parte do ISCED] e o sistema permitia, e [...] como monitor acabei por assumir algumas cadeiras e, de lá para cá, acabei por ser o professor dessa instituição. (SIMÃO, 2023)

Carlos Alberto Cardoso recorda que foi contratado para docente em 1988 quando ainda era estudante (CARDOSO, 2023), ouça-se como decorreu o seu processo:

Naquela tempo havia a política de copitação de professores na base das monitorias. Eu fui copitado para monitor a frequentar o segundo ano, porque eu trouxe um perfil bom, para se lembrar que desde que comecei a estudar fui sempre o melhor da minha turma, desde a iniciação. Todos os anos eu estava no quadro de honra da escola. Então, desde o segundo ano fui contratado para monitor e comecei a acompanhar o professor e no fim do primeiro semestre, ainda a frequentar o segundo ano, o professor Pedro Felisberto Miguel Bondo, que leccionava a cadeira de Introdução à Filosofia e Economia Política na Faculdade de Economia teve de deixar e confiou a mim essas cadeiras [...], e nessa altura estava aqui [no ISCED-HUÍLA] a dar Materialismo Dialéctico e Filosófico e Economia Política, a todos os cursos. (CARDOSO, 2023)

Carlos Alberto Rodrigues Pinto se recorda que foi contratado para monitor em 1995, enquanto estudante (PINTO, 2023). O mesmo Carlos Pinto, revela que a maioria dos actuais docentes e chefes dos distintos departamentos do ISCED-HUÍLA, foram contratados enquanto estudantes da instituição, ou logo a seguir o término da licenciatura (*Ibidem*).

A admissão do pessoal docente angolano obedecia ao Estatuto da Carreira Docente do país. A contratação de docentes estrangeiros obdecia aos acordos

⁸⁵ Ver anexo 1.

que o governo angolano estabelecia com os demais países, conforme será abordado no item a seguir. O regulamento interno da instituição de 1980, estabelece que para a admissão de docentes, tanto os professores nacionais como os estrangeiros, precisavam comprovar a sua idoneidade político-ideológica (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1980, p. 26). José Alfredo de Matos, admitido à docência no ISCED-HUÍLA em 1986, recorda que

Quando Angola se tornou independente em 1975, adoptou o socialismo, que visava também criar uma sociedade ateísta. No ISCED-HUÍLA, uma das *formas para comprovar a idoneidade político-ideológica*, era ser ateu. Os professores não deviam ir à igreja. Inclusive existia uma força secreta do Estado que controlava os professores da instituição, para verificar se frequentavam ou não a igreja. Por outro lado, as abordagens do candidato à docente devia estar alinhada na ditadura do proletariado⁸⁶ e na ideologia marxista-leninista, porque pretendia-se construir em Angola uma sociedade comunista. Portanto, todo professor que fosse visto a ir para igreja era expulso. (MATOS, 2023)

Para além desta conformidade política que lhes era imputada, conforme temos visto neste e em outros depoimentos ao longo deste trabalho, os professores angolanos regiam-se também, disciplinadamente, segundo o regulamentado no Estatuto da Carreira Docente Universitária e o legislado na Lei Geral do Trabalho (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1980, p. 26). O corpo docente de nacionalidade estrangeira regia-se segundo o prescrito no Estatuto do Trabalhador Estrangeiro e pelos acordos assinados pela Secretaria de Estado da Cooperação e Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério da Educação de Angola (*Ibidem*). A indisponibilidade dos dados sobre a evolução do corpo docente da instituição impediu que traçássemos a trajectória de crescimento do corpo docente angolano e estrangeiro entre 1990 e 2022. Entretanto, é inegável que, ao longo deste tempo, houve um aumento do corpo docente da instituição, com uma redução significativa de cooperantes estrangeiros.

Tabela 10: Corpo docente angolano efectivo do ISCED-HUÍLA em alguns anos lectivos.

Anos lectivos	Números
1980-81	17
1989-1990	85

⁸⁶ É a condição na qual o operariado detém o controle do poder político.

2010	103
2021- 2022	97
2022-2023	98 ⁸⁷

Fonte: (BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED-HUÍLA, nº 1, 1990, p. 20); DUNGULA, 2019, p. 49, BAHU, 2022b, p. 9 e Recursos Humanos do ISCED-HUÍLA, 2023).

Se o crescimento do corpo docente oscilou, o mesmo não se verificou no corpo discente. O universo estudantil do ISCED-HUÍLA cresceu exponencialmente. De 1980-81, com 145 alunos, passamos a ter, no ano lectivo 2022-23, 5.230 estudantes a cursarem as licenciaturas e 199 a frequentarem o mestrado, totalizando 5.429 estudantes. Esta situação revela a necessidade de se expandir as instalações do ISCED-HUÍLA.

Tabela 11: Evolução do universo estudantil do ISCED-HUÍLA a nível dos cursos de licenciatura em alguns anos lectivos.

Anos lectivos	Números
1980-81	145
1989-1990	435 (excepto os alunos do ensino a distância)
1999-2000	696
2010	3.922
2022- 2023	5.230

(BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED-HUÍLA, nº 1, 1990, p. 8; ARQUIVOS DO ISCED-HUÍLA, 2000⁸⁸; CARVALHO, 2012, p. 254 & DAAC do ISCED-HUÍLA, 2023).

2.5.2.1. O papel dos colaboradores internacionais no funcionamento do ISCED-HUÍLA nos seus primeiros anos

Recorde-se que Angola se inicia como país com uma acentuada falta de profissionais. Quando o ISCED-HUÍLA foi criado, em 1980, era comum que professores para determinadas áreas fossem raros ou inexistentes em Angola (FERREIRA, 2011, p.11). Mário Ilda Simão em entrevista relata que “nesse período, os professores internacionais vieram cobrir uma lacuna, havia

⁸⁷ Para suprir a escassez de docentes, a instituição tem contado com professores colaboradores, com contratos válidos por cada ano lectivo. Para o ano 2022-23 foram contratados 85 professores, perfazendo um total de 183 docentes.

⁸⁸ Arquivos do ISCED. (2000). *Relatório das Actividades de 1999*.

escassez de professores no ISCED e a nível nacional também” (SIMÃO, 2023). Carlos Alberto Cardoso reforça o relato de Simão ao recordar que “naquela altura não tínhamos internamente quadros nacionais em número suficiente para aguentar os departamentos e secções no ISCED” (CARDOSO, 2023). O *Boletim Informativo do ISCED-HUÍLA*, nº 1 (1990, p. 7) revela que no primeiro ano lectivo, em 1980/81, dos 17 docentes, 12 eram estrangeiros, o que ilustra a falta de quadros formados em Angola e a extensão da cooperação estrangeira para o desenvolvimento do país. Os professores estrangeiros trabalhavam no ISCED-HUÍLA mediante os acordos bilaterais que o Governo angolano estabelecia com outros países. O Ministério da Educação Angolano contava com um gabinete de Intercâmbio Internacional. Este gabinete tinha a incumbência de contratar professores estrangeiros para a Universidade e para as suas unidades orgânicas. Os contactos com os professores estrangeiros eram feitos mediante a solicitação deste gabinete ao país colaborador, à instituição que detinha o profissional. Quando um professor estrangeiro requeria uma vaga, era encaminhado directamente ao gabinete de Intercâmbio Internacional. Os professores estrangeiros eram denominados *cooperantes estrangeiros* (ISCED, 1982).

Diva Luísa de Luca, proveniente do Brasil e docente no ISCED-HUÍLA durante o ano lectivo 1981-82, guarda a seguinte memória do processo da sua admissão na instituição:

Antes de ir para Angola, o meu currículo foi para Luanda, quem me indicou foi o então Vice-Ministro da Educação de Angola, que era o Pepetela. Deixa-me contar como começou: eu fazia parte de um grupo de Estudos Africanos na USP - Universidade de São Paulo. Anos antes, em 1974 fui à Portugal e eu levei um material do [José] Luandino Vieira que era amigo do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, ele que publicava no Brasil os escritores africanos, [...] ele que fazia a “ponte” Brasil-Angola-Moçambique-São Tomé e demais países de língua portuguesa do continente africano. [Em Portugal o professor Mourão] me pediu o material do Luandino Vieira, publicado no Brasil, intitulado *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*. Anos mais tarde pedi ao professor Mourão que mandasse o meu currículo para Angola porque eu tinha lido muito sobre Angola [...]. O professor Mourão enviou [o meu currículo] para o Luandino Vieira que era seu amigo e este deu para o Pepetela, porque o Pepetela é que estava na Educação, aí fui chamada. Cheguei em Angola, fui recebida na Universidade em Luanda e depois fui para o Lubango [para leccionar no ISCED-HUÍLA], à pedido do director Pedro Nsingui Barros. (LUCA, 2023)

A professora Diva de Luca lembra que, quando foi aceite para vir a Angola, levou algum tempo para efectuar a viagem devido à análise miticulosa da entrada de estrangeiros no país. “Eram os Búlgaros⁸⁹ que faziam a selecção das pessoas que iam entrar em Angola. Fizeram uma pesquisa para saber se eu era uma pessoa que podia entrar em Angola naquele momento” (*Ibidem*).

Os arquivos do ISCED-HUÍLA, informam os seguintes parâmetros para selecção de um cooperante estrangeiro: “ter em conta as respectivas habilitações literárias, experiência profissional no domínio da formação de formadores de nível superior, assim como a sua idoneidade política-ideológica” (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1980, p. 26). No entanto, nem sempre esses parâmetros eram obdecidos. A já citada professora Diva de Luca, recorda: “quando cheguei no ISCED, informei ao director Nsingui Barros que nunca tinha leccionado no ensino superior, mas ele determinou que eu devia dar aulas, [n]a cadeira de Sociologia Geral” (LUCA, 2023). O não cumprimento na totalidade dos parâmetros de selecção, pode ser explicado pela escassez de docentes na instituição nesse período.

Fruto do intercâmbio internacional, chegaram ao ISCED-HUÍLA docentes de várias proveniências. Agnelo Carrasco recorda:

Muitos professores cubanos, alguns muito bons. Eu tive professores cubanos na área da linguística, na área do francês... muito bons e havia noutras áreas. Mas para além destes, havia professores vietnamitas, alemães, uruguaios, portugueses... Dos professores portugueses, eu lembro-me do Rui Teixeira, que era da área das literaturas, da Judith acho que era das políticas, das economias. Do Uruguai lembro-me do professor Roberto Catenácio Perez, o professor Hélder que era da área da Geografia. Dos cubanos lembro-me da professora Modesta, uma excelente professora. Do Vietname lembro do professor Alves que foi meu professor de linguística, da professora Evélia Pereres, que também foi da área da linguística. Os alemães eram mais das ciências da educação, não tinha contacto muito directo com eles. (CARRASCO, 2023)

Os arquivos do ISCED-HUÍLA revelam a chegada, ao ISCED-HUÍLA, dos seguintes professores: Laurent Monnier de nacionalidade suíça (data de chegada incerta); Diva Luísa de Luca, de nacionalidade brasileira (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1982); Roberto Catenácio Perez, de nacionalidade Uruguai (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1982); Ernest Stegner, de nacionalidade alemã (RDA)

⁸⁹ Nesta altura a Bulgária era uma República Popular, com orientação socialista.

(*ARQUIVOS DO ISCED*, 1982); Reinado Ramos, de nacionalidade Cubana (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1982); Le Dinh Thair, de nacionalidade vietnamita (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1994); Weyi Domingos Lundu, de nacionalidade zaireense (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1994); Vladislav Leonov (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1997) e Dimitar Dimitrov, ambos de nacionalidade russa (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1999) e Boubakar Namory Keita de nacionalidade maliana (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1992).

O depoimento de Agnelo Carrasco e as informações do arquivo do ISCED-HUÍLA revelam que, nos primeiros anos da instituição, fruto da escassez de profissionais angolanos, o corpo docente do ISCED-HUÍLA era notavelmente diversificado, no que tange a origem dos professores. Mário Ilda Simão, reforça o relato de Carrasco e recorda que teve professores alemães e vietnamitas, com uma experiência reconhecida no ramo do ensino (SIMÃO, 2023). Os arquivos do ISCED-HUÍLA revelam que, apesar da escassez de professores na instituição, a contratação de um docente não era realizada sem o devido conhecimento e aprovação da instituição. Por exemplo, em Abril de 1993 o Departamento de Recursos Humanos do ISCED-HUÍLA recebeu da Reitoria da Universidade Agostinho Neto um despacho de candidatura à docência de Amy L. Stafford. No entanto, quando a candidata chegou ao ISCED-HUÍLA, teve a sua candidatura indeferida pelas seguintes razões: no despacho da UAN, referiram-se à candidata como sendo um senhor, enquanto na realidade era uma senhora. Ainda mais, se desconhecia em absoluto a sua nacionalidade, o seu grau académico e as suas experiências no campo do ensino universitário (*ARQUIVOS DO ISCED*, 1993). Recomendaram que a candidata completasse a documentação, incluindo o seu currículo e uma cópia da carta anteriormente endereçada ao senhor Reitor da UAN (*Ibidem*).

Para além dos conhecimentos científicos partilhados pelos professores estrangeiros, houve também influências culturais que marcaram os estudantes. Mário Ilda Simão é quem nos diz:

Devo referenciar o papel desempenhado pelos professores alemães. Ainda hoje sou uma pessoa marcada. Pelo facto de ter tido professores alemães, algo que aprendi na vida: é preciso cumprir com o horário, o horário é uma condição base para ter sucesso e o respeito dos outros. Os professores alemães foram muito marcantes na questão do horário, da atitude, em questão do respeito e

fazer de tudo para ser respeitado, isso foi para mim fundamental. Além dos alemães, tive um professor vietnamita que também [...] enfatizava questões relacionadas com princípios, valores, cidadania, patriotismo. (SIMÃO, 2023)

A participação dos professores estrangeiros foi percebida como fundamental para o funcionamento do ISCED-HUÍLA. Lusakalalu Pedro recorda que:

Sem os professores expatriados, o ISCED-HUÍLA não teria funcionado, porque naquela época nem se acreditava que um curso universitário pudesse ter credibilidade sem professores que fossem já docentes em universidades bem conceituadas algures pelo mundo. (PEDRO, 2023)

Tabela 13: Corpo Docente estrangeiro no ISCED-HUÍLA entre 1980 e 1990.

Nacionalidades	Anos Académicos									
	1980 /81	1981/ 82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90
Vietnamita	-	-	-	35	34	42	37	27	28	27
Uruguaia	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Sul-Africana (ANC) ⁹⁰	1	-	-	4	2	3	2	2	-	-
Suíça	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Russa	-	-	1	1	1	2	2	1	5	2
Francesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Romena	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portuguesa	6	2	3	1	2	3	-	-	1	1
Maliana	-	1	1	2	2	2	2	2	2	2
Cubana	3	3	1	15	21	12	11	9	5	-
Inglesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Congolesa	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Búlgara	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Brasileira	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Alemã (RDA)	-	4	5	5	6	10	12	13	12	-
Total	12	17	13	63	68	74	66	54	53	34

Fonte: (BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED-HUÍLA, nº 1, 1990, p. 20).

Para melhor compreender o papel preponderante desempenhado pelos professores estrangeiros nos primeiros anos do funcionamento do ISCED-HUÍLA, é necessário destacar que entre 1980 e 1990 o corpo docente da instituição era maioritariamente constituído por estrangeiros. Por exemplo, no

⁹⁰ Neste período, o governo angolano tinha estabelecido acordos com o ANC para a vinda de professores afectos àquela organização.

ano lectivo de 1985/86, o ISCED-HUÍLA contava com um total de 106 docentes, onde apenas 32 eram nacionais e na sua maioria monitores (*BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED-HUÍLA, nº 1, 1990, p. 8*). Vejamos o quadro completo dos docentes angolanos nesse período:

Tabela 14: Corpo Docente Nacional do ISCED-HUÍLA entre 1980 e 1990.

Nacionalidade	Anos Académicos									
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90
Angolana	5	24	25	24	32	32	29	36	42	40

Fonte: (*BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED-HUÍLA, nº 1, 1990, p. 20*).

Ao se comparar os números da tabela do corpo docente estrangeiro com a tabela do corpo docente angolano, torna-se evidente que sem o corpo docente *cooperante estrangeiro*, o ISCED-HUÍLA não teria funcionado. Segundo o *Boletim Informativo do ISCED-HUÍLA*, durante esse período, a gestão científico-pedagógica da instituição encontrava-se dependente da cooperação estrangeira (*nº 1, 1990, p. 7*). Foram os professores estrangeiros que formaram a maioria daqueles que depois assumiram o corpo docente na instituição.

2.5.3. A expansão do ISCED-HUÍLA nos municípios

Para perceber a expansão do ISCED para alguns municípios da província da Huíla é necessário recordar que esta instituição é o mais antigo de todos os oito ISCEDs⁹¹ de Angola. A este respeito, Raimundo Amizalak Joaquin Dungula, no seu livro *Doutomania: uma patologia académica*, enfatiza que o ISCED-HUÍLA é também denominado *ISCED-mãe*, pois todos os demais ISCEDs, espalhados em Angola, derivaram dele, a saber: o ISCED de Luanda, do Huambo, do Uíge, de Cabinda e o ISCED de Benguela (DUNGULA, 2019, p. 43). Esses ISCEDs surgiram com quadros formados no ISCED-HUÍLA. Carlos Alberto Rodrigues Pinto, Vice-Director Geral do ISCED-HUÍLA para os Assuntos Académicos, no período da expansão da instituição nos municípios em 2011, recorda que:

Em termos técnicos fui eu que estive em frente desse processo. Mas antes é importante frisar que o ISCED-HUÍLA, enquanto integrante da UAN, já tinha um processo de expansão para fora do Lubango, aliás, o ISCED de Luanda, o ISCED do Huambo, o ISCED do Uíge, o de Benguela, de Cabinda nascem

⁹¹ ISCED-Luanda, ISCED-Huambo, ISCED-Benguela, ISCED-Malanje, ISCED-Sumbe, ISCED-Uíge e ISCED-Cabinda.

precisamente nesse tipo de processo. Enquanto o ISCED-HUÍLA fazia parte da UAN e havia necessidade de formação de professores no país, iniciou com um processo de expansão, numa modalidade de ensino à distância. Onde se criou os núcleos do Bié, no Huambo, Uíge, Luanda, Benguela e Cabinda. Temporariamente saíam colegas daqui [do ISCED-HUÍLA] e iam para aquelas províncias para dar algumas aulas presenciais, fazer avaliações, deixar materiais. Foi assim que surgiram os outros ISCEDs e a Escola Superior Pedagógica do Bié. (PINTO, 2023)

Carlos Alberto Cardoso, docente do ISCED-HUÍLA, reforça o depoimento de Carlos Pinto, ao recordar que:

O ISCED-HUÍLA é o responsável pela criação de outros ISCEDs que existem hoje no país: ISCED-Huambo, ISCED-Benguela, ISCED-Luanda, ISCED-Uíge, ISCED-Cabinda, etc. Eu próprio fiz parte da comitiva que foi fazer estudos e criar as condições para a abertura do ISCED-Benguela, naquela altura chama-se Centro Universitário de Benguela, fui eu, o Dr. Matos, o Dr. Simões, o Dr. Narciso, o Dr. Cabral, o Dr. Senghor. Ficamos quase duas semanas para criar as condições e fazer surgir o ISCED-Benguela. (CARDOSO, 2023)

Este depoimento evidencia que o ISCED-HUÍLA contava com experiência para expandir as suas funcionalidades fora da sua sede na cidade do Lubango. Carlos Pinto, Vice-director geral do ISCED-HUÍLA para os assuntos académicos entre 2010 e 2022, recorda que o corpo directivo da instituição era frequentemente solicitado pelos Administradores municipais, durante os Conselhos Consultivos da província da Huíla, para a expansão do ISCED-HUÍLA nas suas circunscrições territoriais devido ao abandono dos alunos do ensino não superior dos municípios pelos professores por necessidades formativas (PINTO, 2023).

O ISCED-HUÍLA gozando da autonomia pedagógica e administrativa conferidas pelo decreto nº 7/09, de 12 Maio, solicitou ao Ministério do Ensino Superior a expansão das suas actividades para os municípios da Matala⁹², Chibia⁹³, Caconda⁹⁴ e Caluquembe⁹⁵. Raimundo Amizalak Joaquim Dungula, Director Geral da instituição nesse período e um dos mentores dessa expansão, recorda que “nós [o ISCED-HUÍLA] dependíamos de uma aprovação do Ministério do Ensino Superior para materializar essa expansão” (DUNGULA, 2023). Prossegue ainda que

⁹² É uma cidade e município da província da Huíla.

⁹³ É uma cidade e município da província da Huíla.

⁹⁴ É uma cidade e município da província da Huíla.

⁹⁵ É uma cidade e município da província da Huíla.

Esse projecto resultou de uma estratégia: a Sul, a Chibia; a Norte Caluquembe e Caconda; e a Este, a Matala. Não fomos a Oeste porque a Humpata está a menos de 20 quilómetros do Lubango. Além disso, nessa estratégia vimos linha de força, debilidades e potencialidades. Por outro lado, o ISCED-HUÍLA que nós vemos, que parece ser uma estrutura muito grande, só tem 18 salas, naquela altura nós estávamos administrando 8.500 estudantes, nos três períodos: diurno, tarde e no pós-laboral. Ora, era uma engenharia académica jamais vista. (DUNGULA, 2023)

Este depoimento nos revela que a expansão do ISCED-HUÍLA para os municípios foi também uma tentativa de mitigar as insuficiências da estrutura física da instituição. Além disso, Dungula recorda que o propósito desta expansão consistiu também em

[...] aproximar o ensino superior às comunidades e evitar o grau de sinistralidade. Porque havia estudantes que vinham de longe, por exemplo da Caama⁹⁶, para vir assistir aulas no Lubango e depois voltar, deixando os seus alunos lá, e claro, vinham acelerando para assistir as aulas e muitas vezes ouvíamos que o estudante do ISCED-HUÍLA morreu num acidente.

O Ministério do Ensino Superior cedeu à petição para a expansão das actividades do ISCED-HUÍLA aos quatro municípios. O mesmo Raimundo Dungula recorda que

O ISCED-HUÍLA foi a única instituição, a nível nacional, que lhe foi aceite a expansão universitária. Nós defendemos num Conselho com a Ministra do Ensino Superior, na altura a Doutora Cândida Teixeira, esse projecto. Recordo-me que a Ministra fez a seguinte questão: como vão garantir a qualidade? Nós dissemos que o ISCED-HUÍLA era o terceiro nível como o melhor instituto superior em Angola. Ora, pegando nisso, propusemos à ministra: se nós somos a terceira melhor instituição do ensino superior em Angola, o nosso professor de Matemática do ISCED no Lubango, deve ser bom a dar Matemática na Chibia, na Matala, em Caluquembe e Caconda. (DUNGULA, 2023)

Em 2011 o ISCED-HUÍLA materializou a expansão das suas actividades em quatro municípios da província da Huíla (PINTO, 2023). Dungula, director da instituição na época, recorda que

Depois das deliberações favoráveis do ministério, eu tomei a decisão de [...] pôr a instituição mais próxima dessas localidades. Então, avançamos para 42 quilómetros a sul, que é Chibia, avançamos para 180 quilómetros a leste, que é Matala para absorver os estudantes do Cuando Cubango e avançamos 230 quilómetros para o Norte, que é Caconda e Caluquembe.

Carlos Alberto Cardoso docente do ISCED-HUÍLA em Caluquembe entre 2010 a 2022 recorda que

⁹⁶ É um município da província do Cunene, dista a 193 quilómetros do Lubango.

Este projecto surgiu para conceder oportunidades de acesso ao ensino superior às populações localizadas em municípios distantes do Lubango. A intenção foi boa, mas a alocação de verbas não só para o exercício docente, mas também para o apetrechamento conveniente em termos de universidade, destas chamadas antenas, não foi possível. Não havia condições necessárias para as aulas de nível superior. Por esse facto, em 2022 fecharam-se os municípios de Caconda e Caluquembe. Enquanto que Chibia e Matala estão a ser avaliados. (CARDOSO, 2023)

Esta expansão impactou a vida dos docentes do ISCED-HUÍLA. O mesmo Carlos Alberto Cardoso recorda as dificuldades enfrentadas durante o período que leccionou em Caluquembe:

Eu dei aulas em Caluquembe, saíamos do Lubango às 13 horas para chegar às 17 horas. As aulas começavam às 18 horas e terminavam às 23 horas. Às 3 horas da manhã, partíamos de Caluquembe de carro para chegar a tempo das aulas às 7h:30min no Lubango. Essa rotina desgastante, sem descanso adequado e alimentação saudável, somada ao grande número de estudantes e provas para corrigir, foi um trabalho muito difícil, que provoca envelhecimento precoce. (CARDOSO, 2023)

A insuficiência de apoios à esse projecto, desencorajou alguns docentes do ISCED-HUÍLA a aderirem. Fernanda Lage, docente do ISCED-HUÍLA nesse período, enfatiza este desânimo ao relatar que

Apesar das boas intenções declaradas, minha opinião pessoal foi e é bastante reservada quanto ao alargamento do ISCED para os municípios, sem meios e condições objectivas para garantir um bom ensino, com professores sobrecarregados com aulas e viagens. Por isso não me associei a esta iniciativa. (LAGE, 2023)

Cardoso recorda que a expansão do ISCED-HUÍLA para os municípios surtiu também aproveitamento político para o governo: “Falava-se que o ensino superior estava aqui [no município] graças ao Governo. Do ponto de vista técnico-pedagógico, no entanto, enfrentamos graves dificuldades de trabalho” (CARDOSO, 2023). Face a essa situação, Carlos Alberto Cardoso faz o seguinte balanço:

Aqueles estudantes que se automotivaram realmente conseguiram se sair bem, mas os demais tiveram dificuldades, embora possam ter obtido certificados, o nível de conhecimento deixou muito a desejar. O Ministro do Ensino Superior, Adão do Nascimento, após visitar essas extensões, disse umas coisas que não posso falar e disse também que a continuidade do projecto seria baseada apenas em questões políticas, já que em termos académicos não era mesmo viável. (CARDOSO, 2023)

Agnelo Carrasco recorda que a expansão do ISCED-HUÍLA nos municípios não foi boa, “devido à própria banalização do ensino superior” (CARRASCO, 2023). No entanto, para Maria João Chipalavela, vice-governadora da Huíla para o sector político, económico e social, a expansão dos ISCED-HUÍLA nos municípios “reduziu o êxodo rural, [os] jovens, principalmente, sentiram-se confortáveis de estudar nos seus municípios, permitiu adquirirem formação profissional” (CHIPALAVELA 2023).

A avaliação dessa expansão é um assunto que deve ser estudado. O que se sabe é que o ISCED-HUÍLA foi e é a única instituição pública no país que expandiu as suas actividades aos municípios que o cercam.

2.6. O contributo do ISCED-HUÍLA para a sociedade angolana

Em 1980 o ISCED-HUÍLA foi criado para formar pessoal qualificado necessário ao correcto funcionamento do ensino de base, médio e superior que o país carecia, e habilitar especialistas de educação e promoção de investigação científica e técnica (*DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 1980, p. 2).

2.6.1. Formação de quadros para o país

Segundo Eugénio Alves da Silva no seu artigo “Ciências da Educação: Novos Espaços de Intervenção e Perfis de Formação”, afirma que o ISCED-HUÍLA é um produto da história da educação em Angola, surgido da necessidade de colmatar a escassez de quadros de educação e ensino (ALVES, 2011, p. 23). O ISCED-HUÍLA cumpriu essa função relevante para a sociedade angolana pós-colonial, cuja herança educativa era “vergonhosa” (*Ibidem*). Ao longo de 42 anos de existência, o ISCED-HUÍLA formou angolanos que encontraram colocação em diferentes áreas de serviços, tanto em empresas públicas como privadas (FERREIRA, 2011, p.11). Lusakalalu Pedro, estudante do ISCED-HUÍLA da primeira leva de 1980, depois docente da Universidade da Namíbia (entre 1995 e 2007) e tradutor no Fórum Parlamentar da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), entre 2007 e 2022, em entrevista, afirma que “não existe nenhum antigo estudante do ISCED-HUÍLA que não tenha tido um percurso interessante” (PEDRO, 2023). São 7.079 licenciados pelo ISCED-HUÍLA, entre 1980 e 2022. Entre 2003 e 2022, a instituição formou

494 mestres. As tabelas abaixo apresentam o número de licenciados formandos pela instituição:

Tabela 15: licenciados em décadas pelo ISCED-HUÍLA⁹⁷.

Áreas de formação	Licenciados em décadas pelo ISCED-HUÍLA				Total
	1989-90	1999-2000	2010	2021-2022	
diplomados em todas as áreas de licenciatura	188	154	1.369	5.368	7079

(Fonte: BAHU, 2022b).

Tabela 16: primeiras licenciaturas em cada área de formação no ISCED-HUÍLA.

Áreas de formação	Primeiros licenciados em cada área de formação no ISCED-HUÍLA.					
	1984-85	1985-86	1986-87	1994-95	2008	2018
História	10					
Filosofia	7					
Biologia	5					
Física	3					
Química			3			
Geografia	4					
Linguística/Português				2		
Linguística/Inglês		3				
Linguística/Francês		2				
Psicologia	6					
Informática Educativa					8	
Matemática	4					
Pedagogia	5					
Educação Física e Desportos						41

Fonte: (BAHU, 2022b, p. 11).

Destes 7.079 licenciados pelo ISCED-HUÍLA, 1.083 pertencem no ensino da Psicologia. Esta área de ensino, apresenta-se como aquela que mais licenciados a instituição logrou ao país. O ensino de Educação Física e Desportos, com 117 licenciados, figura-se como a área com menos diplomados no ISCED-Huíla, estando entre as mais recentes licenciaturas da instituição.

⁹⁷ Saber mais, ver Bahu. (2022b). *Plano Estratégico*.

Tabela 17: número de mestres pelo ISCED-HUÍLA até a 3ª edição⁹⁸.

Números	Edições			Total
	1ª edição 2003	2ª edição 2011	3ª edição 2018	
	64	285	145	494

(Fonte: BAHU, 2022b).

Apesar de estar direccionado para a formação de professores, é notável o número de formados pela instituição que exerceram outras funções em Angola, nas mais variadas esferas profissionais. Realçamos alguns *alumni* que exemplificam o contributo dado por esta instituição para o desenvolvimento da sociedade angolana:

João Baptista Kussumua é licenciado em Ensino da Geografia. Desempenhou variadas funções políticas no país: foi Vice-Ministro da Administração do território, Ministro da Assistência e Reinserção Social, exercendo igualmente a função de Governador da Província do Huambo⁹⁹.

António Didalelwa, licenciou-se em Matemática, exerceu as funções de docente no ISCED-HUÍLA e de Coordenador do Núcleo de Economia do Lubango, foi Vice-reitor para o Centro Universitário da Huíla da Universidade Agostinho Neto e Governador da Província do Cunene (*UNIVERSIDADE MANDUME YA NDEMUFAYO*, 2016).

Carlos Conceição, licenciou-se em Inglês e depois em cinema em Portugal (SOUSA, 2023). Exerce a profissão de cineasta, tendo participado em vários festivais de cinema na Europa¹⁰⁰.

Paulino Soma Adriano licenciou-se em Linguística Português. É Director Geral da Escola Superior Pedagógica do Cunene, docente no ISCED-HUÍLA e autor. Entre as suas obras destaca-se *Viver e Morrer em Angola* publicada em 2017 (SOUSA, 2023).

⁹⁸ Saber mais, ver Bahu. (2022b). *Plano Estratégico*.

⁹⁹ Assembleia Nacional. (s/d). *João Baptista Kussumua*, Disponível em: https://parlamento.ao/entidades/Joao_Baptista_Kussumua_410_I_legislatura acesso em 10 de Julho de 2023.

¹⁰⁰ Ver <https://www.jornaldeangola.ao/ao/.noticias/nacao-valente-e-destaque-em-festa/>. Acesso em 22 de Julho de 2023.

Eugénio Alves da Silva, se licenciou em Pedagogia e foi também docente na instituição. Leccionou igualmente na Universidade de Coimbra, na Universidade do Minho e na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, em Portugal. É autor dos seguintes livros: *O burocrático e o político na administração universitária: continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*, obra publicada em 2004; *Universidade Agostinho Neto: Quo Vadis*, publicada em 2004 e *Gestão do Ensino Superior em Angola: Realidades, Tendências e Desafio rumo à Qualidade* colocada à disposição do público em 2016 (SILVA, 2016). É o actual Secretário de Estado para o Ensino Superior de Angola,

Agnelo Carrasco licenciado em Linguística francês, é docente reformado da instituição. É autor dos seguintes livros: *Manual de Direitos Humanos; Geografia da Língua Portuguesa; Literaturas dos Bochimanes! Khû de Angola; Estilística da Língua portuguesa e História da Língua Portuguesa* (MUCUTA, 2022).

Margarida Ventura licenciou-se em Psicologia e foi docente do ISCED-HUÍLA, reformou-se como professora catedrática. É actualmente directora do Instituto Superior Politécnico Tundavala, no Município da Humpata (SOUSA, 2023).

Narciso Félix Nhulilivali é licenciado em Filosofia e docente na instituição. Actualmente exerce a função de director do Instituto Superior Politécnico Independente do Lubango.

José Marcos Barrica licenciado em Psicologia, integrou várias comissões de trabalho científico e técnico, como, por exemplo, as de reformulação do ensino superior e de gestão e reorganização da Universidade Agostinho Neto. Foi deputado da Assembleia do Povo entre 1986 e 1992, e da Assembleia Nacional entre 1992 e 1999; foi membro do Conselho da República entre 1987 e 1993; Ministro da Juventude e desportos entre 1999 e 2008; Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Angola em Portugal, entre 2009 e 2018 (PEDRO, 2023).

Pedro Felisberto Miguel Bondo é licenciado em Filosofia, foi Director do ISCED-HUÍLA entre 1997-2002 (PINTO, 2023).

Maria João Chipalavela, licenciada em Psicologia e mestre em Teoria do Desenvolvimento Curricular pelo ISCED-HUÍLA, é docente da instituição e actual Vice-Governadora da província Huíla para o sector Político, Social e Económico (CHIPALAVELA, 2023).

Mário Ilda Simão licenciado em História e mestre em Teoria do Desenvolvimento Curricular pelo ISCED-HUÍLA, aposentado na instituição, foi director provincial da Angola Telecom na Huíla e no Cuando Cubango (SIMÃO, 2023).

Aníbal João Simões licenciado em Psicologia, é psicólogo e renomado autor angolano (PEDRO, 2023).

Helder Alicerces Pedro Bahu licenciado em História é docente na instituição e actual Presidente do ISCED-HUÍLA, desde 2022. Autor do livro intitulado: *Os Quadros Angolanos em Portugal – Integração e Retorno* publicado em 2013, e de inúmeros artigos publicados em várias revistas internacionais (SOUSA, 2023).

Matondo Tomalela licenciado em Química, foi Decano do ISCED-HUÍLA entre 2002 e 2010 (PINTO, 2023).

Dina Massanga Duma Berner Domingos licenciada em História, foi directora provincial do ambiente na Huíla. É a actual administradora Municipal de Chicomba¹⁰¹.

Marcelina Gomes licenciada em História e docente na instituição, foi directora Provincial da Cultura na Huíla. É actualmente a Adida Cultural da Embaixada de Angola na China (FILIPE, s/d).

José Miúdo Ndambuca é licenciado em História e docente na instituição, é deputado da Assembleia Nacional, e actual Secretário do Comité Provincial do MPLA para os Assuntos Políticos Eleitorais e Económico-sociais na Huíla (SIMÃO, 2023).

Gildo José Matias, licenciado em Filosofia, é o actual Secretário de Estado para o Ensino Secundário do Ministério da Educação.

¹⁰¹ É um município da província da Huíla.

Esta amostra ilustra a importância do ISCED-HUÍLA como cadinho de importantes quadros que serviram e servem o país. Maria João Chipalavela reforça esse posicionamento ao afirmar que o ISCED-HUÍLA não apenas formou quadros de nível superior para a educação, mas também desempenhou um papel fundamental na formação de quadros utilizados na política e governação de Angola (CHIPALAVELA, 2023), o que torna o ISCED-HUÍLA numa incontornável referência educativa no país.

2.6.2. A investigação Científica

Quando o ISCED-HUÍLA foi criado em 1980, a investigação científica estava alicerçada em dois aspectos, designadamente: o ensino da investigação, com a elaboração, apresentação e defesa da monografia (trabalho de fim de curso), e os projectos departamentais de pesquisa (*BOLETIM INFORMATIVO DO ISCED-HUÍLA*, nº 1, 1990, p. 13). O professor veterano Agnelo Carrasco expõe a situação em que se encontrava a instituição nos primeiros anos:

Muitos bens que vinham da Faculdade de Letras foram [...] delapidados, [...] o museu de história que havia lá em cima, que era um museu riquíssimo, foi completamente delapidado porque quem realmente tomou conta do ISCED não teve o controlo necessário para preservar aquilo. Possivelmente dentro daquela tal ideia de que o que é do colono é para destruir. O museu de história, etnografia, biologia, etnologia, arqueologia foi completamente devassado, completamente destruído, completamente. Coisa que levou anos a ser feita, bem organizada, por especialistas, foi num ápice, foi destruído. A mesma coisa, os outros laboratórios que havia aqui de botânica e de rocha etc., havia aqui em baixo, na cave, havia ali umas vitrines, armários etc., foi tudo devassado. (CARRASCO, 2023)

A afirmação de Carrasco revela a destruição de museus e laboratórios do ISCED-HUÍLA nos primeiros anos do seu funcionamento, estruturas indispensáveis na investigação científica. Além disso, nesta altura havia uma acentuada falta de pessoal qualificado na instituição, o que fazia com que estes trabalhassem mais para colmatar a falta professores e, provavelmente, com a guerra civil a devastar o país, a investigação científica tornava-se pouco provável.

Em 1997 o trabalho investigativo na instituição continuou a resumir-se à realização e defesa de trabalhos de licenciatura, caracterizados por uma vertente didáctica, psico-pedagógica; enquanto que os docentes limitavam-se à

confeção de pesquisas de carácter provisório que serviam de material de apoio aos estudantes (ARQUIVOS DO ISCED, 1997, p.3).

Com o fim da guerra civil em 2002 e o fomento para a formação dos seus docentes, com a concessão de bolsas de estudos e a criação dos cursos de mestrado, a instituição desenvolveu diversas pesquisas, através do seu corpo docente e das suas estruturas, cada vez mais viradas para a pesquisa científica. Surgem assim o Centro de Investigação e Desenvolvimento da Educação (CIDE) e o Centro de Estudos da Biodiversidade e Educação Ambiental (CEBEA), constituído pelo Herbário e pelo Ornitologia.

Realçam-se as investigações sobre: *Crianças Fora do Sistema de Ensino ou em Risco de Abandono Escolar na Província da Huíla*, realizada pelo CIDE em 2016; *Carta Escolar Provincial da Huíla*, desenvolvida em 2016 pelo CIDE; *Linha final para o programa de resposta à desnutrição. Central Emergency Response Fund – CERF* desenvolvido pelo CIDE e a UNICEF entre 2019 e 2020; *Processo de Intervenção no Município dos Gambos à Luz da Mitigação do Fenómeno Seca – Compilação de Dados*, pelo CIDE em 2021; *Seca em Angola: Ponto da Situação 2020-2021, Causas, Respostas e Soluções*, desenvolvido pelo CIDE em 2022; *Práticas, Consumos e Riscos Digitais dos Jovens Estudantes Angolanos*, realizada em 2020 pelo CIDE, juntamente com a Universidade Autónoma de Lisboa e o Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas; *Linha de Base de Transferências Monetárias nas Províncias de Huíla, Cunene e Cuando Cubango*, desenvolvido pelo CIDE entre 2018-2022 (Dados fornecidos pelo CIDE do ISCED-HUÍLA, 2023); *Biodiversidade de Angola*, pesquisa realizada em 2019 com a participação do CEBEA (Dados fornecidos pelo Herbário do ISCED-HUÍLA, 2023).

Para além destas pesquisas, o ISCED-HUÍLA alberga uma colecção de mais de oito mil plantas e 58 mil espécie entre aves e animais, recolhidas nas províncias da Huíla, Namibe, Cuando Cubango, Bié, Cuanza Sul, Cuanza Norte, Lunda Norte, Malanje, Uíge (Dados fornecidos pelo Herbário do ISCED-HUÍLA, 2023). Essa colecção é a maior de África (*Ibidem*). Apresentamos a seguir, algumas imagens da Ornitologia da instituição.

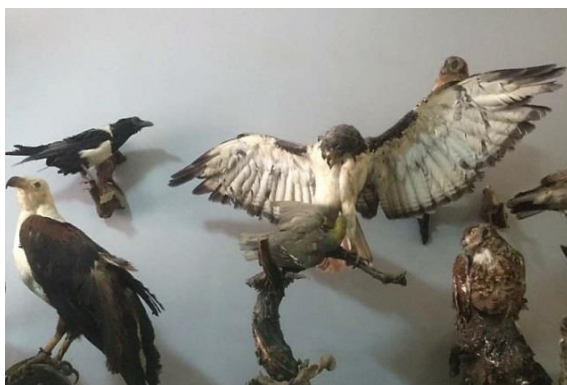
Figura 41: Algumas colecções de ornitologia do ISCED-HUÍLA



Fonte: acervo pessoal, obtido a partir da Ornitologia do ISCED-HUÍLA (2023).



Fonte: acervo pessoal, obtido a partir da Ornitologia do ISCED-HUÍLA (2023).



Fonte: acervo pessoal, obtido a partir da Ornitologia do ISCED-HUÍLA (2023).



Fonte: acervo pessoal, obtido a partir da Ornitologia do ISCED-HUÍLA (2023).

2.7. Considerações finais

Angola inicia-se como país com um legado educacional marcado por um alto índice de analfabetismo e pela escassez de profissionais qualificados; situação provocada pela política educativa colonial portuguesa, que dificultava ao povo o acesso ao ensino, da guerra anti-colonial, que provocou a saída de técnicos do país. A seguir à independência, as orientações político-ideológicas adoptadas pelo MPLA e a guerra civil agravaram a carência de profissionais em Angola. Para contrapor essa situação, o governo angolano, entre outras medidas tomadas, concedeu bolsas de estudo para o exterior, contratou profissionais estrangeiros e materializou um projecto colonial: a criação do primeiro Instituto Superior em Ciências da Educação, localizado no Lubango e integrado na

Universidade de Angola, que foi em 1985, designada Universidade Agostinho Neto. Em 2009, com as reformas do Ensino Superior, realizadas pelo governo angolano, o ISCED do Lubango ganhou autonomia, tornando-se numa instituição de âmbito provincial, desligada da UAN, adoptando a designação de ISCED-HUÍLA.

Durante a 1ª República e a guerra civil em Angola, a organização, as políticas educacionais e o funcionamento orgânico do ISCED-HUÍLA eram regulamentados pelos princípios ideológicos definidos pelo MPLA. Além disso, a instituição possuía também, no seu recinto, estruturas afectas ao partido. Embora o ISCED-HUÍLA não tenha sofrido danos materiais, nem perdas humanas durante a guerra civil, enfrentou os impactos da mesma.

Nos primeiros anos da instituição, fruto da escassez de profissionais angolanos, o corpo docente do ISCED-HUÍLA era notavelmente diversificado, no que tange a origem dos professores, esta realidade foi paulatinamente sendo substituída com a contratação para docente, os estudantes da instituição.

Devido ao contexto político vivido na 1ª República e à falta de candidatos, as admissões no ISCED-HUÍLA era feita através de encaminhamentos de alunos oriundos de diversas partes do país, nem sempre com as qualificações necessárias ao ingresso numa instituição de ensino superior. A partir do ano lectivo 1992-93, as admissões no ISCED-HUÍLA passaram a ser feitas através da realização de exames.

O ISCED-HUÍLA foi responsável pelo surgimento dos outros sete ISCEDs de Angola, nomeadamente: o ISCED-Luanda, ISCED-Huambo, ISCED-Benguela, ISCED-Malanje, ISCED-Sumbe, ISCED-Uíge e o ISCED-Cabinda. Essa experiência fez do ISCED-HUÍLA, a primeira e a única instituição pública do país a expandir as suas actividades primeiro para outras províncias (através do acompanhamento de alunos locais) e, mais tarde, para alguns municípios da província da Huíla.

O ISCED-HUÍLA homenageia no seu jardim, duas personalidades que marcaram de forma tão distinta a instituição durante a década 80: Jeanette Eva Schoon e José Nobre de Novais.

Ao longo de 42 anos de existência, entre 1980 a 2022, apesar da guerra civil que devastou o país até 2002, das diversas limitações oriundas de outros contextos políticos e históricos, o ISCED-HUÍLA cumpriu com a sua missão: a formação de quadros para o país e o fomento na investigação científica.

CONCLUSÕES e RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

Chegamos ao fim do desafio de trazer a público a história do ISCED-HUÍLA. Definimos uma janela temporal entre 1980, ano da sua fundação e 2022. Procuramos pela sua história tanto nos seus arquivos como nas memórias daqueles que por ele passaram ou assistiram à sua formação e desenvolvimento. Foi um desafio enorme. A colaboração dos entrevistados, das funcionárias dos arquivos, do CEBEA, das bibliotecárias, dos funcionários dos Recursos Humanos, do Departamento de Gestão da Qualidade, do Gabinete de Apoio à Presidência da instituição e do Presidente do ISCED-HUÍLA, foram fundamentais nesta missão. Apesar das dificuldades em encontrar bibliografia relacionada ao tema e do desencorajamento por alguns vociferado a não fazer esta pesquisa, por ser um tema, segundo eles, ultrapassado, e que deveria ocupar-me com temas da actualidade, enquanto outros afirmavam não existir uma história interessante o suficiente sobre o ISCED-HUÍLA que as pessoas quisessem ler; a minha curiosidade sobre a história da instituição onde me formei, que é, antes de mais, parte da história do Lubango, da Huíla e de Angola, foi forte o suficiente para mover-me nesta direcção. A disponibilidade da professora Solange Luís em orientar-me nesta temática, foi crucial para seguir em frente.

Com o tema consolidado, deparei-me com alguns desafios, comuns à elaboração e escrita de uma tese, mas também com outros particulares à escrita desta pesquisa. A título de exemplo, a recolha das memórias foi uma tarefa laboriosa que consumiu mais tempo que o que fora previsto. A entrevista mais longa foram de quase oito horas, contando com alguns intervalos e muitos momentos de silêncio para ponderar palavras e rememorar eventos. Foi também um exercício de aprendizagem no que concerne perceber diferentes personalidades e formas adequadas de entrevistar cada uma delas. De forma geral, todos os entrevistados foram gentis e generosos com o seu tempo, às vezes contactavam-me depois da entrevista feita, para relatar um detalhe ou outro que a memória escondeu, para revelar mais tarde, via *WhatsApp* ou *Facebook* e, algumas vezes, por chamada telefónica. De forma geral, mantivemos contactos estreitos, de forma permanente durante o decorrer da pesquisa. Alguns entrevistados vivem fora de Angola e, mesmo assim, apesar

de diferenças horárias e de outras dificuldades, encontraram forma de acomodar a entrevista, outros transpuseram problemas de saúde, aguentaram o seu desconforto físico para poderem colaborar comigo. Houve quem abrisse a porta de sua biblioteca e partilhasse os seus recursos. Foram ao todo realizadas 19 entrevistas. Destas, somente 11 foram realizadas localmente, no Lubango, as restantes foram colectadas utilizando diferentes meios de comunicação. Nem todos os entrevistados responderam a todas as perguntas feitas, pois nem todos tinham memórias a cerca de todos os assuntos abordados nas entrevistas. O guião de entrevistas não foi aplicado da mesma forma a todos os entrevistados. Dado que as entrevistas foram realizadas a pessoas com diferentes relacionamentos com a instituição, o guião foi se adaptando de forma a conseguirmos suscitar memórias nos nossos entrevistados, de acordo com o contexto da sua situação em relação à instituição.

No que tange o trabalho realizado nos arquivos do ISCED-HUÍLA, encontramos alguns desafios, como por exemplo: a escrita em certos arquivos está fusca, desgastada, o que dificulta a decifração do seu conteúdo; os arquivos estão deslocados, e em estado de conservação precário e, por vezes, empoeirados.

Tivemos a necessidade de obter informações nos distintos gabinetes e departamentos da instituição, mas encontramos com alguma indisponibilidade do momento, facto que atrasou a pesquisa; em outros casos, recebi respostas do tipo, não podemos ajudar com essa solicitação.

Os obstáculos elencados, impossibilitaram a execução dos objectivos específicos 4, 7 e 10 na sua plenitude. O objectivo 4, referente ao estabelecimento da história do edifício que abriga a instituição, pois não conseguimos datar exactamente quando foi construída uma outra parte do edifício da instituição; o 7, atinente ao crescimento quantitativo da instituição em termos do corpo docente, administrativo, discentes e formandos, porque não foi possível traçar o crescimento sistemático do corpo administrativo da instituição entre 1980 e 2022 e o objectivo 10, referente a recolha de documentos que registem o património material e humano do ISCED-HUÍLA, porque não conseguimos encontrar uma imagem do director José Nobre de Novais.

De forma geral, conseguimos atingir os objectivos específicos propostos para este trabalho. Sobre os objectivos, concernentes à compreensão do contexto e de como, depois da independência, o ISCED-HUÍLA substituiu os Estudos Gerais Universitários que surgem em Angola no período colonial, aprendemos que Angola se inicia como país em 1975, com um contexto educativo caracterizado pela elevada taxa de analfabetismo e escassez de pessoal qualificado, provocada pela política educativa colonial portuguesa, que não abrangiu a massa populacional na sua missão civilizadora; por ter criado muito tarde o ensino superior em Angola e tê-lo restringido aos colonos, cuja maioria abandonou o país durante as guerras de libertação colonial. O contexto da criação do ISCED pautou por uma orientação política educativa marxista-leninista adoptada pelo governo no pós-independência que excluía quadros não alinhados ideologicamente e pela guerra civil que causava insegurança e limitações financeiras.

Foi nessa conjuntura de guerra-civil que, em 1980 o Executivo angolano, em conformidade com o Decreto número 95/80, de 30 de Agosto, substituiu a Faculdade de Letras pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, abreviadamente designado ISCED-HUÍLA. Ao ISCED-HUÍLA foi atribuída uma grande responsabilidade social, económica e política: a formação de quadros docentes para o novo país, como também de pessoal qualificado, necessário para corrigir a situação educativa do pós-independência. Verificou-se que o ISCED-HUÍLA, apesar do delicado contexto histórico e político, das limitações resultantes da dependência na UAN, das imposições advindas do monopartidarismo, da insegurança e do fraco investimento financeiro na educação (provocados pela guerra civil), e apesar da dura realidade de escassez de quadros pedagógicos encontrado nos primeiros anos e de outros desafios elencados ao longo deste trabalho, entre 1980 a 2022, o ISCED-HUÍLA formou quadros superiores para Angola e fomentou a investigação científica.

Sobre o desenvolvimento da instituição ao longo deste período, registamos o crescimento da sua oferta formativa, docente, discente e expansão das suas actividades para outras províncias do país e municípios arredores da província da Huíla. Descrevemos o importante papel dos colaboradores internacionais ao

longo da história do ISCED-HUÍLA, abordamos a composição do corpo docente da instituição, entre colaboradores estrangeiros e angolanos, durante o seu desenvolvimento. Abordamos também os processos de formação dos corpos directivos do ISCED-HUÍLA, assim como as diferentes designações dadas ao corpo gestor da instituição ao longo da sua história, estabelecendo também uma cronologia de gestores.

Entendemos que a conjugação dos objectivos específicos menos conseguidos com aqueles que foram plenamente granjeado, permite-nos afirmar que atingimos o objectivo primordial ao qual nos propusémos com esta pesquisa, que foi o de traçar a história da instituição, da sua origem até 2022. Para além da pesquisa de arquivos, realizamos a recolha de 19 depoimentos orais de pessoas cujas vivências ajudaram a traçar e compreender a história da instituição, porque conseguimos entrevistar aqueles que acompanharam ou estiveram ligados à instituição. Estas contribuições nos permitiram traçar uma linha de convergência entre os arquivos e a história oral. Foram estes depoimentos que nos permitiram preencher as lacunas deixadas pelos arquivos.

Tendo cumprido com os objectivos da sua criação, o Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HUÍLA), nos dias actuais, tem por missão o desenvolvimento de actividades de formação académica e profissional de alto nível, da investigação científica e da extensão universitária na área de ciências de educação, tanto a nível de licenciatura, mestrado e doutoramento (para o qual a instituição se prepara para oferecer no ano de 2023).

O empenho demonstrado pelos entrevistados, é sintomático do carinho que os ex-alunos e professores têm pelo ISCED-HUÍLA. A importância que deram à este trabalho de pesquisa, dedicado à traçar a história da instituição, espelha a importância que o ISCED-HUÍLA detém não só localmente, mas a nível nacional, tendo formado importantes quadros que participam do desenvolvimento económico, social e político de Angola. Este é o nosso contributo para traçar a história desta instituição, que ainda tem muito para contar.

RECOMENDAÇÕES

Traçada a história do ISCED-HUÍLA, desde a sua origem em 1980, até ao ano de 2022, sugere-se:

1. Tendo em conta a importância que os arquivos do ISCED-HUÍLA possuem para a reconstituição da história não só da instituição, como também da cidade do Lubango, da província da Huíla e do país, ciente do estado de conservação precário em que os mesmos se encontram, sugere-se que se elabore um projecto para trabalhar na organização dos arquivos da instituição;
2. Que o projecto *Memórias do ISCED-HUÍLA*, iniciado em 2016 seja continuado, pois verificou-se que a geração que vivenciou o surgimento e fizeram parte do desenvolvimento do ISCED-HUÍLA estão envelhecendo e padecendo, correndo-se o risco de se perder parte importante da história da instituição e a oportunidade de se criar um memorial, não só do ISCED-HUÍLA, mas do contexto histórico onde este se desenvolve;
3. Reconhecemos, com humildade que, apesar da aturada pesquisa de múltipla natureza que realizamos, a história da instituição no período abordado, ainda não foi concluída, pelo que, sugere-se outras pesquisas sobre o tema, afim de se completar a cronologia da instituição;
4. Impõem-se a necessidade de se escrever a história da Biblioteca e de outras estruturas da instituição, como, por exemplo, do CEBEA (Herbário e Ornitologia), do CIDE e da Associação dos estudantes, uma vez que a história dessas estruturas implica o conhecimento pleno da história do ISCED-HUÍLA;
5. A fim de a história da cidade do Lubango, que é tida como “Cidade do Conhecimento”, sugerimos que se pesquise também a história das instituições educativas da cidade e da Huíla, como por exemplo, a do Liceu Nacional Diogo Cão, do Tchivinguiro, do Colégio Paula Frassinetti, da Missão da Huíla e de tantas outras espalhadas pela província, que são igualmente marcos históricos locais e nacionais. Ao tecer estas

histórias conseguiremos traçar um panorama histórico mais completo daquela que foi a educação cristã e não cristã em Angola;

6. Seria igualmente interessante investigar a relação entre a Associação dos estudantes do ISCED e a JMPLA ao longo dos anos;
7. Fazer um estudo que compare as vantagens e desvantagens da desintegração do ISCED à UAN relativamente ao prestígio, à qualidade do ensino e à cooperação do ISCED-HUÍLA com outras instituições, pois durante a pesquisa, houve muitos pronunciamentos sobre a baixa qualidade do ensino, da parca cooperação intra-universitária e inter-universitária da instituição depois da sua desintegração da Universidade Agostinho Neto;
8. Fazer um estudo para avaliação da qualidade, pertinência e resultados do ensino ministrado pelo ISCED-HUÍLA nos municípios, alguns entrevistados afirmaram ter sido um erro esta expansão nos municípios, e outros defenderam positivamente esta expansão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros impressos

Álvarez, M. El., Carrilo, N. C. E & Guerra, A. T. (2014). *África Subsahariana: colonización e descolonización*. Cuba: Editorial Pueblo Y Educación.

Alves, I. (1993). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Alves, M. D. (2012). *Metodologia Científica*. Lisboa: Escolar Editora.

Bahu, H. P. A. (2022b). *Plano Estratégico*.

Batsikama, P. (2012). *Origens do Reino do Kôngo Consoante a Bibliografia e a Tradição Oral*. Angola – Zaire: Editora universitária.

Bender, G. J. (1976). *Angola sob Domínio Português – Mito e Realidade*, Lisboa: Sá da Costa.

Boavida, A. (1967). *Angola Cinco séculos de exploração portuguesa*. Lisboa-Portugal: União dos escritores angolanos.

Bridgrand, F. (1987). *Jonas Savimbi - uma chave de África*, Lisboa: Perspectivas & Realidades.

Conchiglia, A. (2019). *Agostinho Neto – da guerrilha aos primeiros anos da independência*, Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto.

Dungula, R. A. J. (2019). *Doutormaniam – Uma Patologia Académica*. Luanda: Edições Eco7.

Fernando, E. (2005). *O Último Adeus Português: História das Relações entre Portugal e Angola. Do início da guerra colonial até a independência*. Portugal: Oficina do Livro.

Ferreira, M. E. (1999). *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-1991)*. Lisboa: Edições cosmos.

Goff, J. I. (1990). *História e Memória*. (S. V. Alves, Ed., & M. C. Villac, Trad.) Campinas-Sp-Brasil: SPA.

Gungu, R. F. G. (2014). *África até quando?* Angola: Challenge Angola.

- Halbwachs, M. (1968). *A Memória Colectiva*. Paris: Edições Vértice.
- Jacob, E. E. de O. (2018). *Estudantes no Ensino Superior em Angola: Origens e Perfis Sociais, Trajectórias e Escolhas e Expetativas Escolares e Profissionais* (Tese de Doutoramento). ISCTE – IUL, Lisboa.
- Januário, F. (2020). *Motivação Estudantil e a Excelência Universitária – Práticas e Recomendações Necessárias para a vida Académica*. Alupolo Editora.
- João, M. I. (2005). *Memória, História e Educação*. In: NW – Noroeste, Revista de História, Braga: Núcleo de Estudos Históricos da Universidade de Minho.
- Ki-zerbo, Joseph. (1972). *História da África Negra*. Paris: Biblioteca Universitária, 3 edição.
- Ludvice, L. H. F. N. de D. (2013). *O Arquitecto compositor José Frederico Ludovice*. Lubango: Instituto Superior Politécnico Tundavala (ISPT).
- Mabeko-tali, J. (2018). *Guerrilhas e lutas sociais: o MPLA perante si próprio (1960-1977)*. Lisboa: Mercado de Letras.
- Mukola, K. (1993). *Memória e História: Estudos Metodológicos da Tradição Oral*. Kinshasa: Institut Pedagogique National IPN.
- Nascimento, W. (2018). *Realidades Misturadas, Estratégias de Subjetivação e a Luta Anticolonial em Angola (1901-1961)*. Campinas São Paulo: Pontes Editores.
- Obenga, T. (1980). *A dissertação histórica em África*. Lisboa: Mediapress.
- Portuguesa, U. das C. C. de L. (2017). *Casa dos Estudantes do Império 50 anos – Testemunhos, Vivências, Documentos*, Lisboa: UCCLA.
- Quivy R. & Luc V. C. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rodney, W. (1975). *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Lisboa: Seara Nova.
- Samuels, M. A. (2011). *Educação ou Instrução: A História do Ensino em Angola (1878-1914)*. Luanda: Mayamba.

Savite, A. Ch. (2014). *Angola no Novo Contexto das Relações Internacionais (1961-1991)*. Lobito: Escolar Editora.

Severino, A. J. (2007). *Metodologia de Investigação Científica*. São Paulo: Cortez Editora.

Silva, E. A. da. (2016). *Gestão do Ensino Superior Em Angola: Realidades, Tendências e Desafios Rumo à Qualidade*. Luanda: Mayamba.

Vieira, L. (2007). *Angola: A dimensão Ideológica da Educação 1975-1992*. Luanda: Editorial Nzila.

Wheeler, D. & Péliissier, R. (2013). *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China.

Zau, F. (2012). *Do Acto Educativo ao Exercício da Cidadania*, Luanda: Mayamba.

Livros e artigos electrónicos

Albano, T. (2013). *Actualização Cartográfica da Huíla quase concluída*. Angola: Voa. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/huila-census/1593926.html>

Alves, H. (1966). *A Congregação do Espírito Santo - cem anos em Angola*, Lisboa: Duquesne University. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1055&context=spiritan-books>

Andrade, M. P. de. (1955). *Possibilidades de estudo e condições de vida dos jovens angolanos*. Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83574

Bosi, A. (1996). *Dialéctica da Colonização*. São Paulo: Companhia Das Letras, 3 edição, disponível em <https://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Bosi,%20Alfredo/Dialetica%20Da%20Colonizacao.pdf>

Carvalho, P. de. (2012). *Evolução e Crescimento do Ensino Superior em Angola*. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6014/1/Carvalho_COOPEDU.pdf

Ferreira, A. da F. (2008). *Repensar o Papel dos ISCEDs*. Actas do I Encontro Nacional das Ciências da Educação, organizado por Eugénio Alves da Silva e Pedro Felisberto Bondo. Luanda: Universidade Agostinho Neto. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/17381/1/LIVRO%20ACTAS-ENCE.pdf>

Filho, J. M. C. & Alega, T. R. (2021). *A historicidade do Ensino Superior desde a génese até à actualidade: suas transformações e impacto no sistema educativo angolano*. Revista Educación, Política y Sociedad, disponível em <https://revistas.uam.es/reps/article/download/reps2021-6-1-1-007/12980/36812>

Filipe, J. (s/d). *Adida Cultural Sugere Palácio da Cultura no Lubango*. Disponível em: <http://visitehuila.com/inner.php/noticias-eventos/noticias/adida-cultural-sugere-palacio-cultura-da-cultura-no-lubango-huila.html?print=1>

Furtado, S. C. (2020). *Migrações Angolanas*. São Paulo: Unicamp. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_angolanas/mig_angolanas.pdf

Gomes, C. A. (2014). *O Mito da Portugalidade no Ensino Colonial: a História e a Razão Metonímica*, Edições Pedagogo: Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/pdf/263>

Kebanguilako, D. (2013). *O Sistema Educativo e a Homogeneização Cultural em Angola: Que Justiça Social pela Diversidade Étnica?* Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2013/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_2393_eaa3bdf0240099d9491ffeb8d481fbae.pdf

Kebanguilako, D. (2016). *A Educação em Angola: Sistema Educativo, Políticas Públicas e os Processos de Hegemonização e Homogeneização Política na Primeira República: 1975-1992* (Tese de doutoramento). Universidade Federal da Bahia: Faculdade de Educação: Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20719/3Tese%20-%20Dinis%20KEBANGUILAKO.pdf>

- Ladislau, E. B. (2019). *O Impacto da “fuga de cérebros” no desenvolvimento de Angola – Um estudo sobre a experiência e as motivações de emigrantes angolanos*. Universidade do Minho, disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/66576/1/Em%C3%ADlio%20Baptista%20Ladislau.pdf>
- Lara, L. (1954). *O Ensino em Angola*. Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade. Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_83571
- Laranjeira, P. (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Liberato, E. (2012). *A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes angolanos em Portugal e no Brasil*. Caderno de Estudos Africanos. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/547>
- Liberato, E. (2014). *Avanços e retrocessos da educação em Angola*. Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola: Revista Brasileira de Educação, Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Dn4CymKD5w5dw4ygQLBCxzN/?format=pdf&lang=pt>
- Liberato, E. (2015). *O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois*. Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/1775>
- Mateus, I. (2022). *Jornal de Angola: O fenómeno da fuga de cérebros angolanos*. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/o-fenomeno-da-fuga-de-cerebros-angolanos/>
- Mucuta, D. (2022). *Professor Agnelo Carrasco coloca livros no mercado*. Lubango: Jornal da Huíla. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/professor-agnelo-carrasco-coloca-livros-no-mercado/>
- Ndemufayo, U. M. ya. (2016). *Nota de Condolências*. Cunene. Disponível em: https://umn.ed.ao/umn/files/pdfs/NOTA_DE_CONDOLÊNCIAS_A_FAMÍLIA.pdf

Ndemufayo, U. M. (s/d). *Tradição histórica*. Disponível em: <https://umn.ed.ao/index.php/umn/tradicao-historia>

Paula, A. (2017). *Cronologia da cidade de Lubango (Sá da Bandeira)*. Disponível em: <https://sandularte.blogspot.com/2017/01/cronologia-da-cidade-de-lubango-sa-da.html?m=1>

Pawson, L. (2007). *O 27 de Maio Angolano visto de Baixo*. Relações Internacionais. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri14/RI14_15Lpawson.pdf

Paxe, I. P. V. (2014). *Políticas Educacionais em Angola: Desafios do direito à educação* (Tese de doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01102014-101718/publico/ISAAC_PEDRO_VIEIRA_PAXE.pdf

Pipa, C. (2018). *Jornal de Angola: Narciso Benedito assume a Educação em Luanda*. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.ph?id=403105>

SAHO. (2012). *Jeanette Eva Schoon (née Curtis)*. Disponível em: <https://www.sahistory.org.za/people/jeanette-eva-schoon-nee-curtis>

Silva, E. A. da. (2008). *Ciências da Educação: Novos Espaços de Intervenção e Perfis de Formação*. Actas do I Encontro Nacional das Ciências da Educação, organizado por Eugénio Alves da Silva e Pedro Felisberto Bondo. Luanda: Universidade Agostinho Neto. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/17381/1/LIVRO%20ACTAS-ENCE.pdf>

Silva, G. B. (2019). *Salazarismo e Educação Colonial em África: Angola e Moçambique em Perspectiva Comparada*. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em: https://www.snh1019anpuh.org/resources/anais/8/1563857152_ARQUIVO_SalazarismoeEducacaoColonialemafrica.pdf

Zilhão, P. M. P.G. (2006). *Henriques Galvão: prática política e literatura colonial (1926-36)* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. Disponível em:

https://teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&id=97A39C312A29&lang=pt-br

Facebook

Angola – Imagens dos Velhos tempos, pré 75. (30 de Outubro de 2016). *Delegação dos Estudos Gerais Universitarios – Sa da Bandeira*. [Facebook]. Disponível em:

<https://www.facebook.com/media/.set/?=a.233054087112663&type=3>

Angola – Imagens dos Velhos tempos. (30 de Outubro de 2016). *Alunos do liceu Diogo Cão – Sá da Bandeira*. [Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/.232470193837719/photos/a.233054087112663/238812586536812/?type=3>

Escola Magistério Primário de “Carlos Esterman” Sá da Bandeira – Angola. (27 de Janeiro de 2014). *12º Curso (1º ano 1974-75) Foto de Ana Maria Almeida*. [Facebook]. Disponível em:

<https://www.facebook.com/.754737051204428/posts/.102022489211176/?d=n>

Escola Magistério Primário de “Carlos Esterman” Sá da Bandeira – Angola. (27 de Janeiro de 2014). *Alunas e professores do 1º Curso do Magistério Primário de Sá da Bandeira*. [Facebook]. Disponível em:

<https://www.facebook.com/.754773037867496/7547722721200861/?type=3>

Escola Magistério Primário de “Carlos Esterman” Sá da Bandeira – Angola. (21 de Janeiro de 2014). *11º Curso (1973-75)*. [Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/754737051204428/photos/a.754788541199279/754791194532347/?type=3>

Escola Magistério Primário de “Carlos Esterman” Sá da Bandeira – Angola. (21 de Janeiro de 2014). [Facebook]. Disponível em:

<https://www.facebook.com/.photo.php?fbid=411574937784641&set=a.411574894451312&type=3>

Machado, Raul Sousa. (06 de Fevereiro de 2014). *Fotografias de Angola – Sá da Bandeira, anos 60*. [Facebook]. Disponível em

<https://www.facebook.com/.photo.php?fbid=10202455588744649&set=gm.660201364019305&type=3>

Memórias do isced Huíla 2016. (26 de Outubro de 2016). *Entrevista professor Agnelo Carrasco* [Facebook]. Disponível em: <https://fb.watch/mzIBCEpbu3/>.

Memórias do isced Huíla 2016. (26 de Outubro de 2016). *Entrevista professor Agnelo Carrasco* [Facebook]. Disponível em: <https://fb.watch/mzIDUu9aZf/>.

Memórias do isced Huíla 2016. (26 de Outubro de 2016). *Entrevista professora Maria João Chipalavela* [Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/100066664316352/videos/1167075306663490/?vh=e>

Memórias do isced Huíla 2016. (26 de Outubro de 2016). *Entrevista professor Melquiades Abel de Kerlan* [Facebook]. Disponível em: <https://fb.watch/mzIGRoO-9M/>.

Documentos Consultados

Angola, Diário da República de. (1975). *Lei Constitucional da República Popular de Angola*. Luanda. Disponível em: <https://www.tribunalconstitucional.ao/media/adxjc3mj/lei-constitucional-de-1975-1.pdf>

Angola, Diário da República de. (1980). *Conselho de Ministros – Decreto nº 94/80 de 30 de Agosto*. Luanda.

Angola, Diário da República de. (2012). *Estatuto Orgânico do Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla*. Luanda.

Angola, Diário da República de. (2018). *Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior*. Luanda. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/public.nellcorp.com/uau/REGULAMENTO+GERAL+DE+ACESSO+AO+ENSINO+SUPERIOR.pdf>

Angola, Diário da República de. (2022). *Normas Curriculares Gerais Para os Cursos de Pós-graduação do Subsistema de Ensino Superior*. Luanda.

Angola, Diário da República. (2021). *Estatuto Orgânico do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla*. Luanda.

Angola, Jornal de. (2021). *MPLA lamenta morte de Pedro Peterson*. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/mpla-lamenta-morte-de-pedro-peterson/>

Angola, Jornal de. (2022). *“Nação Valente” é destaque em festival*. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/nacao-valente-e-destaque-em-festival/>

Angola, Portal de. (2018). *Júri Anuncia Vencedores do Prémio Nacional de Cultura e Artes na Quarta-feira*. Disponível em: <https://www.portaldeangola.com/2018/10/29juri-anuncia-vencedores-do-premio-nacional-de-cultura-e-artes-na-quarta-feira/>

Angola, Rádio Nacional de. (2022). *Morreu Historiador e Político Artur Júlio ligado à História do Mpla*. Disponível em: <https://rna.ao/rna.ao/2022/2022/05/02/morreu-o-politico-artur-julio-ligado-as-historia-do-mpla/>

Assembleia Nacional. (s/d). *João Baptista Kussumua*, Disponível em: https://parlamento.ao/entidades/Joao_Baptista_Kussumua_410 | legislatura

Bahu, H. P. A. (2022a). *Curriculum Vitae*.

Boletim da Câmara Municipal de Sá da Bandeira, nº 5, (1962).

Boletim Informativo do ISCED, nº 1, (1990). 1980 – ISCED – 1990, 10º Aniversário.

Câmara Municipal de Sá da Bandeira. (1974). *Boletim da Cultura*. Sá da Bandeira: Gráfica Huíla.

Gabinete do Vice-reitor da UAN. (2007). *Discurso de Abertura da Cerimónia da Entrega de Certificados aos Mestrandos de Direito no CUH (08-11-2007)*. Disponível em: https://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Didalelwa-Ant%E2%95%9F%E2%84%96nio-DISCURSO-DE-ABERTURA-DA-CERIMONIA-DA-ENTREGA-DE-CERTIFICADOS-AOS-MESTRANDOS-DE-DIREITO-NO-CUH-08-11-2007.pdf?fbclid=IwAR3Rcs4uAFw2h_1IPdISxpG1anllqFt5HIHyrOdzbtmxyFHxoIdbVYMYt_k

Huíla, Jornal da. (15 de Junho de 1967). *Por que haveremos de ter tudo mais pequeno do que os outros?* Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho.

Huíla, Jornal da. (26 de Julho de 1962). *Triunfo da firmeza e da persistência do general Venâncio Deslandes: Num decreto enviado para a folha oficial o Governo Central anunciou na 2 feira a criação dos Estudos Gerais em Angola e Moçambique.* Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho.

Huíla, Jornal da. (2 de Maio de 1968). *Cursos com licenciatura nos Estudos Gerais de Sá da Bandeira.* Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho.

Huíla, Jornal da. (2 de Maio de 1968). *Impõem-se a criação de novos cursos nos Estudos Gerais desta cidade.* Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho.

Huíla, Jornal da. (2 de Maio de 1968). *Nos Estudos Gerais de Sá da Bandeira haverá, em breve, cursos com licenciaturas – assim revelou, recentemente, o chefe da Província no Conselho Legislativo quando respondia a uma intervenção do vogal sr. Venâncio Guimarães Sobrinho.* Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho.

Huíla, Jornal da. (23 de Dezembro de 1968). *Estudos Universitários de Sá da Bandeira.* Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho.

Huíla, Jornal da. (23 de Janeiro de 1969). *As gentes da Huíla aguardam que lhes seja feita inteira justiça com a instalação em Sá da Bandeira da Faculdade de Letras – idéia expressa pelo Presidente do Município no jantar de homenagem ao professor doutor Ivo Soares.* Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho.

Huíla, Jornal da. (26 de Julho de 1968). *Projecto integral do decreto que institui os Estudos Gerais Estudos Gerais no Ultramar.* Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho.

Huíla, Jornal da. (5 de Dezembro de 1968). *Estudos Universitários de Sá da Bandeira.* Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho.

Huíla, Jornal da. (7 de Novembro de 1968). *Curso de Matemática nos Estudos Gerais Universitários*. Director e proprietário Venâncio Guimarães Sobrinho.

RTP. (14-06-1969). *Encontro de regentes agrícolas em Angola*. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/encontro-de-regentes-agricolas-em-angola/>

RTP. (22-03-1970). *Sá da Bandeira*. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/.sa-da-bandeira/>

Arquivos consultados

Irmãos Maristas no Cuíto-Bié. (s/d). *Internato Diogo Cão – Sá da Bandeira*.

ISCED. (1974). Capa de processo, intitulado: *Universidade de Luanda – Delegação de Sá da Bandeira*.

ISCED. (1980). *Declaração*.

ISCED. (1980). *Regulamento Interno do Instituto Superior de Ciências da Educação*.

ISCED. (1981). *Ao Reitor da Universidade de Angola*.

ISCED. (1982). *ISCED*.

ISCED. (1982). *Relatório de Balanço do ano lectivo 1981-82*.

ISCED. (1983). *Memorandum dos Assuntos a serem tratados em Luanda, por ocasião da deslocação do Director do ISCED a 16 de Novembro de 1983*.

ISCED. (1984). *Despacho nº 2*.

ISCED. (1992). *Doutor Boubakar Namory Keita*.

ISCED. (1994). *Ao senhor director do ISCED*.

ISCED. (1997). *Relatório Síntese Final -96/97*.

ISCED. (1999). *Universidade Agostinho Neto: ISCED*.

ISCED. (2000). *Relatório das Actividades de 1999*.

ISCED. (25 de Maio de 1983). *Ao camarada Reitor da Universidade de Angola*.

ISCED. (s/d). *ISCED*.

Entrevistas realizadas

Alexandre, J. L. M. (2023, 16 de Agosto). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

Cardoso, C. A. (2023, 21 de Abril). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

Carrasco, A. (2023, 19 de Abril). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

Chipalavela, M. J. (2023, 26 de Abril). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

Costa, M. (2023, 29 de Junho). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Costa, M. (2023, 9 de Julho). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Dias, Ana Abreu. (2023, 23 de Agosto). Entrevista escrita e enviada por gmail. Acervo Pessoal.

Dungula, R. A. J. (2023, 24 de Fevereiro). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

Francisco, N. M. B. (2023, 10 de Agosto). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Gomes, A. (2023, 10 de Junho). Entrevista via Facebook. Acervo pessoal.

Gomes, A. (2023, 6 de Junho). Entrevista via Facebook. Acervo pessoal.

Kerlan, M. A. de .(2022, 14 de Novembro). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

Lage, F. (2023, 21 de Abril). Entrevista escrita e enviada por gmail. Acervo Pessoal.

Luca, D. L. de. (2023, 10 de Agosto). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Luca, D. L. de. (2023, 26 de Julho). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Luca, D. L. de. (2023, 4 de Agosto). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Luca, D. L. de. (2023, 8 de Agosto). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Luciano, F. (2023, 26 de Julho). Entrevista escrita e enviada por gmail. Acervo pessoal.

Matos, J. A. de .(2023, 9 de Agosto). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

Nangolo, E. C. (2023, 9 de Maio). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

Pedro, L. (2023, 10 de Julho). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Pedro, L. (2023, 12 de Julho). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Pedro, L. (2023, 19 de Julho). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Pedro, L. (2023, 21 de Abril). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Pedro, L. (2023, 24 de Abril). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Pedro, L. (2023, 26 de Abril). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Pedro, L. (2023, 29 de Junho). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Pedro, L. (2023, 3 de Julho). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Pedro, L. (2023, 9 de Julho). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Pinto, C. A. C. (2023, 01 de Agosto). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

Simão, M. I. (2023, 26 de Abril). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

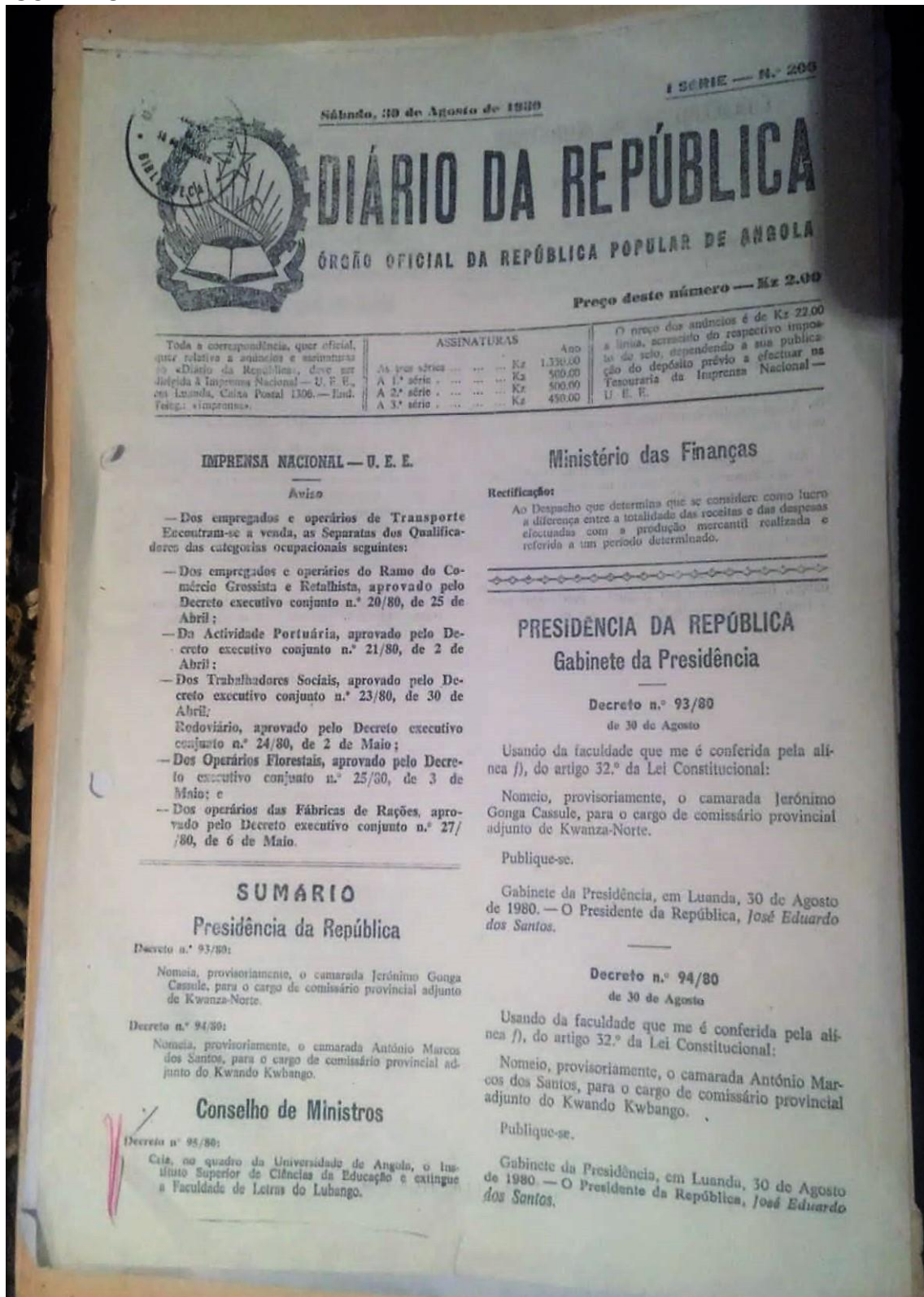
Simão, M. I. (2023, 29 de Junho). Entrevista via WhatsApp. Acervo pessoal.

Sousa, S. (2023, 20 de Fevereiro). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

Sousa, S. (2023, 23 de Fevereiro). Entrevista feita pessoalmente. Acervo pessoal.

ANEXOS

- a. Anexo I:** Ilustração de alguns arquivos utilizados



Sábado, 30 de Agosto de 1980

SÉRIE — N.º 269



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

Preço deste número — Kz 2.00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — U. E. E., em Luanda, Caixa Postal 1306. — End. Feig.: «Imprensa».

ASSINATURAS

	Ano
As três séries ...	Kz 1.330.00
A 1.ª série ...	Kz 500.00
A 2.ª série ...	Kz 500.00
A 3.ª série ...	Kz 430.00

O preço dos anúncios é de Kz 22.00 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do depósito prévio a efectuar na Tenouraria da Imprensa Nacional — U. E. E.

IMPRESA NACIONAL — U. E. E.

Avizo

— Dos empregados e operários de Transporte Encontram-se a venda, as Separatas dos Qualificadores das categorias ocupacionais seguintes:

- Dos empregados e operários do Ramo do Comércio Grossista e Retailista, aprovado pelo Decreto executivo conjunto n.º 20/80, de 25 de Abril;
- Da Actividade Portuária, aprovado pelo Decreto executivo conjunto n.º 21/80, de 2 de Abril;
- Dos Trabalhadores Sociais, aprovado pelo Decreto executivo conjunto n.º 23/80, de 30 de Abril; Redoviário, aprovado pelo Decreto executivo conjunto n.º 24/80, de 2 de Maio;
- Dos Operários Florestais, aprovado pelo Decreto executivo conjunto n.º 25/80, de 3 de Maio; e
- Dos operários das Fábricas de Rações, aprovado pelo Decreto executivo conjunto n.º 27/80, de 6 de Maio.

SUMARIO

Presidência da República

Decreto n.º 93/80:

Nomeia, provisoriamente, o camarada Jerónimo Gonga Cassale, para o cargo de comissário provincial adjunto de Kwanza-Norte.

Decreto n.º 94/80:

Nomeia, provisoriamente, o camarada António Marcos dos Santos, para o cargo de comissário provincial adjunto do Kwando Kwabango.

Conselho de Ministros

Decreto n.º 95/80:

Cria, no quadro da Universidade de Angola, o Instituto Superior de Ciências da Educação e extingue a Faculdade de Letras do Lubango.

Ministério das Finanças

Rectificação:

Ao Despacho que determina que se considere como lucro a diferença entre a totalidade das receitas e das despesas efectuadas com a produção mercantil realizada e referido a um período determinado.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete da Presidência

Decreto n.º 93/80
de 30 de Agosto

Usando da faculdade que me é conferida pela alínea f), do artigo 32.º da Lei Constitucional:

Nomeio, provisoriamente, o camarada Jerónimo Gonga Cassale, para o cargo de comissário provincial adjunto de Kwanza-Norte.

Publique-se.

Gabinete da Presidência, em Luanda, 30 de Agosto de 1980. — O Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Decreto n.º 94/80
de 30 de Agosto

Usando da faculdade que me é conferida pela alínea f), do artigo 32.º da Lei Constitucional:

Nomeio, provisoriamente, o camarada António Marcos dos Santos, para o cargo de comissário provincial adjunto do Kwando Kwabango.

Publique-se.

Gabinete da Presidência, em Luanda, 30 de Agosto de 1980. — O Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 95/80

de 30 de Agosto

Na tarefa da reestruturação do ensino, a levar a cabo no quadro das Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social, superiormente aprovadas pelo 1.º Congresso do M. P. L. A., ressalta a necessidade de se cuidar da formação de professores.

Ao abrigo do disposto no artigo 42.º da Lei Constitucional e no uso da faculdade conferida pela alínea i) do artigo 32.º da mesma lei, o Governo decreta e eu assino e faço publicar o seguinte:

Artigo 1.º — É criado, no quadro da Universidade de Angola, o Instituto Superior de Ciências da Educação.

Art. 2.º — Constituem objectivos fundamentais do Instituto Superior de Ciências da Educação a formação de pessoal qualificado necessário ao correcto funcionamento do ensino de base, médio e superior, a habilitação de especialistas da educação e a promoção de investigação científica e técnica.

Art. 3.º — É extinta a Faculdade de Letras do Lubango, transitando o seu pessoal e património para o Instituto Superior de Ciências da Educação.

Art. 4.º — Este decreto entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Rectificação

Por ter saído inexacto o Despacho de 14 de Agosto de 1980, do Gabinete do Ministro das Finanças, publicado no *Diário da República* n.º 199, 1.ª série, de 22 Agosto de 1980, faz-se a seguinte rectificação:

No n.º 3 — alínea b), onde se lê: «... 2% para o Fundo Social e 98% para o Orçamento Geral do Estado», deve ler-se: «... 5% para o Fundo Social e 95% para o Orçamento Geral do Estado».

Ainda no mesmo número — alínea c), onde se lê: «... 3% para o Fundo Social e 97% para o Orçamento Geral do Estado», deve ler-se: «... 5% para o Fundo Social e 95% para o Orçamento Geral do Estado».

Gabinete do Ministro, em Luanda, 14 de Agosto de 1980. — O Ministro, *Ismael Gaspar Martins*.

Ilustração do nome que era atribuído aos docentes estrangeiros do ISCED-HUÍLA e comprovando o director da instituição em 1982, assim como os *slogans* de orientação elaborados pelo MPLA durante o período denominado 1ª República.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/LUBANGO

A
DELEGAÇÃO PROVINCIAL DA SECRETARIA
DE ESTADO DA COOPERAÇÃO DA HUÍLA

LUBANGO

0127/S.AEM/ISCED/82 13 MAR 82

Respondendo a solicitação na Circular Nº 2/SEC.C.I./DPHSEC/
/01.01.07.00 de 10/3/82, informamos que esta Instituição apenas possui
2 (dois) Cooperantes estrangeiros cujos os contratos ainda não foram
homologados pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social.

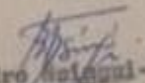
São eles:

- 1- LAURENT MONNIER, Professor Catedrático de Nacionalidade
Suíça.
- 2- DIVA LUISA DE LUCA, Assistente de Nacionalidade Brasileira

Aproveito o ensejo para apresentar as minhas respeitadas
Saudações Revolucionárias.

1982º.-ANO DA ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA E DA VIGILÂNCIA POPULARº.-

O DIRECTOR,


--Pedro António Barros--

TC/VA

Ilustração da designação de decano ao gestor máximo do ISCED-HUÍLA em 1985.

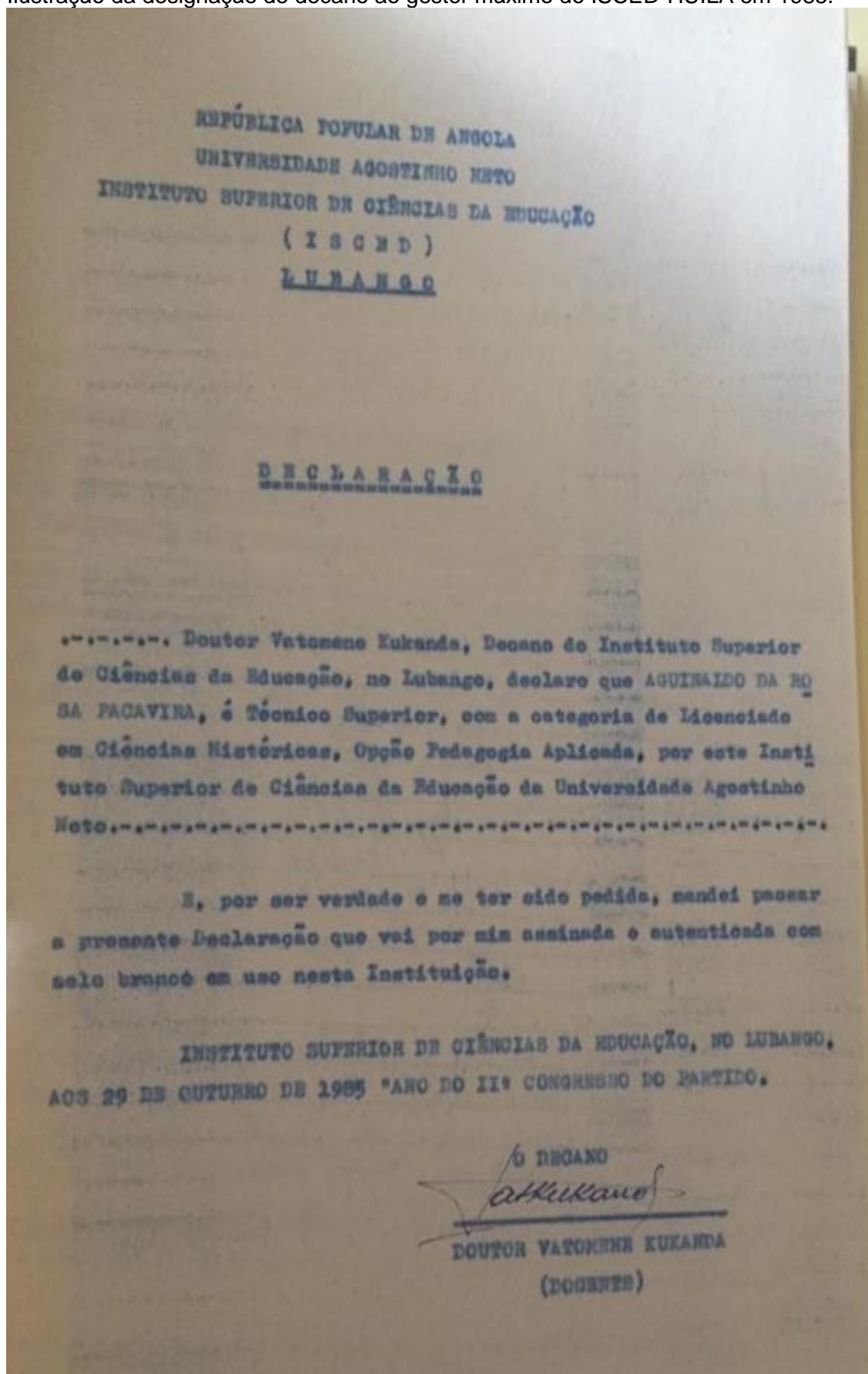


Ilustração da contratação de 14 estudantes para o corpo docente do ISCED-HUÍLA em 1982, com a designação de monitores.

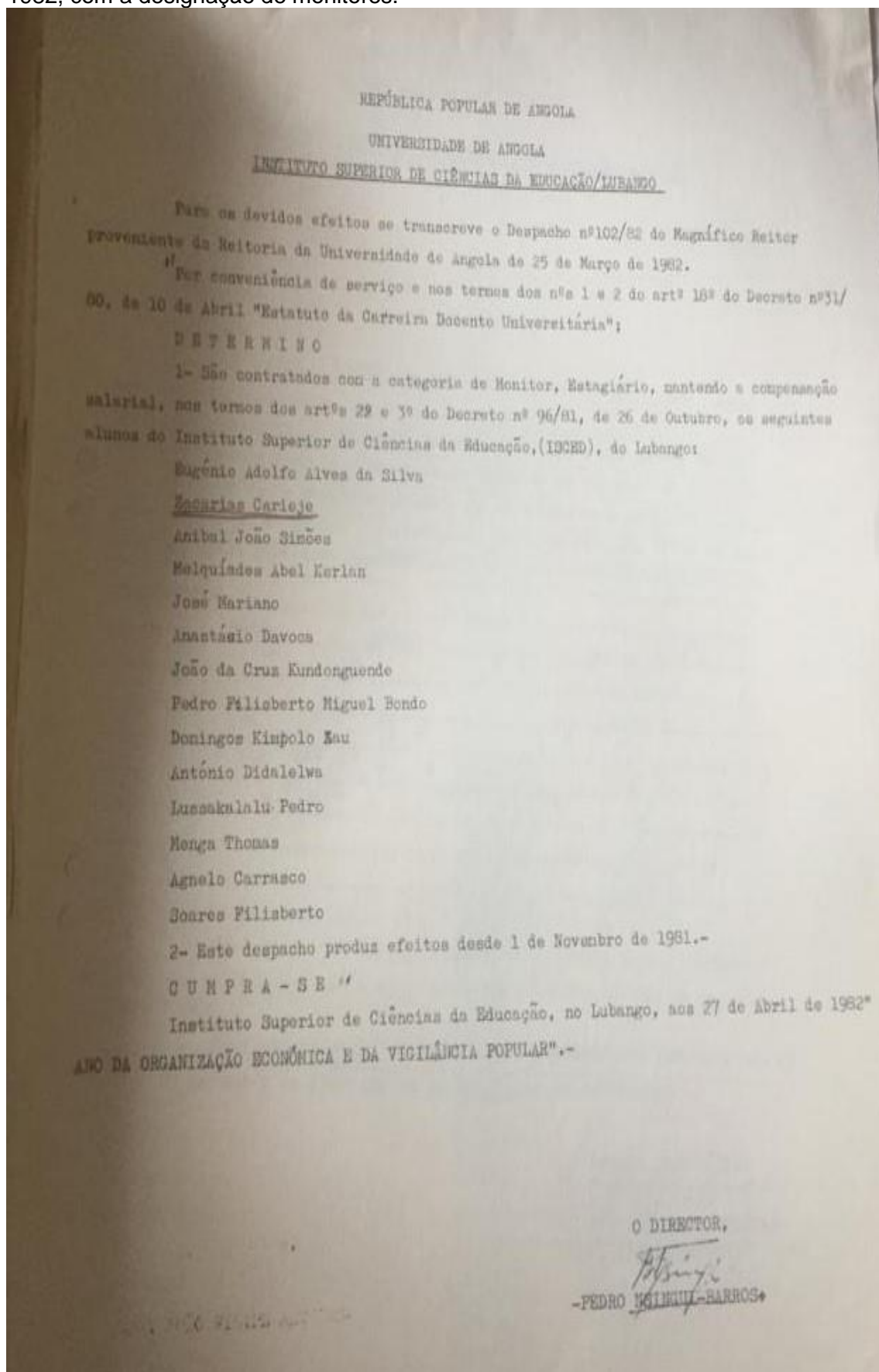


Ilustração da contratação de 14 estudantes para o corpo docente do ISCED-HUÍLA em 1983, com a designação de monitores.

*- Extra 2.
- S. ACAD.
- 24-6-83
Tardel*

REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA
UNIVERSIDADE DE ANGOLA
LUANDA

*Concordo
o parecer. Proce-
do em conformidade
24/6/83/NO*

DESPACHO Nº 211/1983

Convindo dotar o Instituto Superior de Ciências para Educação do Lubango dos quadros indispensáveis ao regular funcionamento;

Determino:

1- que sejam contratados para exercerem as funções de Monitores-Estagiários nos termos dos nº 1 e 2 do artigo 17 do Decreto nº 51/80, de 10 de Abril os indivíduos a seguir mencionados.

Parar ao edo. Director!

*Julgo de se repro-
duzir este despa-
cho para os proce-
sos individuais,
para a biblioteca de
questões os cartões
de abastecimento
e outros formalizados
depois.*

- MASSAMBA GARDOSO
- DISSINGOMOKA SEBASTIÃO ALEXANDRE
- ISAIAS ANTÓNIO GONÇALVES
- MIGUEL BARROSO QUIALA
- AGUIBALDO DA ROSA PAGAVIRA
- PAULO DOS SANTOS JÚNIOR
- CIPRIANO ALVES SARDINHA
- CLARA DANIEL DORCAS GASPAR
- SANDJINGA SITONGA DE ALMEIDA
- NATONDO TOMALELA
- MANUEL FERNANDES
- DIONIS PEDRO
- DANIEL MACAI
- DIONÍSIO SUNDIFONYA

2 - Este despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 1983.

*Somos de opinião
solicitar-se a DPE
Luanda, em*

CUMPRASE.
Gabinete do Reitor da Universidade de Angola, em
Luanda, em 24 de Junho de 1983.

DO REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO.-

Reitor,
DR. JOÃO FELIPE MARTINS

<p><i>de marca para irmanum funções no ISCED, a consideração do director.</i></p> <p><i>24/6/83</i></p> <p><i>C.S./NO</i></p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">U. A.</td> <td style="width: 50%;">Nº 838</td> </tr> <tr> <td>COMISSÃO</td> <td>25/6/83</td> </tr> <tr> <td>DISTRIBUIÇÃO</td> <td>CLASSIFICAÇÃO</td> </tr> <tr> <td>GO</td> <td>2410A</td> </tr> <tr> <td>AG</td> <td>Nº</td> </tr> <tr> <td>TS</td> <td>DATA</td> </tr> <tr> <td></td> <td>ARQUIVE-SE</td> </tr> <tr> <td></td> <td>EM</td> </tr> <tr> <td></td> <td>POR</td> </tr> </table>	U. A.	Nº 838	COMISSÃO	25/6/83	DISTRIBUIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	GO	2410A	AG	Nº	TS	DATA		ARQUIVE-SE		EM		POR
U. A.	Nº 838																		
COMISSÃO	25/6/83																		
DISTRIBUIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO																		
GO	2410A																		
AG	Nº																		
TS	DATA																		
	ARQUIVE-SE																		
	EM																		
	POR																		

Ilustração do arquivo sobre José Nobre de Novais como director do ISCED-HUÍLA em 1983.

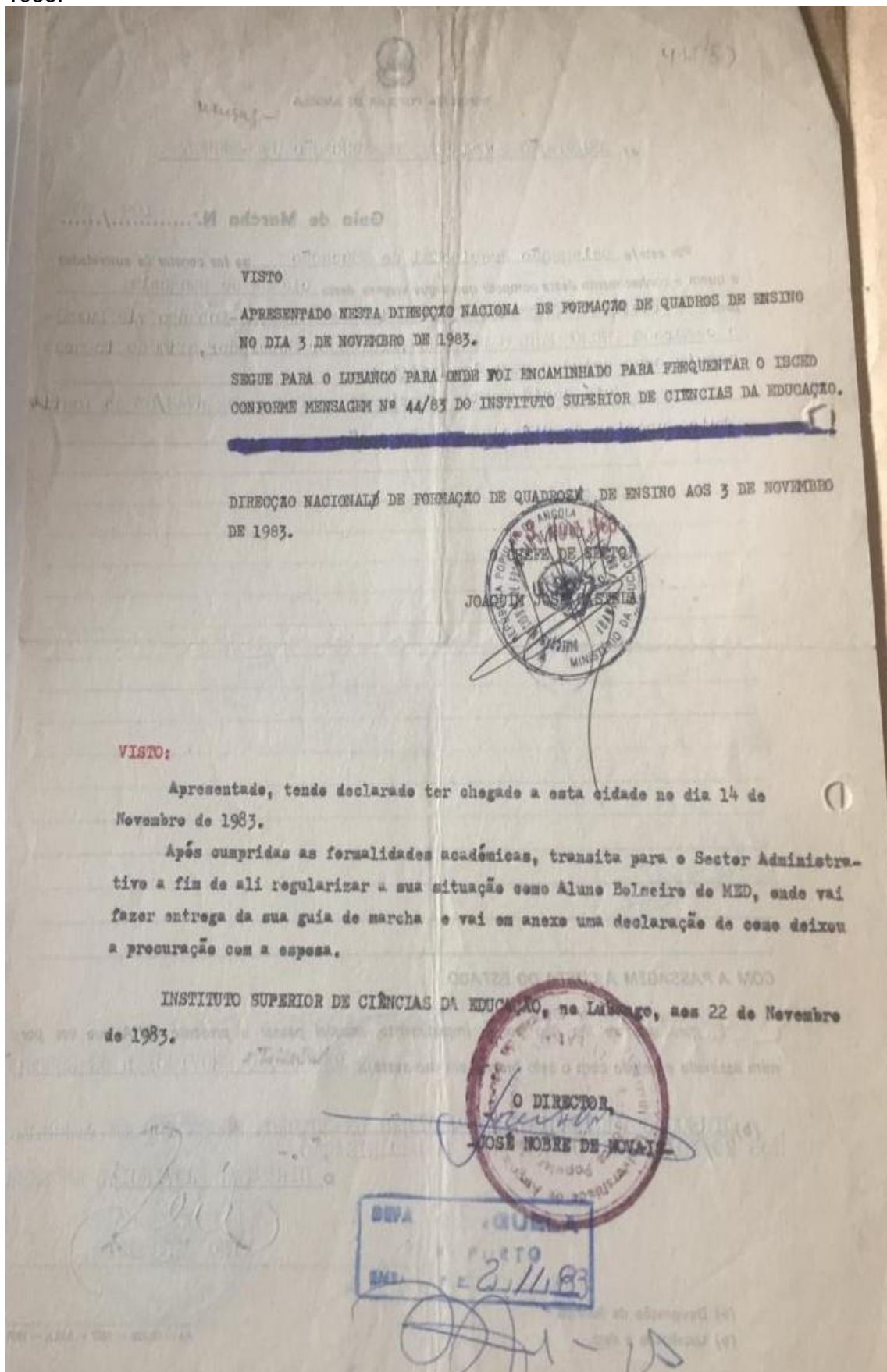


Ilustração da designação de camarada em alguns funcionários do ISCED-HUÍLA durante o período denominado 1ª República.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, LUBANGO

Ao Camarada
Reitor da Universidade de Angola

L U A N D A

XXXXXXXXXXXX
230 - LUBANGO
25 MAR 1963

0177

Junto temos a honra de remeter as Informações nºs 3 e 4/DE/60 referentes à proposta de desvinculação dos Monitores JEAN MICHEL MAREKO TALI e MARIA ALEXANDRE GARCIA DE OLIVEIRA DÁSKALOS deste Instituto Superior, os quais foram recrutados no início do ano lectivo de 1978/79 para leccionarem, numa situação de emergência, nos Cursos Pré-Universitários.

Mais se propõe nas referidas Informações que o Camarada Reitor se digne propôr ao Camarada Ministro da Educação a colocação dos Camaradas Jean Michel e Maria Alexandre no ensino dos Pré-Universitários-Longos e Ensino de Base de III Nível, respectivamente, tendo em conta a carência de quadros que existe a estes níveis e ainda que o ensino assume, nesta fase, um aspecto prioritário em relação à Investigação, razão pela qual optamos por esta proposta em vez de seguirmos a sugestão feita pelo Camarada Arlindo Barbeitos no INFORME SOBRE OS MONITORES DO CURSO DE HISTÓRIA que anexamos.

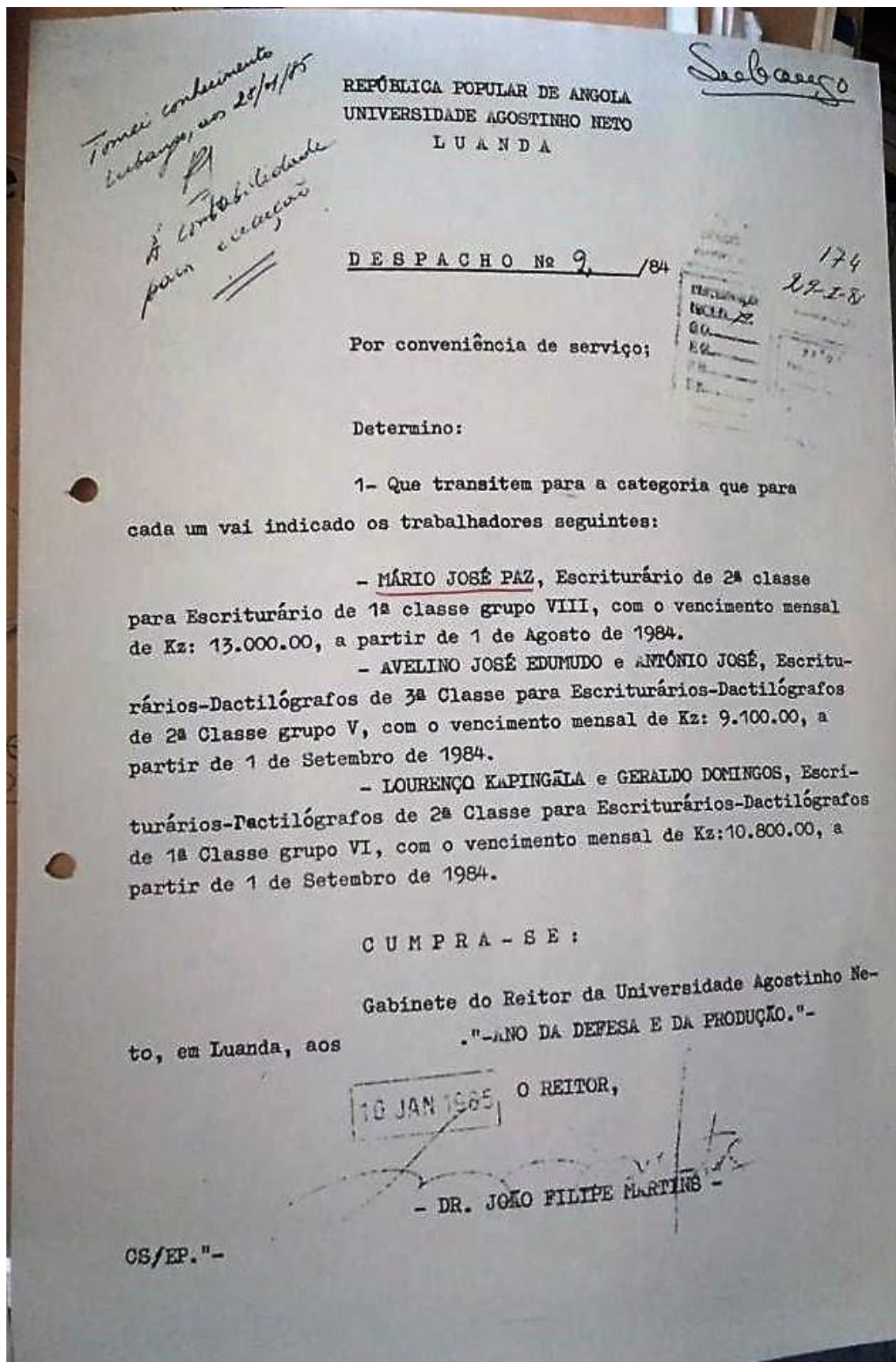
Aproveitamos a oportunidade para apresentar as nossas respeitosas Saudações Revolucionárias.

1990-ANO DO 1º CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DO MPLA-PARTIDO DO TRABALHO E DA CRIAÇÃO DA ASSEMBLEIA DO POVO.-

O DIRECTOR EM EXERCÍCIO,
Kiala Henri
-Lunsayiladio Kiala Henri-

LH/EM.-

Ilustração do arquivo que demonstra que as promoções de categorias dos funcionários do ISCED dependiam do Reitor da Universidade Agostinho Neto, no período em que esteve integrada nela.



Arquivo ilustrando a designação de camarada ao gestor máximo do ISCED-HUÍLA durante o período denominado 1ª República.

Maquela R.
11.6.85

DA SECÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA
ISCED

*A Secção de Contabilidade
Ver a possibilidade de
pagar as ajudas de custo
das outras rubricas
da camarada Decano, em 11/06/85*

DO I.S.C.E.D./LUBANGO

C.C.:

- À Secção de Contabilidade/ISCED
- Ao camarada Chefe do Sector Ada./ISCED
- À Comissão Sindical

*Somos de parecer que se
contacte as Finanças para
ver a possibilidade de
da rubrica "outros despesas" a
a priori "instituição"
11.6.85*

INFORMAÇÃO

Digníssimo Decano,

** Com Contabilidade
para contacta instituições
com as Finanças,
12.6.85*

*As Finanças já processa
em 11/06/85 o processo
11/06/85*

Devido a honra e o dever de informar o seguinte:

- 1.- É do conhecimento do camarada Decano que a secção do Ensino à Distância na realidade, funciona graças também aos esforços e sacrifícios de alguns Monitores desta Instituição;
- 2.- O que leva o signatário a informar o que segue, é reflexo das inquietações dos Monitores que se deslocaram em Fevereiro e Março às Províncias para efeitos de seminários e consultas aos estudantes do E.D.;
- 3.- Ficamos claramente informados que não há neste momento verba para se pagar as despesas variáveis inerentes as actividades do E.D./ISCED. Entretanto o E.D. funciona...
- 4.- Todavia, existe o dever e o direito de asssis que, sacrificados que fomos e mesmo arriscar-se à morte no dia 27 de Fev. de 1985 em objecto de serviço do E.D. aquando do acidente da BOEING 737(TAAG) para além de outras vicissitudes pouco desejáveis que o momento histórico-concreto acarreta. Neste momento a Instituição deve aos Monitores as ajudas de custo de que eles têm direito e muito necessitam para recobrem os gastos feitos por sua conta própria e para resolver os seus vários problemas.

Postos os considerandos supra, vimos por intermedio desta solicitar as boas diligências do digníssimo Decano no sentido de se procurar uma solução mais plausível para a questão das ajudas de custo (como direito). Pois que, neste momento necessitamos de monitores para as provincias de Benguela e Malange visto que estas provincias não vieram participar nos cursos seminários que tiveram lugar cá nesta provincia da Huila. Portanto, custa-nos indicar Monitores. Já que "as condições materiais determinam a consciencia social"

Alta consideração
O Coordenador-Adjunta do E.D.
[Assinatura]
Manzamba Cardoso

U. A. No 933

COMUNICADO 10-6-85

ENTREGUE A: []

RECEBIDO POR: []

ESTABELECIDO: []

ISCED: []

D.O.: []

7.6.85

Ilustração da carta do Dr. Boubakar Namory Keita.

Doutor BOUBACAR NAMORY KEITA
Professor cooperante em efec-
tivo serviço na UNCED do
LUBANGO.

*Arquivar no
respectivo processo individual
17/193*

Lubango, aos 12 de Junho de 1992.

AO EXCELENTÍSSIMO REITOR
UNIVERSIDADE A. NETO
C/O SENHOR DIRECTOR
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DO LUBANGO.

Exmo Senhor,

Venho, através deste, EXPOR novamente a minha situação contratual mas sob um outro aspecto, SOLICITANDO para o efeito a sua ajuda e intervenção junto das Autoridades competentes (Ministerios da Educação e do Trabalho), afim de encontrar uma rápida saída:

1) Até este preciso momento, fiz duas cartas ao Senhor Reitor e seus Serviços competentes pedindo esclarecimento sobre e resolução da minha situação contratual, sêjã como for e o mais rapidamente possível. Até esta data nenhuma resposta como sempre, quer dizer o mesmo desprezo e falta de respeito para o corpo docente estrangeiro, pelo menos para mim (vêjã-se copias dessas cartas). Mencôno que recebi apenas "observações" verbais, por parte de colegas que, de vez em quando mando, do G.I.I segundo as quais "...o Professor Boubacar escreve muito..."

2) Sempre fui eu a cumprir escrupulosamente com os compromissos assumidos aquando da assinatura do contrato vigente e "não" vigente, isto é nunca deixei de dar aulas e dirigir os Trabalhos de fim de cursos,

3) No início do 2o Semestre, face a triste situação dos estudantes do 4o Ano de Biologia, comprometi-me dar a ANTROPOLOGIA FISICA (uma das minhas especialidades, como alias se pode constatar no meu C.V.), mas tendo pedi do ao Chefe do Departamento que visse e a minha carga horaria e o problema de atraso salarial (melhor de transferência) factores que não motivam. Assim, com essas promessas iniciei esta nova cadeira.

Hoje ainda continuo sem nenhuma especie de resposta a tudo aquilo que solicitei. Então, nessas condições de não respeito pela qualquer tipo de dignidade (a não resposta ás cartas!) e pelos elementares direitos de trabalhador (mesmo sendo estrangeiro!), sobretudo num momento em que os Docentes nacionais (os meus assistentes de ontem!) levam a cabo várias lutas pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida (de recordar que a quantia transferível do meu salário nunca foi aumentada apesar de tudo, desde 1984!. É a mesma quantia que estou ainda a transferir.).

Ilustração de Narciso Damásio dos Santos Benedito como director do ISCED-HUÍLA em 1995.

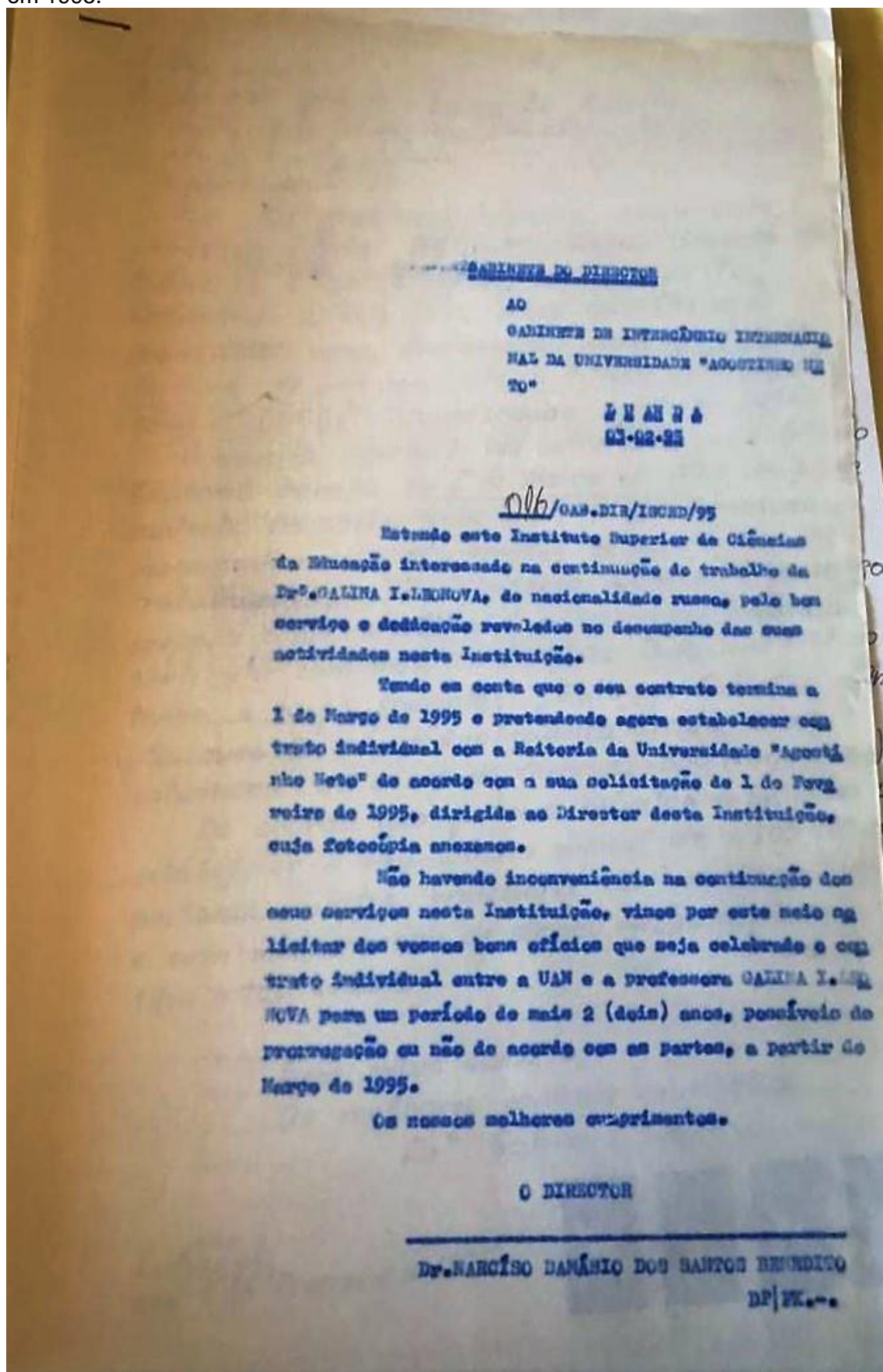
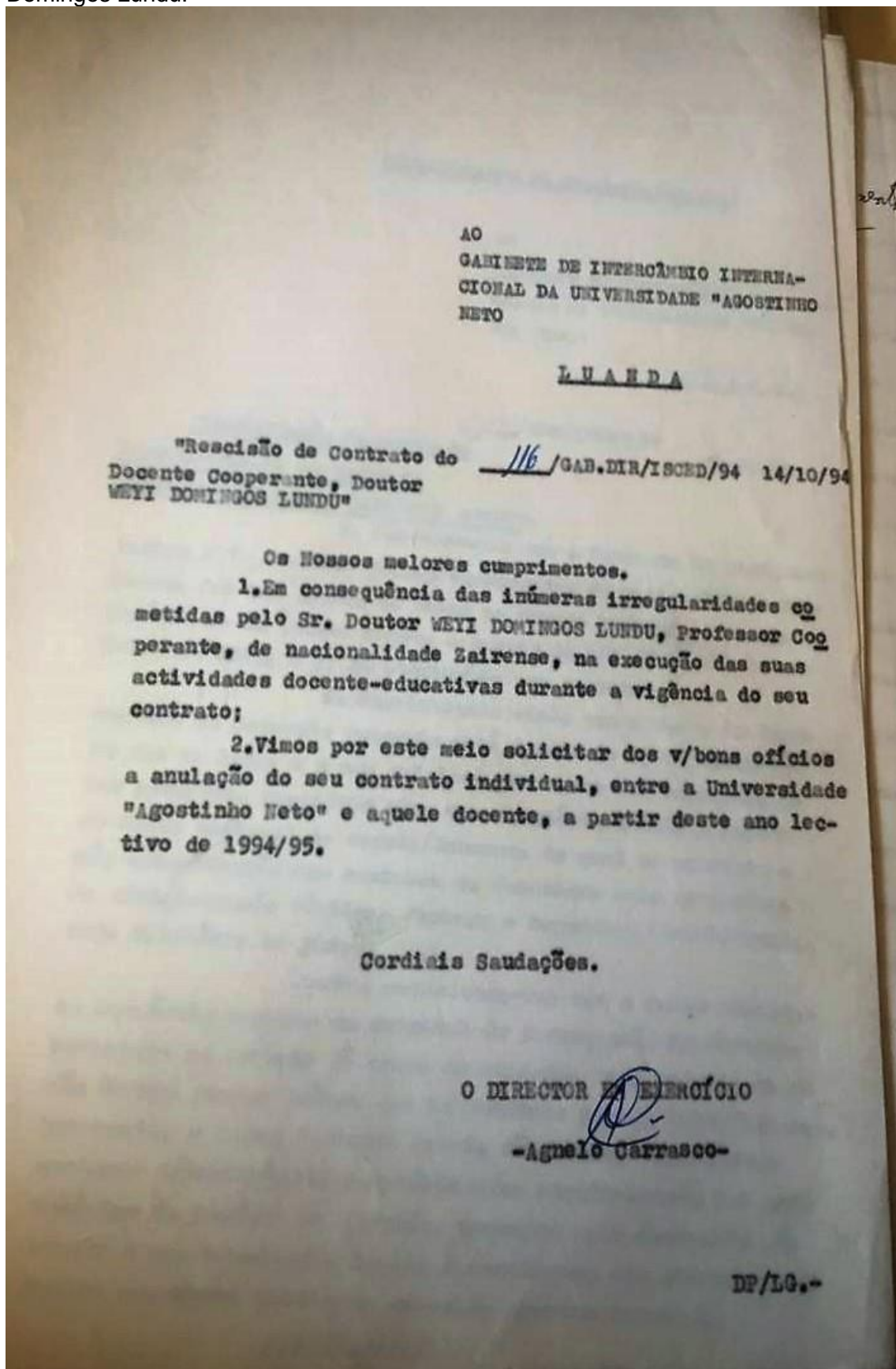



Ilustração do arquivo sobre solicitação ao Gabinete de Intercâmbio da Universidade Agostinho Neto para a rescisão de contrato de docente Cooperante, doutor Weyi Domingos Lundu.



Arquivo ilustrando Melquiades Abel de Kerlan como director do ISCED-HUÍLA em 1983.


REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

(a) INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/LUBANGO

Gula de Marcha N.º 158 / 83

Por este/a ISCED se faz constar às autoridades a quem o conhecimento desta competir que segue viagem desta Cidade para LUANDA-MALANJE-LUBANGO, e Camarada ZACARIAS CARIEJI, aluno encaminhado de curso de Pedagogia e Monitor no Departamento de Ciências da Educação, deste Instituto Superior de Ciências da Educação, no Lubango, e qual ali se desloca em gozo de férias por trinta dias.....
.....Segue dia 21 de Julho de 1983, por via aérea.....
.....SEM DISPÊNDIO PARA ESTE INSTITUTO SUPERIOR.....
.....DEVERÁ APRESENTAR-SE NESTA INSTITUIÇÃO DIA 4 DE SETEMBRO DE 1983.....

~~COM PASEM INEXISTENTE~~

E, para que se lhe não ponha impedimento, mandei passar a presente GUIA que vai por mim assinada e selada com o selo branco em uso neste/a Instituição

(b) Instituto Superior de Ciências da Educação, no Lubango, nos 20 de Julho de 1983 "ANO DO REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO".-

P^º O DIRECTOR, _____
Melquiades Abel de Kerlan
(Monitor)

(a) Designação do Serviço
(b) Localidade e data.

AA - 000 000 - 2071 - I N. - U.E.E. - 1978

Arquivo ilustrando Laurent Monnier e Diva Luísa de Luca como cooperantes estrangeiros do ISCED-HUÍLA em 1982.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/LUBANGO

À
DELEGAÇÃO PROVINCIAL DA SECRETARIA
DE ESTADO DA COOPERAÇÃO DA HUÍLA

LUBANGO

0127 /S.AEM/ISCED/82 13 MAR 1982

Respondendo e solicitado na Circular Nº 2/SEC.C.I./DPHSEC/
/05.01.07.00 de 10/3/82, informamos que esta Instituição apenas possui
2 (dois) Cooperantes estrangeiros cujos os contratos ainda não foram
homologados pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social.

São eles:

- 1- LAURENT MONNIER, Professor Catedrático de Nacionalidade Suíça.
- 2- DIVA LUISA DE LUCA, Assistente de Nacionalidade Brasileira

Aproveite o ensejo para apresentar as minhas respeitadas
Saudações Revolucionárias.

1982º.-ANO DA ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA E DA VIGILÂNCIA POPULARº.


O DIRECTOR,


--Pedro Miguel Barros--

TC/TA

Ilustração de uma capa de processo de estudante da extinta Faculdade de Letras no ano lectivo 1973-74.

Voluntária
1º ANO

S.  R.

REPÚBLICA PORTUGUESA 36

Universidade de Luanda

DELEGAÇÃO
DE
SÁ DA BANDEIRA

Assunto:
BACHARELATO EM FILOLOGIA ROMÂNICA

NOME: CONCEIÇÃO MARIA PESSOA MILHANO GOMES DA CONCEIÇÃO

Ano lectivo de 1973/74
aluna nº 4800

Proc.

b. Anexo II: Guião de entrevista utilizado.

Parte I

Identificação do entrevistado

1. Fale-me um pouco de si.
2. Há quanto tempo mora na cidade do Lubango?
3. Estudou ou trabalhou no ISCED? Em que período?

Parte II

Tema de pesquisa

1. Conhece alguma informação sobre o edifício que hoje se chama ISCED?
2. Sabe dizer qual era a sua função?
3. O que sabe sobre a antiga Faculdade de Letras?
4. O que recorda dos seus professores e os seus métodos de ensino?
5. Acha que o ISCED sofreu com a guerra civil? Houve algum impacto que notasse?
6. Acha que o ISCED sofreu com o monopartidarismo? Houve algum impacto que notasse?
7. Sabe quem foi Jeannete Eva Schoon? E porquê o jardim leva o seu nome?
8. Sabe quem foi José Nobre Novais? E porquê o jardim leva o seu nome?
9. Vivenciou a separação do ISCED da UAN? sente que houve vantagens ou desvantagens (relativamente a contratação docente, oferta curricular, investigação científica, visibilidade do ISCED-HUÍLA ao nível do país, concessão de bolsas de estudo aos docentes, e certificados e diplomas aos formandos, outros)?
10. Presenciou quando o ISCED estendeu as suas funções aos municípios? O que pode me dizer sobre este evento? Teve algum impacto na sua vida?
11. Participou da abertura do mestrado no ISCED-HUÍLA? De que maneira?
12. Houve algum director do ISCED-HUÍLA que o marcou mais? Pelo quê?
13. Lembra-se de ter ocorrido o processo de eleição do corpo directivo do ISCED antes do evento do ano passado que elegeu o actual presidente?
14. Sabe me dizer quais critérios eram utilizados para a nomeação do corpo directivo do ISCED?
15. Lembra-se dos professores com quem trabalhou no Departamento ou sessão que fez parte no ISCED-HUÍLA?
16. Consegue me dizer qual foi o papel desempenhado pelos professores internacionais no ISCED?
17. Lembra-se de algum estudante do ISCED-HUÍLA que tenha se destacado na política, sociedade civil, desporto ou outras áreas?
18. Lembra-se de algum colega do ISCED-HUÍLA que tenha se destacado na política, sociedade civil, desporto ou outras áreas?
19. Sente que foi mais uma valia ter estudado ou trabalhado no ISCED-HUÍLA? porquê?

Parte III

Elementos que podem enriquecer a pesquisa

1. Pode me indicar outras pessoas que possam subsidiar a pesquisa?
2. Tem alguma fotografia, vídeo, arquivo que retrate a sua passagem pelo ISCED que possa partilhar connosco?

c. Anexo III: Organograma do ISCED-HUÍLA presente no Decreto Presidencial nº 307/21.

